

Instituto Politécnico de Lisboa
Escola Superior de Comunicação Social

Mestrado em Jornalismo

O Newsmaking da secção Mundo do Público

Relatório de estágio submetido como requisito parcial para obtenção do
grau de Mestre em Jornalismo

Pedro Filipe Bastos dos Reis

Orientado pela Professora Doutora Maria José Mata

Co-orientado pelo Professor João Manuel Rocha

Lisboa, outubro de 2016

Declaração anti-plágio

Declaro ser autor deste trabalho, parte integrante das condições exigidas para a obtenção do grau de Mestre em Jornalismo, que constitui um trabalho original que nunca foi submetido (no seu todo ou em qualquer das partes) a outra instituição de ensino superior para obtenção de um grau académico ou qualquer outra habilitação.

Atesto ainda que todas as citações estão devidamente identificadas. Mais acrescento que tenho consciência de que o plágio poderá levar à anulação do trabalho agora apresentado.

Lisboa, 27 de outubro de 2016

O candidato

Resumo

Este relatório de estágio foi desenvolvido no âmbito do Mestrado em Jornalismo da Escola Superior de Comunicação Social de Lisboa, com o objetivo de atingir a obtenção do grau de mestre.

Resulta de um estágio curricular de três meses, realizado entre 1 de fevereiro e 30 de abril de 2016, no jornal *Público* e tem como objeto de estudo a produção de notícias (*newsmaking*) na secção Mundo do mesmo jornal.

O objetivo desta investigação é compreender os principais constrangimentos no processo de produção noticiosa. As metodologias utilizadas para este fim foram a análise documental, a observação participante, a entrevista e a análise de conteúdo ao nível dos valores-notícia.

Palavras-Chave: *Newsmaking*; constrangimentos; valores-notícia; secção Mundo; *Público*

Abstract

This internship report has been developed as part of a master in Journalism at Higher School of Communication and Media Studies (ESCS) of Lisbon, with the goal of achieving the master degree.

It is the result of a three month internship, between February 1st and April 30th of 2016, at *Público* newspaper, in which the newsmaking in the World Section was the subject of study.

The purpose of this investigation is to understand the main constraints in the process of newsmaking. The used methodologies for this end were documental analysis, participant observation, interview and content analysis of news values.

Keywords: *Newsmaking*; constraints; news values; World section; *Público*

Agradecimentos

Aos meus pais, pelo apoio incondicional e por me terem dado possibilidade de prosseguir os meus estudos.

Aos meus avós e à minha irmã, pela confiança que sempre depositaram em mim.

À professora Doutora Maria José Mata e ao professor João Manuel Rocha, pela orientação exemplar e pelos sábios conselhos, fundamentais para realizar este relatório.

À Filipa, todos os dias.

Ao Fábio, ao José e ao Tomás, pelo companheirismo.

À Sara, à Rita e à Beatriz, pela cumplicidade.

À redação do *Público*, especialmente à Bárbara Wong e à Joana Amado, por terem confiado em mim e por me terem dado oportunidade de fazer parte deste jornal.

Às secções Mundo e *online* do *Público*, por toda a ajuda e disponibilidade demonstradas.

Índice

Declaração anti-plágio.....	I
Resumo.....	II
Abstract.....	III
Agradecimentos.....	IV
Introdução.....	4
Capítulo I – Local de Estágio.....	6
1. O grupo.....	6
2. O <i>Público</i>	6
2.1 – Um jornal diário de referência.....	7
2.2 – <i>Público.pt</i>	8
2.3 – Ípsilon.....	9
2.4 – <i>Inimigo Público</i>	9
2.5 – <i>Fugas</i>	10
2.6 – O “Público Mais”.....	10
Capítulo II - O <i>Newsmaking</i>: dos antecedentes ao impacto da tecnologia.....	11
1. O <i>gatekeeping</i> e a teoria organizacional.....	11
2. Constrangimentos a nível organizacional.....	12
2.1 – A “máquina do tempo”.....	12
2.2 – Ação política.....	13
2.3 – O fator económico.....	14
2.4 – Teoria estruturalista.....	15
3. A produção de notícias.....	16
3.1– “Noticiabilidade” e valores-notícia.....	18
4. Rotinas produtivas.....	19
4.1 - Os <i>news promoters</i> e os <i>news assemblers</i>	21
4.2 – Fontes.....	22
4.3 – Agências de notícias.....	23

5. Impacto da tecnologia no jornalismo.....	25
5.1 – Transformações na profissão.....	26
5.2 – O fim do papel?.....	27
5.3 – <i>Gatekeeping</i> e <i>gatewatching</i>	28
6. Novas formas de participação no jornalismo.....	29
6.1 - Jornalismo público, interativo, participativo e cidadão.....	29
Capítulo III – Metodologias de investigação.....	32
1. Análise documental.....	32
2. Observação participante.....	33
3. Entrevista.....	34
4. Análise de conteúdo.....	35
Capítulo IV - O estágio na secção Mundo do <i>Público</i>.....	37
1. A secção Mundo do <i>Público</i>	38
2. Funcionamento da redação e horário de trabalho.....	39
3. Rotinas de trabalho.....	41
3.1 – Um dia “atípico”.....	42
4. Trabalho desenvolvido.....	44
5. Análise dos valores-notícia.....	47
6. Constrangimentos ao nível da organização: o ponto de vista dos jornalistas.....	51
6.1 – Uma secção “diferenciadora”.....	52
6.2 – Falta de pessoas.....	54
6.3 – Da falta de correspondentes à homogeneidade.....	55
6.4 - Impacto da tecnologia nas rotinas produtivas.....	58
Considerações finais.....	61
Bibliografia.....	64
Anexos.....	67
1. Entrevistas.....	68
Joana Amado.....	68
Alexandre Martins.....	72
João Ruela Ribeiro.....	77

Félix Ribeiro.....	83
Ana Fonseca Pereira.....	87
Bárbara Reis.....	94
Clara Barata.....	98
Ana Gomes Ferreira.....	102
2. Lista de correspondentes internacionais à data do primeiro número do <i>Público</i> (5 de março de 1990).....	105
3. Tabelas de análise das notícias da primeira semana de cada mês de estágio....	106
4. Notícias assinadas publicadas no papel.....	117
5. Notícias assinadas publicadas exclusivamente no <i>online</i>	134
6. Comprovativo realização do estágio.....	140

Índice de figuras

Fig. 1 - Logótipo do <i>Público</i>	6
Fig.2 - Logótipo do <i>Ípsilon</i>	9
Fig. 3 - Logótipo do <i>Inimigo Público</i>	9
Fig. 4 – Logótipo da <i>Fugas</i>	10
Fig. 5 - Capa do <i>Público</i> de 23-03-2016.....	42
Fig. 6 - Tabela com as notícias assinadas e publicadas no jornal em papel.....	45
Fig. 7 - Gráfico com o total de temas das notícias analisadas na primeira semana de cada mês de estágio.....	48
Fig. 8 - Gráfico com o valor-notícia predominante nas notícias analisadas na primeira semana de cada mês de estágio.....	49
Fig. 9 - Gráfico com a localização geográfica das notícias analisadas na primeira semana de cada mês de estágio.....	50

Introdução

“A inocência, se a pudermos manter, protege a integridade do jornalista. É preciso lutar para acreditar nela”

(Robert Fisk, 2009)¹

O jornalismo está a mudar a uma velocidade galopante. O impacto das tecnologias da informação e da comunicação, com especial foco na Internet, tem vindo a alterar a forma como o jornalismo é produzido e consumido.

Estas transformações não são exclusivas dos jornalistas. A própria sociedade assiste a uma mudança, muitas vezes a uma velocidade algo incontável, dos seus hábitos e rotinas, com o consumo de informação a migrar para aparelhos digitais, como os *smartphones* ou os *tablets*.

Numa sociedade cada vez mais em rede e virada para os ecrãs é fundamental colocar uma questão: qual o lugar e o papel do jornalismo? A resposta é complexa e marca a atual discussão do mundo ocidental relativamente a um modelo de *media* capaz de dar resposta a um conjunto de alterações profundas na forma como se produzem notícias e como estas são, posteriormente, consumidas pelos leitores, ouvintes ou telespetadores.

Este relatório resulta de um estágio de três meses no jornal *Público* e tem como objeto de estudo o processo de produção de notícias (*newsmaking*) na secção Mundo do mesmo jornal.

O objetivo desta investigação é fornecer pistas e levantar questões importantes relativamente ao processo de produção noticioso, nomeadamente no que diz respeito aos principais desafios e constrangimentos que estão na sua origem.

Para tal, são utilizadas quatro metodologias de investigação distintas. A análise documental, para contextualizar a componente teórica do tema; a observação participante, que permite estar diretamente envolvido no objeto de estudo; a entrevista, para identificar questões importantes que se colocam aos jornalistas da secção Mundo; a análise de conteúdo, para uma análise mais detalhada do processo de seleção noticiosa.

¹ FISK, Robert (2009), *A Grande Guerra pela Civilização – A Conquista do Médio Oriente*, 2ª edição, Lisboa:Edições 70, pp.24

A estrutura do relatório está dividida em quatro capítulos. No primeiro é apresentado o *Público*, local do estágio, abordando a história do jornal, as suas secções, o *online*, os suplementos e o projeto “Público Mais”; no segundo capítulo é feita a revisão bibliográfica, uma análise do ponto de vista teórico relativamente aos principais autores e teorias que vão ao encontro do objeto de estudo; no terceiro capítulo são descritas as metodologias de investigação utilizadas na elaboração do relatório; no quarto capítulo é abordado o período de estágio, onde são referidas as atividades e trabalhos desenvolvidos, bem como o desenvolvimento do trabalho de observação. No final, são ainda feitas considerações em que estão subjacentes as principais conclusões a que se chegou com a elaboração deste trabalho.

Reconhecendo que o tempo de estágio foi curto, bem como as limitações deste trabalho de investigação, este relatório aborda, por um lado, a evolução dos estudos sobre o *newsmaking*, acrescidos de novos desafios que estão a alterar a forma como é feita a produção de notícias, e, por outro, a minha experiência pessoal no jornal *Público* e a análise da observação feita no local de estágio.

Capítulo I – Local de Estágio

1. O grupo²

O grupo Sonae nasceu em 1959, tendo começado como uma empresa centrada no setor da madeira. Durante a década de 1980, diversificou as suas áreas de negócio, num período de rápida expansão.

A Sonae operava então em três setores de atividade: derivados da madeira, retalho e centros comerciais. No final da década de 1990, iniciou a sua actividade na área das tecnologias da informação, através da Sonae Tecnologias de Informação, a atual Sonaecom.

Agrega diferentes áreas de negócio, como a Sonae MC (retalho alimentar), Sonae SR (retalho não alimentar), Sonae RP (imobiliário de retalho) e Sonae IM (Gestão de Investimentos). A empresa possui ainda participação no capital da Sonae Sierra (desenvolvimento, gestão e investimento em centros comerciais).

A Sonae é também o principal acionista da Sonaecom, *sub-holding* da empresa que é integrada pela Público, Comunicação Social S.A, que publica o jornal *Público*.

2. O Público³



Fig. 1 – Logótipo do *Público*

O jornal *Público* nasceu em 1989, como relembra Vicente Jorge Silva, o seu primeiro diretor, com o “objetivo de agitar as águas, criar um jornal novo, moderno, europeu, sintonizado com os novos tempos”⁴.

Assumi, desde o seu início, o objetivo de ser um jornal diário de referência e inovador. Para tal, contou na sua formação com jornalistas como Vicente Jorge Silva,

² Disponível em: <http://www.sonae.com/sobre-a-sonaecom/quem-somos/accionistas/> [consultado a 25 de junho de 2016]

³ Todas as informações relativas à organização e/ou direção do *Público* ao longo deste relatório dizem respeito ao período de estágio. Posteriormente, o jornal sofreu diversas alterações.

⁴ LUCAS, Isabel (2013), *Conversas com Vicente Jorge Silva*, Temas e Debates – Círculo de Leitores, pp.127

Jorge Wemans, Nuno Pacheco, José Vítor Malheiros ou Teresa de Sousa. Muitos dos jornalistas que participaram na fundação do jornal eram provenientes do *Expresso*, com uma experiência profissional fundamental para cumprir os objetivos a que o novo diário se propunha. Para além disso, houve a intenção de que uma parte significativa da nova redação contasse com pessoas novas, que nunca tivessem trabalhado em jornais.

A primeira edição impressa do *Público* saiu a 5 de Março de 1990. No ano seguinte, integrou-se na *World Media Network*, uma parceria com diversos órgãos de comunicação social estrangeiros, entre eles o *Süddeutsche Zeitung*, o *Libération*, o *El País* ou o *La Stampa*.

O *Público* teve durante vários anos participações no seu capital social de empresas de comunicação de outros países, sendo que hoje integra a Sonaecom.

Desde o seu início, teve quatro diretores e uma diretora. Depois de Vicente Jorge Silva, na direção do jornal seguiram-se Francisco Sarsfield Cabral, Nicolau Santos e José Manuel Fernandes. Desde 2009, a diretora é Bárbara Reis.

2.1 – Um jornal diário de referência

Nas palavras de Bárbara Reis, o *Público* é um jornal que pratica a essência do jornalismo: a disciplina da verificação. O rigor, a independência, a criatividade e a inovação são as palavras que, para a diretora, definem o jornal ⁵.

Segundo o Livro de Estilo do jornal, “o rigor de uma informação completa e fundamentada – sobre factos e não sobre rumores –, a imparcialidade da atitude jornalística, a correção, clareza e concisão da escrita são, para o *Público*, regras essenciais”⁶.

O *Público* é um jornal diário dividido em sete secções: Portugal, onde se inserem a Política e a Sociedade, Local, Economia, Mundo, Ciência, Cultura e Desporto. Para além disso, assume particular destaque no jornal o Espaço Público, onde se encontram os editoriais, crónicas, artigos de opinião e as cartas à diretora. Há ainda lugar para os Classificados, para o Sair e Ficar (espaço dedicado à divulgação de eventos culturais e à

⁵ Entrevista a Bárbara Reis disponível no anexo 1, página 94

⁶ Disponível em: http://static.publico.pt/nos/livro_estilo/04-introducao.html [consultado a 25 de junho de 2016]

programação televisiva respetivamente) e para os Jogos (como Sudoku ou palavras cruzadas).

O jornal já foi galardoado por várias vezes com prémios importantes dentro do jornalismo, como os Prémios Gazeta ou o Prémio AMI – jornalismo contra a indiferença. Segundo os dados relativos ao 2º bimestre de 2016 da ACPT, o *Público* teve uma tiragem de 32.901 exemplares, com uma circulação de 30.654⁷.

2.2 - *Público.pt*

O início da presença do *Público* no *online* deu-se em 1995, quando foi criado o seu *site* na Internet (<http://www.publico.pt>), “um sítio de informação na Internet que herda e adota como sua principal referência os princípios editoriais e a cultura de rigor jornalístico e inovação da sua empresa-mãe, o jornal *Público*”⁸.

Três anos depois foi lançado o serviço “Última Hora”, que disponibiliza notícias de forma contínua e em tempo real. O *online* do *Público* foi pioneiro em Portugal, numa altura em que no jornalismo ainda não era dada muita importância ao digital, apesar do fenómeno da Internet estar em crescimento. Nas palavras de Alexandre Martins, jornalista da secção Mundo que trabalhou durante vários anos em exclusivo para a secção *online*, “só com o 11 de setembro de 2001 é que as redações começaram a dar mais atenção à Internet e a fazer redações exclusivamente *online*”⁹, apesar de o digital sempre ter sido fundamental para o jornal.

Hoje, é publicada *online*, diariamente, a edição impressa do jornal em versão integral, e são também disponibilizados outros conteúdos exclusivos. Para além disso, ao longo do dia são publicadas outras notícias, que podem ser atualizadas regularmente, reforçando a importância do digital enquanto ferramenta para acompanhar a produção noticiosa em tempo real.

Relativamente à organização do *site*, o *publico.pt* – tal como acontece com a versão impressa – está dividido por secções: Portugal, Economia, Mundo, Cultura-Ípsilon, Desporto, Ciência, Tecnologia, Opinião e Multimédia, onde se destacam os conteúdos de vídeo, de imagem e som que demonstram a importância dada às ferramentas digitais.

⁷ Disponível em: http://www.apct.pt/Analise_simples.php [consultado a 26 de junho de 2016]

⁸ Disponível em: <http://static.publico.pt/homepage/site/nos/EstatutoedpublicoPT.asp> [consultado a 26 de junho de 2016]

⁹ Entrevista a Alexandre Martins disponível no anexo 1, página 72

Existem ainda ligações para os suplementos do jornal (*Fugas*, *Ípsilon* e *Inimigo Público*) e para outros *sites* do jornal mais direcionadas para a cultura e para o entretenimento como o Cincartaz, o Life & Style, o P3, e o Guia do Lazer.

Os utilizadores do *público.pt* podem-se registar no *site* de forma a participarem em atividades dentro do mesmo. Já a assinatura digital permite ao utilizador ter acesso a todos os conteúdos do jornal em diversas plataformas, assim como a outras vantagens exclusivas.

2.3 – *Ípsilon*



Fig. 2 – Logótipo do *Ípsilon*

O *Ípsilon* é o suplemento do *Público* dedicado às artes e à cultura.

Nele encontram-se artigos dedicados à música, ao cinema, ao teatro, à dança, a livros, às diversas artes, à arquitetura e ao *design*.

Sai à sexta-feira com o jornal diário. O seu editor é Vasco Câmara.

2.4 – *Inimigo Público*

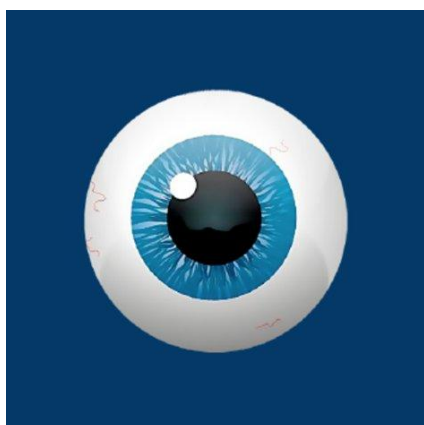


Fig. 3 – Logótipo do *Inimigo Público*

“Se não aconteceu, podia ter acontecido.” Este é o *slogan* do suplemento humorístico do *Público*.

O *Inimigo Público* tem como objetivo satirizar acontecimentos da vida política e social, combinando a imagem e o humor.

Sai à sexta-feira com o jornal diário. O seu editor é Luís Pedro Nunes.

2.5 – *Fugas*

The image shows the logo for 'Fugas', which consists of the word 'Fugas' in a large, bold, black serif font. The letters are closely spaced and have a classic, slightly ornate appearance.

Fig. 4 – Logótipo da *Fugas*

A *Fugas* é uma revista dedicada, essencialmente, ao lazer. Nela encontram-se artigos relacionados com viagens, hotéis, restaurantes e bares, vinhos e motores.

Sai ao sábado com o jornal diário. Os seus editores são Sandra Silva Costa e Luís J. Santos (*online*).

2.6 - O “Público Mais”¹⁰

O “Público Mais” é um projeto baseado num fundo financiado por diversas empresas, com o objetivo de fornecer aos leitores conteúdos jornalísticos de referência, estando a sua utilização sob responsabilidade da direcção editorial do *Público*.

Este fundo é utilizado na área da Multimédia, bem como nas três grandes áreas do jornal – Grande Reportagem, Cultura e Ciência/Ambiente.

As empresas que colaboram com o *Público* neste projeto são o Novo Banco, a EDP, a Galp, a Mota-Engil, a REN, o Banco Santander Totta e a Vodafone.

Nas palavras da diretora do jornal, o “Público Mais” permite “fazer trabalhos distintivos e diferentes”¹¹.

¹⁰ Disponível em: <http://static.publico.pt/publicomais/> [consultado a 26 de junho de 2016]

¹¹ Entrevista a Bárbara Reis disponível no anexo 1, página 94

Capítulo II - O *Newsmaking*: dos antecedentes ao impacto da tecnologia

O foco desta investigação será o *newsmaking* da secção Mundo do *Público*. De forma a compreender o conceito, serão apresentados autores e teorias fundamentais para analisar o objeto de estudo. Inicialmente, vão ser apresentados alguns dos estudos clássicos, complementados, posteriormente, com questões e problemáticas atuais que afetam o processo de produção de notícias.

1. O *gatekeeping* e a teoria organizacional

O conceito de *gatekeeper* foi inicialmente desenvolvido por Kurt Lewin em 1947. Ao estudar o consumo de alimentos na sociedade, o autor chegou à conclusão de que estes chegavam às famílias através de diversos canais, onde um *gatekeeper* - indivíduo ou grupo com o poder de decisão – permitia ou não a passagem ao canal seguinte.

Este modelo teórico, que para Lewin podia ser aplicado a qualquer área, foi a base para a obra “O *gatekeeper*: uma análise de caso na seleção de notícias” (1950/1993) de David Manning White, que analisou o papel do *gatekeeper* na comunicação de massas. O autor chegou à conclusão de que “a comunicação de «notícias» é extremamente subjetiva e dependente de juízos de valor baseados na experiência, atitudes e expectativas do *gatekeeper*” (White, 1950/1993:145).

Neste estudo, através da criação da figura de Mr. *Gates* – um jornalista com 25 anos de experiência com a função de selecionar as notícias a publicar num jornal da cidade de Midwest –, o autor descobriu que “cerca de nove despachos de agências, em dez, são eliminados e só um em dez descobre o caminho para aparecer como notícia no jornal” (Wolf, 2009:180). As justificações mais comuns para a rejeição das notícias são, entre outras, “o seu valor noticioso”, “falta de espaço” ou “sobreposição com outras histórias já selecionadas”.

Posteriormente, outros estudos académicos trouxeram novas questões para o centro do debate em relação ao processo de produção noticioso, relativizando a figura do *gatekeeper* em detrimento de ideias centradas no papel do aparelho institucional – o órgão de comunicação social no qual o jornalista está inserido. “O caráter individual da atividade do *gatekeeper* é ultrapassado, acentuando-se, em particular, a ideia de seleção como processo hierarquicamente ordenado e ligado a uma rede complexa de *feed-back*” (Wolf, 2009:181).

O foco dado na análise dos papéis produtivos e da organização burocrática da qual o jornalista faz parte inicia-se com o estudo “Controlo social na redação: uma análise funcional” (1955/1993), de Warren Breed, em que o autor desenvolveu a teoria organizacional, segundo a qual “o trabalho jornalístico é influenciado pelos meios de que a organização [jornalística] dispõe” (Traquina, 2002:85).

Breed procura então dar resposta à questão: “Como é mantida a orientação política apesar de muitas vezes transgredir as normas jornalísticas, de, muitas vezes, os jornalistas discordarem dela, e de os executivos não poderem legitimamente ordenar que ela seja seguida?” (Breed, 1955/1993:154). O autor divide os jornalistas em duas categorias principais: os “executivos” (o *publisher* e os editores) e os “*staffers*” (repórteres, responsáveis pelo *rewriting*, revisores, entre outros). Nesta divisão, a política editorial é determinada pelos “executivos”, ao passo que as notícias são escritas pelos “*staffers*”. É na relação entre estas duas categorias que atitudes e interesses entram em conflito.

Para o autor existem seis fatores que explicam o conformismo do jornalista relativamente à orientação política da instituição na qual está inserido: a “autoridade institucional e as sanções”; o “sentimento de obrigação e de estima para com os superiores”; a ideia de “aspiração de mobilidade”; a “ausência de grupos de lealdade em conflito”; o próprio “prazer da atividade” jornalística; o “valor da notícia”. Neste sentido, a linha editorial da instituição acaba por ser adquirida “por osmose”, onde “em vez de aderir a ideais sociais e profissionais, o jornalista redefine os seus valores até ao nível mais pragmático do grupo redatorial” (Traquina, 2002:84), vendo-se envolvido num sistema de punição/recompensa.

Ao centrar a sua análise na relação estabelecida entre o jornalista e organização em que este está inserido, o trabalho desenvolvido por Warren Breed constituiu um marco fundamental para os estudos seguintes que analisaram o processo de produção de notícias.

2. Constrangimentos a nível organizacional

2.1 – A “máquina do tempo”

Uma das principais dificuldades que um jornalista enfrenta no dia-a-dia é a constante pressão do tempo e a necessidade de cumprir os *deadlines*. Schlesinger (1977/1993)

realçou que a pressão temporal é uma constante no trabalho de um jornalista, onde o conceito de tempo está inserido dentro das rotinas de produção do seu trabalho.

Os jornalistas têm de lidar com os chamados “espaços noticiosos”, sendo que “para os produtores jornalísticos a existência desses *slots* coloca um problema: têm de ser «preenchidos com notícias» (...) assim, os *time-slots* moldam o dia, apresentando um conjunto de alvos formais à equipa de produção. Para estarem à altura dos *time-slots* os jornalistas têm de primeiro respeitar os seus *deadlines*” (Schlesinger, 1977/1993:182).

Desta forma, os jornalistas são membros de uma cultura cronometrada e a organização jornalística é vista como um tipo de “máquina do tempo”, onde têm de enfrentar as noções do imediato o imediatismo exterior ou a *running story* (“estória” em atualização). Estes fatores afetam o processo de *newsmaking*, levando os jornalistas a enfrentarem “situações de incerteza, quer porque nem sempre reúnem os dados desejados quer porque necessitam de selecionar rapidamente acontecimentos e informações” (Sousa, 2000:52).

A ideia de “máquina do tempo” de Schlesinger coloca o fator tempo no centro dos desafios que o jornalista encontra dentro da instituição em que está inserido, concluindo que “o sistema de ciclos ao longo do dia noticioso tende para a abolição da consciência histórica, criando uma perpétua série de primeiros planos, à custa do aprofundamento e do *background*” (Schlesinger, 1977/1993:189).

2.2 – Ação política

Outro dos constrangimentos que o jornalista pode enfrentar a nível organizacional é a subordinação ao poder estabelecido, o que faz com que o seu trabalho possa levar a uma distorção na reprodução das notícias, com os *media* a desempenharem uma função instrumental, servindo políticas instituídas pelo poder estabelecido.

Esta ideia é desenvolvida na teoria da ação política, nomeadamente por Edward S. Herman através do estudo “A diversidade de notícias: «Marginalizando» a oposição” (1985/1993), em que o autor aborda dois estudos de caso para demonstrar o uso seletivo de critérios de acordo com a agenda política americana: o conflito no Camboja e em Timor Leste, e a cobertura das eleições em El Salvador e na Nicarágua.

Partindo da ideia de que apenas um determinado conjunto de factos é colocado à disposição da população e que, por conseguinte, a condição de diversidade significativa não se verifica, o autor sugere o conceito de *propaganda framework*, que considera que nos *media* existe uma tendência para construção do consenso e da ideologia.

Tendo em conta que os meios de comunicação de massas estão “altamente concentrados” em cerca de uma dúzia de entidades que dominam o fluxo de notícias para o público é expectável que, com base no conceito de *propaganda framework*, os *media* favoreçam determinados interesses do poder estabelecido, deixando outros assuntos de fora da sua cobertura noticiosa. Esta ideia verifica-se quando “surgem situações em que podem ser «marcados pontos contra inimigos» ou ideias ameaçadoras (...) pelo contrário, quando acontecimentos muito semelhantes ocorrem em países amigos, os *media* mostrarão interesse pelas circunstâncias especiais envolvidas e prosseguirão uma política de negligência benigna” (Herman, 1985/1993:217). Através de uma análise à cobertura feita pelo *New York Times* às eleições em El Salvador e na Nicarágua e à análise da cobertura dada aos conflitos no Camboja e em Timor-Leste, o autor conseguiu confirmar a existência do *propaganda framework* na cobertura noticiosa.

Neste sentido, segundo a teoria da ação política, “o campo jornalístico é uma arena fechada [onde se verifica] a tendência para o encerramento virtual do sistema mediático (...) É um campo totalmente fechado que apenas reproduz opiniões favoráveis aos capitalistas” (Traquina, 2002:93).

2.3 – O fator económico

Tendo em conta que grande parte das organizações de *media* está concentrada num conjunto de empresas, é importante ter em conta que os membros de um órgão de comunicação social devem responder aos proprietários e aos seus dirigentes, o que levanta várias questões relativamente ao rumo e aos condicionamentos que podem estar subjacentes ao trabalho jornalístico.

O fator económico assume um papel fundamental na medida em que o objetivo principal da maioria das empresas e organizações é conseguirem ser lucrativas. Desta forma, os *media* enfrentam cada vez maiores pressões económicas, que podem acabar por condicionar ou até mesmo ditar as decisões jornalísticas. “A forma como as

organizações [de *media*] estão estruturadas influencia o seu conteúdo ao afetar a sua cultura ocupacional e ao determinar o seu nível de independência das grandes corporações, às quais muitas destas organizações agora fazem parte” (Shoemaker e Reese, 1996:164-165).

Assumindo que o objetivo do jornalismo e dos jornalistas é servir o público e produzir um serviço de qualidade, é fundamental ter em conta que estas tarefas exigem uma reflexão para além da questão organizacional, uma vez que há um fator decisivo que marca profundamente os meios de comunicação: a sua propriedade por parte de empresas e/ou grupos exteriores aos próprios *media* (Shoemaker e Reese, 1996:138).

2.4 – Teoria estruturalista

Já a teoria estruturalista reconhece alguma autonomia aos jornalistas relativamente ao poder económico. Nesta teoria, “o processo de produção de notícias não só pressupõe a natureza consensual da sociedade, como sublinha como consensual o papel das notícias no reforço da construção da sociedade” (Traquina, 2002:103).

Para Hall *et all* (1973/1993) existem três aspetos fundamentais na produção social das notícias: a organização burocrática dos *media*, a estrutura de valores-notícia e o momento da construção da notícia e a sua apresentação ao público. O mais importante, para os autores, é precisamente este último, sendo que, neste processo de construção noticioso, os jornalistas veem-se muitas vezes dependentes de indivíduos ou grupos com posições institucionalizadas privilegiadas, acabando, desta forma, por “reproduzir simbolicamente a estrutura de poder existente na ordem institucional da sociedade (...) [sendo que] o resultado desta preferência estruturada dada pelos *media* às opiniões dos poderosos é que estes «porta-vozes» se transformam no que se apelida de definidores primários (*primary definers*) de tópicos” (Hall *et all*, 1973/1993:229).

Contudo, segundo esta teoria, os *media* dispõem de alguma autonomia, nomeadamente no processo de seletividade (quando impõem os seus critérios na escolha dos acontecimentos que se vão transformar em notícia) ou quando transformam um acontecimento numa notícia acabada, onde define a sua forma de discurso, o seu “idioma público”. Na imprensa, particularmente, verifica-se a capacidade dos *media* em expor a sua opinião sobre determinados acontecimentos, nomeadamente através dos editoriais, isto é, “falar pelo público”. Apesar desta relativa autonomia, “os *media* –

embora involuntariamente e através das suas próprias vias «autónomas» - tornaram-se efetivamente num aparelho do próprio processo de controlo” (Hall *et all*, 1973/1993:248).

Para estes autores “as pressões práticas constantes de trabalho contra o relógio e as exigências profissionais de imparcialidade e objetividade combinam-se para produzir um exagerado acesso sistematicamente estruturado aos *media* por parte dos que detêm posições institucionais privilegiadas” (Traquina, 2002: 104), que faz com os *media* não sejam os “definidores primários”, mas sim reprodutores que desempenham um papel secundário na construção dos acontecimentos noticiosos.

3. A produção de notícias

Como afirma Mauro Wolf (2009:183), “os estudos sobre os *gatekeepers* associavam o conteúdo dos jornais ao trabalho de seleção das notícias (...) [enquanto] os recentes estudos sobre a produção de notícias [*newsmaking*] relacionam a imagem da realidade social, fornecida pelos *mass media*, com a organização e a produção rotineira dos aparelhos jornalísticos” (Wolf, 2009:183).

Neste sentido, os estudos sobre o *newsmaking* centram a sua análise no facto de as notícias serem influenciadas por forças conformadoras ao nível da organização jornalística, sendo que “as decisões tomadas pelo jornalista no processo de produção de notícias só podem ser entendidas inserindo o jornalista no seu contexto mais imediato – o da organização para qual ele ou ela trabalham” (Traquina, 1988/1993:167).

Assim, “no contexto da unidade produtiva constituída pela empresa, o jornalista encontra-se sujeito a uma série de dependências e constrangimentos resultantes de uma organização estrutural, com maior ou menos rigidez” (Correia, 1997:249), em que o local de trabalho “constitui o centro da atividade específica da empresa mediática, reunindo no seu seio um grupo de profissionais organizados com um objetivo comum: a produção de notícias” (Correia, 1997:230).

Entre os fatores a nível organizacional destacam-se os *deadlines*, o espaço de que os jornalistas dispõem para as suas notícias, as políticas organizacionais de cada uma das empresas jornalísticas ou as características do meio social e cultural. Estes fatores são definidos como “ecossistemáticos” e são vistos como “o fator crítico para a construção

das notícias e, conseqüentemente, para a dissonância não pretendida entre as representações da realidade que as notícias são e a realidade em si” (Sousa, 2000:42).

A abordagem do *newsmaking* “articula-se, principalmente, dentro de dois limites: a cultura profissional dos jornalistas e a organização do trabalho e dos processos produtivos. As conexões e as relações existentes entre os dois aspetos constituem o ponto central deste tipo de pesquisa” (Wolf, 2009:188). Existe, portanto, uma ligação entre a organização de trabalho nos *media* e os elementos da cultura profissional do jornalista, que determinam as características que os acontecimentos devem ter para serem, posteriormente, transformados em notícias.

No que diz respeito aos acontecimentos, estes podem ser classificados de diversas formas, nomeadamente em acontecimento jornalístico e em acontecimento mediático. O primeiro “constrói-se, normalmente de acordo com critérios de seleção editorial”, ao passo que o segundo distingue-se por despertar uma “excecional atenção dos *media*, exercendo certa hegemonia nos espaços destinados à informação” (Mesquita, 2003:29).

Ora, dentro dos acontecimentos mediáticos é importante ter em conta a distinção proposta por Mário Mesquita (2003:33) com base no estudo de Kepplinger e Habermeyer (1995), onde são diferenciados os acontecimentos “genuínos”, que são independentes dos *media*, os mediados, influenciados pelos *media*, e os que são “encenados” para os *media*.

Estas distinções, que têm como objetivo analisar a intervenção dos *media* na construção das notícias, chamam a atenção para a forma como é feita a narrativa mediática, em que “mesmo nos acontecimentos ditos «genuínos» existe sempre uma forte dose de construção mediática, que se manifesta, não só na focalização e na forma de expressão, mas na relevância que lhes é atribuída” (Mesquita, 2003:34).

Desta forma, as notícias são o resultado de um trabalho onde é feita uma perceção, seleção e transformação de um acontecimento em algo com valor noticioso, que posteriormente é construído pelos *media*. “Os acontecimentos constituem um imenso universo de matéria-prima; a estratificação deste recurso consiste na seleção do que irá ser tratado, ou seja, na escolha do que se julga ser matéria-prima digna de adquirir a existência pública de notícias, numa palavra – noticiável” (Traquina, 1988/1993:169).

3.1 – “Noticiabilidade” e valores-notícia

O conceito de “noticiabilidade” pode ser definido como o “conjunto de requisitos que se exigem dos acontecimentos – do ponto de vista da estrutura de trabalho nos órgãos de informação e do ponto de vista do profissionalismo dos jornalistas – para adquirirem a existência pública de notícias (...) corresponde [também] ao conjunto de critérios, operações e instrumentos com os quais os órgãos de informação enfrentam a tarefa de escolher, quotidianamente, de entre um número imprevisível e indefinido de factos, uma quantidade finita e tendencialmente estável de notícias” (Wolf, 2009:190). Assim, a questão central é perceber o que é notícia e quais são os critérios que determinam que acontecimentos ganhem um estatuto noticioso.

É importante também referir que “na prática quotidiana das redações, a avaliação da noticiabilidade faz-se, geralmente, em dois planos: o do acontecimento isoladamente e o do acontecimento integrado no conjunto de todos aqueles susceptíveis de virem a ser incluídos no noticiário, na medida em que o equilíbrio interno deste (...) é em si próprio um valor-notícia e um factor considerado de grande importância para a construção do produto informativo como um todo” (Correia, 1997:145).

Posto isto, torna-se necessário abordar os “valores-notícia” enquanto componente da “noticiabilidade”. Estes indicam quais são os acontecimentos que são significativos, relevantes e que preveem o que o público vai achar apelativo e importante para ser transformado em notícia, ou seja, “o julgamento daquilo que é notícia é feito através da capacidade de avaliar histórias com base em valores-notícia acordados, que fornecem medidas de noticiabilidade e constituem uma rotina orientada para o público” (Shoemaker e Reese, 1996:106).

Os valores-notícia referem-se aos critérios que os jornalistas utilizam na seleção dos acontecimentos, funcionando como “como linhas-guia para a apresentação do material, sugerindo o que deve ser realçado, o que deve ser omitido, o que deve ser prioritário nessa construção” (Traquina, 2002:186-187).

Shoemaker e Reese (1996:106) propõem, então, seis características que devem estar subjacentes aos acontecimentos para que estes se transformem, posteriormente, em notícias:

1. Proeminência/importância: quanto maior for o impacto de uma “estória”, quantas mais pessoas afetar, maior o seu valor enquanto notícia.
2. Interesse humano: o interesse do público pela vida de outras pessoas, nomeadamente de políticos, celebridades e “estórias” dramáticas.
3. Conflito/controvérsia: o público tende a interessar-se por assuntos que fujam à normalidade e à harmonia, uma vez que, habitualmente, situações conflituosas alertam para questões importantes.
4. Incomum/involgar: os acontecimentos invulgares fogem à rotina e isso desperta curiosidade.
5. Imediato/atualidade: os acontecimentos atuais tendem a obter maior atenção por parte do público: as pessoas querem saber o que se está a passar no presente.
6. Proximidade: os acontecimentos mais próximos têm uma “noticiabilidade” mais elevada devido ao interesse e impacto que assumem na vida das pessoas.

Para além dos valores-notícia, é importante acrescentar alguns fatores noticiáveis propostos por Harcup e O'Neill (2001:262-263) a partir do trabalho clássico de Galtung e Ruge (1965), isto é, um conjunto de características importantes a ter em conta no momento de seleção daquilo que vai ser notícia. Entre eles, destacam-se a significância (as semelhanças culturais influenciam o que pode ser noticiável); a consonância (o jornalista pode ter uma ideia predefinida que aumenta a possibilidade de um acontecimento ser transformado em notícia); referência a nações e a pessoas de elite (porque existe uma maior tendência para afetar a vida geral da população); e a referência a algo negativo.

Os valores-notícia são, desta forma, um instrumento bastante útil para que a seleção do material jornalístico seja feita de uma forma rápida e flexível. Estão presentes nas fases de recolha, seleção, elaboração e apresentação da informação, e continuam presentes ao longo de todo o restante percurso da atividade jornalística.

4. Rotinas produtivas

Para criarem notícias, os *media* veem-se na necessidade de ter à sua disposição os acontecimentos de rotina, estabelecendo uma relação com aqueles que procuram criar acontecimentos públicos. Assim, necessitam de criar uma ordem no tempo e no espaço, e de procederem a uma “rotinização” do trabalho jornalístico.

Esta “rotinização” traduz-se na criação de rotinas produtivas. “O elemento fundamental das *routines* produtivas, isto é, a substancial escassez de tempo e de meios, acentua a importância dos valores-notícia, que se encontram, assim, profundamente enraizados em todo o processo informativo” (Wolf, 2009:218).

Ao rotinizarem o seu trabalho, os jornalistas conseguem trabalhar mais eficazmente, numa profissão “onde sobressai como pano de fundo uma tensão constante entre o caos e a ordem, a incerteza e a rotina, a criatividade e o constrangimento, a liberdade e o controlo” (Traquina, 2002:119).

Os jornalistas têm então de conjugar diversas tarefas e funções, de forma a ir ao encontro dos interesses e necessidades do público, ao mesmo tempo que têm de fazer o seu trabalho respeitando e seguindo os princípios de objetividade, fundamentais no jornalismo.

Para tal, e tendo em conta limitações como a questão do tempo necessário para refletir sobre as suas “estórias”, o jornalista necessita de seguir um conjunto de “procedimentos ou estratégias que o protegem de riscos como processos de calúnia ou reprimendas dos seus superiores” (Shoemaker e Reese, 1996:108). Estes procedimentos consistem, entre outros, na verificação dos factos, na utilização de citações dos enunciadores e na inclusão de várias versões da “estória”, o que lhe permite distanciar-se e cingir-se a factos, deixando as suas opiniões pessoais de fora.

Depois de garantida a objetividade nas notícias que escreve, o jornalista entra na fase seguinte das rotinas produtivas, onde tem de apresentar as suas “estórias” de uma forma apelativa, com o intuito de despertar a atenção do público. Falando do caso dos jornais, “as estórias devem ser de leitura agradável, as fotos devem estar enquadradas apropriadamente nas páginas, e as manchetes compostas diretamente para a atenção do leitor (...) as «estórias» devem ter um apelo inerente” (Shoemaker e Reese, 1996:109).

No entanto, se por um lado as rotinas permitem a criação de estratégias que facilitam o trabalho jornalístico, por outro elas próprias podem funcionar como restrição ao jornalista. Se é verdade que os jornalistas são obrigados a criar uma “rotinização” para enfrentarem as dificuldades do seu trabalho, estas próprias rotinas acabam por condicioná-lo, nomeadamente ao nível da tecnologia, dos *deadlines*, do espaço, das

normas, do relacionamento com as fontes e da própria atenção do público, da qual estão dependentes (Shoemaker e Reese, 1996:132).

4.1 – Os *news promoters* e os *news assemblers*

Molotch e Lester (1974/1993) analisaram a forma como as pessoas dentro da organização do trabalho jornalístico produzem o “conhecimento” dos acontecimentos públicos. Os autores consideraram que os acontecimentos são constituídos por três agências principais: os *news promoters* (indivíduos ou grupos que identificam uma ocorrência como especial), os *news assemblers* (profissionais do campo jornalístico que participam na construção do produto jornalístico) e os *news consumers* (os que “consomem” o produto fornecido pelos meios de comunicação social). O desenvolvimento dos acontecimentos públicos passa por três fases: a promoção, a montagem e o consumo.

O acesso aos *news assemblers* pode ser feito de três formas: acesso habitual (quando as necessidades de um indivíduo ou grupo coincidem com as dos meios de comunicação social), acesso disruptivo (quando os promotores têm de entrar em conflito com o sistema de produção jornalística através de situações de conflito) e acesso direto (“estórias” produzidas pelos *news assemblers*).

O grande problema é que, na maior parte das vezes, o acesso aos *media* é conseguido apenas pelos mais poderosos e com mais meios, condicionando, desta forma, o processo de produção de notícias que fica demasiado dependente destas mesmas fontes, podendo-se gerar situações de promiscuidade entre *news promoters* e *news assemblers*.

Isto leva a que muitas vezes as próprias rotinas burocráticas nas organizações de *media* sejam utilizadas por fontes externas para seu próprio benefício. “As rotinas do trabalho noticioso fornecem alavancas que os centros de poder agarraram para influenciar conteúdos (...) as fontes mais poderosas podem levar a que a imprensa se adapte às suas próprias rotinas e estruturas burocráticas, enquanto as menos favorecidas devem conformar-se com as rotinas dos *media* para terem a oportunidade de conseguir chegar às notícias” (Shoemaker e Reese, 1996:132)

Posto isto, Molotch e Lester alertam para o facto de que “para o cidadão ler o jornal como um catálogo dos acontecimentos importantes do dia (...) é preciso aceitar-se como

realidade o trabalho político através do qual os acontecimentos são considerados por aqueles que geralmente detêm o poder” (Molotch e Lester, 1974/1993:50).

4.2 – Fontes

Para assegurar uma cobertura que vá ao encontro dos objetivos de determinado órgão de comunicação social, o jornalista necessita de acesso a fontes de informação. Partindo da definição de Gans (1979), citada por Rogério Santos (1997), estas podem ser definidas como os “atores que os jornalistas observam e entrevistam, no sentido de fornecimento de informação e sugestão noticiosa, enquanto membros e representantes de grupos de interesse organizados ou não, bem como de setores mais vastos da sociedade e do país” (Santos, 1997:76).

As fontes podem ser de vários tipos, indo desde as fontes institucionais às oficiosas, das estáveis às provisórias, das ativas às passivas. Rogério Santos (1997:79), com base na sugestão de Lopéz (1995), categoriza as fontes segundo as seguintes categorias: próprias (jornalistas ligados à organização noticiosa); institucionais (ligadas ao poder político); espontâneas (setores da sociedade que entram em conflito com o poder); confidenciais (relacionados com o poder mas em confronto com o mesmo); anónimas (pessoas que fornecem informação mas que recusam identificar-se).

Para além disso, as fontes podem ser divididas em duas categorias: fontes primárias e fontes secundárias. As primeiras são as que organizam e divulgam um acontecimento, ou seja, segundo Molotch e Lester (1974/1993), os *news promoters* (promotores). O contacto entre fonte e jornalista é “direto ou somente mediado (...) e o jornalista pode fazer as perguntas que entender para procurar melhorar a informação” (Santos, 1997:108).

Por seu turno, a fonte secundária é a “fonte não criadora do acontecimento mas promotora do acontecimento” (Santos, 1997:109). Este tipo de fonte é cada vez mais comum devido às estruturas existentes dentro das organizações, como serviços próprios ou agências de comunicação, para divulgar os seus acontecimentos internos.

No entanto, é preciso ter em conta que os eventos só são transformados em notícia se o jornalista assim o entender. Por isso, a preocupação da fonte “é criar e manter informação nova a circular por forma a haver permanente matéria-prima a fornecer aos

jornalistas” (Santos, 1997:111), o que implica que contactos diretos com o jornalista sejam necessários.

As fontes assumem então um papel fundamental dentro do processo de *newsmaking*. “Os estudos sobre o *newsmaking* deram a conhecer este aspeto suficientemente claro e incontestado: a rede de fontes que os órgãos de informação estabelecem como instrumento essencial para o seu funcionamento, reflete, por um lado, a estrutura social e de poder existente e, por outro, organiza-se a partir das exigências dos procedimentos produtivos” (Wolf, 2009:224).

Os meios de comunicação social têm uma enorme necessidade de cobrir acontecimentos calendarizados e, neste aspecto, as fontes dão-lhes garantias. Daí que, normalmente, sejam as fontes oficiais aquelas que correspondem às necessidades organizativas das redações. Já as fontes institucionais são fundamentais na medida em que, habitualmente, fornecem material suficiente para fazer notícias, com o órgão de comunicação social a não necessitar de demasiadas fontes para obter as informações necessárias para a construção das suas notícias.

Para além disso, os jornalistas estabelecem relações contínuas com as suas próprias fontes (que se transformam em fontes pessoais), que os vão mantendo informados. Uma relação de confiança mútua é fundamental, uma vez que o custo para o jornalista de perder uma fonte deste género é bastante elevado, o que faz com que muitas vezes o jornalista fique dependente – nem sempre de uma forma consciente – da sua fonte, em função da qualidade da informação que esta lhe transmite.

Mas, se é verdade que as fontes são fundamentais para a construção de notícias, também é importante referir que estas, muitas vezes, têm os seus próprios interesses na sua relação com os jornalistas. Nesse sentido, exige-se ao jornalista uma capacidade de lidar da melhor forma com as fontes, uma vez que, muitas vezes, a informação que estas divulgam tem objetivos internos, como a manutenção da sua imagem ou a tentativa de moldar a opinião pública com base nos seus interesses.

4.3 – Agências de notícias

No dia-a-dia de uma organização noticiosa, as agências de notícias assumem um papel importante. Os *media* e as agências são indissociáveis, sendo que “as grandes agências

de imprensa, supranacionais ou nacionais, constituem indubitavelmente «a fonte» mais notável de materiais noticiáveis” (Wolf, 2009:231).

A preponderância da informação das agências deve-se, acima de tudo, às vantagens económicas que elas possibilitam. Desta forma, e tendo em conta a omnipresença das mesmas nos vários *media* – desde os jornais, à rádio ou à televisão – tal leva a que a sua utilização acabe por ditar em grande parte os valores-notícia e aquilo que constitui notícia. “A sua utilização, espalhada por todo o mundo, acaba por provocar uma forte homogeneidade e uniformidade das definições daquilo que constitui notícia” (Wolf, 2009:232).

Nesta perspectiva, a “noticiabilidade” estaria dependente daquilo que as agências consideram ser critério para que determinado acontecimento seja transformado em notícia. O que acontece regularmente é as agências alertarem as redações sobre determinados assuntos, sendo que estas depois constroem as suas próprias “estórias” – isto quando não se limitam à simples reprodução da informação da agência.

Apesar de algumas críticas que são feitas à abordagem dos *media* demasiado focado nas agências – devido ao facto de ser uma forma demasiado passiva de fazer informação –, estas conseguem manter a sua importância, nomeadamente devido a uma lógica económica.

Para além disso, e tendo em especial atenção as agências supranacionais, estas permitem que os vários *media* possam noticiar acontecimentos de todos os cantos do mundo, sem necessitarem de ter enviados especiais em todos os países, uma vez que tal seria impossível. Mesmo quando uma organização jornalística nacional decide enviar um correspondente para determinado país, a informação das agências é fundamental para “guiar” o repórter. “Assim, mesmo os órgãos de informação que podem enviar correspondentes para cobrirem as notícias no estrangeiro dependem da seleção das agências, na escolha das notícias a «cobrir por conta própria»” (Wolf, 2009:233).

Contudo, apesar das vantagens que as agências trazem, também é necessário referir algumas das críticas que podem ser feitas à abundância na sua utilização.

Julia Cagé, na sua obra “Salvar os *Media*: Capitalismo, Financiamento Participativo e Democracia” (2016), nota que muitas vezes os *media* prendem-se demasiado à informação que recebem e não são capazes de obter informação em primeira mão. “Os

jornais despendem uma crescente energia a publicar o mais depressa possível despachos de agências nos seus sítios da Internet, como se a capacidade de resposta no copia-e-cola tivesse mais importância do que a recolha de uma informação original. E isso ao mesmo tempo que não param de reduzir as dimensões da sua sala de redação” (Cage, 2016:14).

A autora deixa também algumas críticas ao facto de a própria vantagem económica da subscrição dos serviços de agência já não ser tão rentável como foi no passado. “A função das agências de imprensa é reduzir essa inútil duplicação de esforços (...) mas isso só resolve as dificuldades em parte, porque as subscrições dos serviços de agência continuam a ser muito dispendiosas para os jornais “(Cage, 2016:43). A autora alerta ainda para o tempo que é gasto a reproduzir de forma quase instantânea os despachos das agências, o que não permite libertar recursos para trabalhos próprios . Isto remete para a “dependência cada vez maior das agências, à medida que é expectável que os jornalistas façam mais com menos tempo, menos recursos e menos colegas” (Deuze e Marjoribanks, 2009:555).

5. Impacto da tecnologia no jornalismo

Muitos constrangimentos a nível organizacional referidos ao longo deste capítulo – contextualizados à época a que os respectivos estudos se referem –, como a pressão do tempo ou as limitações económicas, mantêm-se actuais, acrescidos, no entanto, de novas circunstâncias.

No processo de *newsmaking*, os jornalistas lidam com um fenómeno que tem vindo a alterar significativamente a prática jornalística: a emergência das novas tecnologias.

Nos dias de hoje, em que praticamente qualquer pessoa com acesso à Internet consegue aceder às notícias e exigir ainda mais velocidade na produção de informação, “a tecnologia criou uma nova organização económica do jornalismo, na qual as normas da profissão estão a ser postas à prova, redefinidas e, por vezes, efectivamente abandonadas” (Kovach e Rosenstiel, 2001: 15).

Estamos, portanto, a assistir a uma transição da informação para as plataformas digitais, uma transição que está a ser acelerada pela “ampla disponibilidade de plataformas de *media* sociais, quase em tempo real, que aceleram o ciclo de notícias, mesmo para além das já significativas pressões dos canais noticiosos de 24 horas” (Bruns, 2011:118).

Se o fator tempo, antes da emergência das novas tecnologias, já era considerado bastante condicionador do trabalho jornalístico, hoje em dia tal está cada vez mais vincado. A juntar a isto, o trabalho jornalístico desenvolve-se cada vez mais em ambientes precários, à medida que as salas de redação vão sendo drasticamente reduzidas.

Assim, a “revolução fez-se sob um constrangimento de recursos, o que leva a que, para a maioria dos títulos, as possibilidades digitais não tenham surgido como complemento de um conteúdo de informação de qualidade (tanto destinado ao papel como à rede), mas em seu detrimento” (Cage, 2016:45), sendo que “a tecnologia está a moldar uma nova organização económica para as empresas jornalísticas, no seio das quais o jornalismo aparece numa posição subordinada” (Kovach e Rosenstiel, 2001: 17).

5.1 – Transformações na profissão

A forma como as notícias são produzidas e distribuídas está em mutação, e, nos dias que correm, é possível que seja o próprio jornalista a fazer o seu trabalho e a distribuí-lo por conta própria, colocando em causa o futuro das organizações jornalísticas como as conhecemos. “Embora, neste momento, a maioria dos jornalistas continue a trabalhar para organizações que distribuem notícias – organizações noticiosas –, não é claro por quanto tempo é que continuará a ser dessa forma” (Becker e Vlad, 2009:59).

Num relatório realizado por Robert Picard (2015) para o *Reuters Institute for the study of journalism* (RISJ) da Universidade de Oxford, intitulado “Percepção dos jornalistas sobre o futuro do trabalho jornalístico”, foram apresentados os resultados de 509 entrevistas realizadas a jornalistas ocidentais, inquiridos sobre a forma como veem o futuro do seu trabalho ao nível de exigências, recompensas e implicações.

Os resultados demonstram que os jornalistas pensam que a sua profissão terá menos apoio institucional no futuro, o que leva a que esta se torne num trabalho cada vez mais instável e sem grandes perspetivas de carreira. Apesar de reconhecerem que as práticas e técnicas jornalísticas não estão ameaçadas, os inquiridos reconhecem que, no futuro, terão de pensar na construção de uma “marca pessoal” e de uma mentalidade mais “empreendedora”, sintomas de uma visão do jornalismo cada vez mais individualista, *stressante* e instável. Não obstante, os resultados revelam que os inquiridos não estão

particularmente pessimistas em relação ao futuro do jornalismo enquanto atividade profissional.

Este estudo demonstra que o jornalismo é uma profissão que do ponto de vista dos jornalistas está num processo de transição, reflexo das alterações tecnológicas e consequentes mudanças nas práticas jornalísticas. O grande desafio para os *media*, como nota Robert Picard (2015:2), é “garantir que as mudanças radicais no jornalismo, com a passagem das organizações do século XX para as do século XXI, são acompanhadas pelo desenvolvimento de fortes meios de profissionalismo jornalístico e com os meios necessários para apoiá-los”.

5.2 – O fim do papel?

O fenómeno da tecnologia leva a questionar os formatos tradicionais do jornalismo, tendo em conta que as transformações contextuais “sugerem que o jornalismo em vários tipos de *media* está confrontado com desafios significativos em que a produção de notícias e as pessoas envolvidas nesses processos enfrentam um período de intensa incerteza, insegurança e até mesmo de crise” (Deuze e Marjoribanks, 2009:557).

Os jornais em papel, nomeadamente, enfrentam um período de crise, derivado das mudanças tecnológicas e demográficas, em que “as novas gerações [crescem] inteiramente sem a experiência de subscrever, de pagar ou mesmo de ler jornais impressos” (Bruns, 2011:125).

Com os padrões de consumo de notícias em mutação e a base económica dos jornais em papel a passar por dificuldades, os gestores das organizações noticiosas têm reformulado a forma como operam, com o digital a assumir um papel fundamental. “Nos jornais, isso significou principalmente cortes nas despesas e no investimento ligado à informação, para se tornarem mais atrativos” (Kovach e Rosenstiel, 2001: 60).

No entanto, é prematuro falar no fim do jornal em papel. Não só porque ainda não existe um modelo consensual de como será o jornalismo no futuro, como porque o próprio digital enfrenta diversas dificuldades em estabelecer-se como modelo definitivo. Uma das principais dificuldades é, precisamente, a disponibilidade ou não dos leitores para pagar pela informação. “À medida que os principais *sites* de notícias competem uns com os outros a uma escala global, as audiências passaram a ter a expectativa de aceder às

notícias gratuitamente e com o mínimo de interrupções possível, seja por publicidade, *paywalls* ou modelos de subscrição” (Bruns, 2011:125).

Enquanto não existe uma solução, erroneamente o “debate centra-se com mais frequência sobre a «morte do papel», quando o importante não é o suporte, mas sim o conteúdo” (Cage, 2016:59). E esse conteúdo é condicionado por diversos constrangimentos, nomeadamente os novos desafios que a tecnologia está a colocar à produção jornalística.

5.3 – *Gatekeeping* e *gatematching*

Posto isto, é necessário voltar ao conceito de *gatekeeper*, apresentado por Kurt Lewin e posteriormente desenvolvido por David Manning White (1950/1993), que consiste “no processo de seleção, escrita, edição, posicionamento e agendamento da informação que se vai transformar em notícia” (Shoemaker et al, 2009:73)

O *gatekeeping* continua, nos dias de hoje, a ser fundamental para o jornalismo na medida em que é através dele que os jornalistas conseguem selecionar e moldar a quantidade de informação que se torna notícia. No entanto, ao longo dos anos, este processo tornou-se cada vez mais complexo. Como notam (Shoemaker et al, 2009:78), “as mudanças institucionais causadas pela tecnologia (...) vão provocar mudanças naquilo que as organizações noticiosas fazem e na forma como funcionam”, sendo que a diversificação dos canais de informação veio alterar a forma como o processo de *gatekeeping* é feito.

Neste sentido, Axel Bruns (2011) introduziu o conceito de *gatematching*. Este conceito vai ao encontro da possibilidade de os consumidores de notícias serem, hoje, capazes de “participar num esforço distribuído e vagamente organizado para assistir e controlar as informações que passam através dos canais [noticiosos]” (Bruns, 211:121).

Esta mudança é, segundo o autor, impulsionada por dois aspetos: a multiplicação contínua de canais disponíveis para a publicação e divulgação de notícias, e o desenvolvimento de formas de colaboração em que próprio utilizador pode criar conteúdos, o que constitui um desafio a uma função que, até à data, era exclusiva dos jornalistas.

Este paradigma leva a que o jornalista já não decida o que o público deva saber, mas que, ao invés disso, deva ajudá-lo a ordenar as informações. “A primeira tarefa do novo jornalista/explicador é verificar quais as informações que são fiáveis e ordená-las para que as pessoas possam apreendê-las de modo eficaz (Kovach e Rosenstiel, 2001: 23).

6. Novas formas de participação no jornalismo

Os padrões de consumo de *media*, particularmente entre um público mais jovem, aliados à contínua difusão da Internet, começam a dar alguns indicadores otimistas relativamente à participação democrática e a uma cidadania mais ativa. Perante este cenário, os *media* tradicionais, e os jornais em particular, lidam com novas formas participativas de produção de conteúdos, na esperança de se ligarem mais eficazmente à mudança de padrões, necessidades e preferências do seu público (Paulussen et all, 2007:132).

A Internet alterou os padrões de consumo ao facultar ferramentas que permitem aos seus utilizadores tornarem-se produtores de conteúdos, que podem ser, posteriormente, distribuídos a um nível global. Este fenómeno remete para a proliferação dos serviços da *web 2.0* (blogues, redes sociais), referentes a funcionalidades que colocam ênfase numa maior participação através da colaboração e partilha de informação.

6.1 – Jornalismo público, interativo, participativo e cidadão

Com a disseminação da informação, os cidadãos passaram a ter ao seu dispor mais meios para a construção da sua cidadania. Citando Joke Hermes (2006), Paulussen et all (2007:134) destacam a ideia de que esta construção vai para além da ideia de “estar bem informado”, uma vez que a Internet não produz novos cidadãos, mas, ao invés disso, fornece novas práticas.

Se, anteriormente, os meios de comunicação social eram a principal fonte de informação utilizada pelos cidadãos para formularem as suas opiniões, hoje em dia, perante estas transformações, é importante ter em conta o “jornalismo público”, que trouxe para o centro da discussão o papel do jornalismo na democracia e o seu compromisso para com o público (Paulussen et all, 2007:135).

O “jornalismo público” está em constante evolução, e caracteriza-se sobretudo pelo envolvimento das audiências no processo de produção de notícias, possível através das

diversas ferramentas disponibilizadas pelo jornalismo *online*. No entanto, as suas dimensões são variadas e não são totalmente consensuais.

Utilizando os modelos de participação no jornalismo propostos por Joyce Nip (2006), Paulussen et all (2007:136) apresentam três outras categorias para além do “jornalismo público”: “jornalismo interativo”, em que a *web* é utilizada como plataforma interativa e de discussão, que facilita a participação dos utilizadores, sendo que o jornalista é o produtor de conteúdos ; o “jornalismo participativo”, que solicita uma participação ativa dos cidadãos na captação, seleção, publicação e discussão das notícias; e, por fim, o “jornalismo cidadão”, semelhante ao anterior, mas com a diferença fundamental de que o processo de produção de notícias é totalmente retirado dos jornalistas e é entregue aos cidadãos, que se transformam, simultaneamente, em produtores e consumidores das notícias.

Estes três modelos de participação dos cidadãos no jornalismo demonstram que o jornalismo profissional está em mutação e que o seu papel na sociedade está a redefinir-se. O “jornalismo interativo” foca-se no envolvimento dos cidadãos na discussão e partilha de conteúdos, no entanto guarda para o jornalismo o papel de autoridade central na produção de notícias, uma ideia que contrasta com os outros dois modelos, que colocam o cidadão no centro deste processo. Na perspetiva do “jornalismo participativo” e do “jornalismo cidadão”, os cidadãos devem não só reivindicar para si um maior envolvimento no processo de *newsmaking*, como devem também exigir ao jornalista que este abdique do seu papel de *gatekeeper*, com a seleção e publicação das notícias a ser entregue ao público.

Num ambiente bastante competitivo para obter audiências, o “jornalismo *mainstream* está confrontado com a emergência de uma cultura digital em que os utilizadores estão cada mais ativamente participativos na criação e publicação de conteúdos” (Paulussen et all,2007:146). Estas transformações colocaram no centro da discussão o futuro do jornalismo, na tentativa de perceber até onde poderá e deverá ir o envolvimento dos cidadãos no processo de produção de notícias.

Uma população bem informada é fundamental para a democracia e os meios de comunicação social sempre tiveram (e continuam a ter) uma função vital para que tal seja possível. Um maior envolvimento dos cidadãos no processo noticioso deve ser visto com bons olhos, e o jornalismo terá, inevitavelmente, de se adaptar a esta nova

cultura digital. Não obstante, é fundamental reconhecer a exigência que a verificação da informação assume para o jornalismo, e essa é uma tarefa especializada que requer um trabalho profissionalizado, patente na figura do jornalista. Conjugando os limites do “jornalismo cidadão” com a necessidade dos *media* em alargarem o processo de *newsmaking* aos cidadãos é uma problemática que irá marcar os estudos do jornalismo nos próximos anos e que exigiria uma investigação mais aprofundada do que aquela que é proposta neste relatório.

Capítulo III – Metodologias de investigação

1. Análise documental

Depois de escolhido o tema para o relatório de estágio, na fase inicial da investigação foi feita uma análise documental de forma a compreender o que já foi estudado e elaborado por outros autores relativamente ao mesmo tema.

Quando se começa um trabalho de investigação, é inevitável que o assunto estudado já tinha sido abordado por outros autores. Assim, é “normal que um investigador tome conhecimento dos trabalhos anteriores que se debruçam sobre objetos comparáveis e que explicita o que aproxima ou distingue o seu próprio trabalho destas correntes de pensamento” (Quivy e Campenhoudt, 1992: 48).

Segundo António José Fernandes (1993), os métodos de análise de documentos nas ciências sociais dividem-se em duas categorias: os métodos clássicos ou tradicionais e os métodos quantitativos modernos.

Neste trabalho de investigação foi dada primazia aos métodos clássicos de análise de documentos, que eles próprios, segundo o mesmo autor, são divididos em duas categorias: a análise interna, que “visa o entendimento do sentido exacto do conteúdo do documento”, com um carácter mais ou menos subjetivo, e a análise externa que se foca no “esclarecimento do contexto em que surgiu e o impacto social que veio a ter o documento”, de forma a situar o mesmo no contexto em que foi produzido (Fernandes, 1993:168).

A análise e observação dos documentos envolve diversos procedimentos, sendo que é impossível analisar tudo o que pode constituir matéria relevante para o projeto de investigação. É, portanto, fundamental fazer uma escolha cuidada, que tenha em conta as principais investigações de referência sobre o tema em questão, procurando também acrescentar outras obras que possam acrescentar novas problemáticas e que permitam que o estudo ganhe mais pertinência.

A juntar a isto, é necessário ter presente o fator tempo. Tendo em conta o relativo curto período subjacente a este projeto de investigação, é fundamental ser-se pragmático e, como afirmam Quivy e Campenhoudt, “selecionar muito cuidadosamente um pequeno número de leituras e de se organizar para delas retirar o máximo proveito” (1992:49).

Neste projeto de investigação, optei por selecionar alguns dos principais estudos do *newsmaking*, entre os quais os estudos clássicos, bem como alguns estudos mais recentes que permitissem identificar e compreender as principais dificuldades que estão subjacentes ao processo de produção de notícias.

Depois de feita a seleção e leitura dos documentos – essencialmente artigos científicos e livros –, tratou-se de analisar o conteúdo dos textos, e para tal foi necessário utilizar ferramentas que permitissem organizar e estruturar a informação recolhida.

2. Observação participante

Tendo em conta que iria estar durante três meses na redação do *Público* a escolha da observação participante como metodologia de investigação era fundamental e inevitável. De uma forma sucinta, este método consiste em examinar o grupo em si, como colectividade. “É uma observação de certo modo global, oposta aos processos de observação parcial” (Fernandes, 1993: 177).

Através da observação participante, “o investigador pode estar atento ao aparecimento ou à transformação dos comportamentos, aos efeitos que eles produzem e aos contextos em que são observados” (Quivy e Campenhoudt, 1992:197).

Desta forma, como pretendo estudar o processo de produção de notícias (*newsmaking*) na secção Mundo do *Público*, estar inserido dentro da secção permite-me ser, simultaneamente, sujeito e objeto.

Ao contactar diretamente, durante o período do estágio curricular, com o grupo em estudo, foi possível observar os comportamentos dos jornalistas no dia-a-dia e analisar em primeira mão o processo de produção noticioso, bem como as principais dificuldades que lhes estão subjacentes. Assim, a principal vantagem desta metodologia comparativamente a outras é que “permite uma análise global e intensiva do objeto de estudo” (Almeida e Pinto, 1990:97).

Através de uma observação do tipo etnológico, é possível estudar uma comunidade durante um determinado período de tempo, com a particularidade de participar também no dia-a-dia do grupo, sendo que “o investigador estuda então os seus modos de vida, dentro e pormenorizadamente, esforçando-se por os perturbar o menos possível” (Quivy e Campenhoudt, 1992: 197-198).

Os mesmos autores notam que este método tem três vantagens fundamentais: 1) captar os comportamentos e os acontecimentos no momento em que acontecem; 2) a recolha de material espontâneo, que não foi necessariamente procurado pelo investigador; 3) a autenticidade dos acontecimentos.

No entanto, existe também um possível obstáculo que consiste na afinidade que o observador pode estabelecer com o grupo, tendo em conta que “basta pensar que a pertença íntima a grupos sociais implica dimensões afetivas que podem enviesar gravemente as análises produzidas pelos participantes-observadores” (Almeida e Pinto, 1990: 98). Nesse sentido, é fundamental saber criar um distanciamento que permita analisar os acontecimentos e tirar partido das vantagens de estar inserido dentro da redação, de forma a chegar a conclusões relativamente ao objeto de estudo.

3. Entrevista

A entrevista constitui uma das metodologias fundamentais para a realização deste projeto de investigação. Segundo Quivy e Campenhoudt (1992: 93), “os métodos de entrevista distinguem-se pela aplicação dos processos fundamentais de comunicação e de interação humana. Corretamente valorizados, estes processos permitem ao investigador retirar das suas entrevistas informações e elementos de reflexão muito ricos e matizados”.

A entrevista é uma técnica que pode ser utilizada tanto em investigações qualitativas como em investigações quantitativas, dependendo da abordagem metodológica escolhida. Neste projeto de investigação optou-se por uma abordagem qualitativa, o que leva a que os esforços tenham sido dirigidos com vista a garantir a representatividade dos significados, assegurando que o entrevistado se sinta mais livre para construir o seu discurso e apresentar seu ponto de vista, o que faz com que o roteiro seja o mais flexível possível.

Esta ideia parte do pressuposto de que “em princípio, quanto maior for a liberdade e a iniciativa deixada aos intervenientes na entrevista, quanto maior for a duração da entrevista (...) mais profunda e mais rica será a informação recolhida” (Almeida e Pinto, 1990: 100). Desta forma, optou-se por dar o máximo de liberdade e iniciativa aos entrevistados, tentando interromper o menos possível, de maneira a que estes

expusessem os seus pontos de vista e experiências relativamente ao jornal, à secção e aos constrangimentos que enfrentam na produção de notícias.

Dos vários tipos de entrevista existentes nos projetos de investigação em ciências sociais, optou-se pela entrevista semidirectiva, que “não é nem inteiramente aberta, nem encaminhada por um grande número de perguntas precisas. Geralmente, o investigador dispõe de uma série de perguntas-guia, relativamente abertas, a propósito das quais é imperativo receber uma informação da parte do entrevistado” (Quivy e Campenhoudt, 1992:194). Neste tipo de entrevista, o entrevistador conhece todos os assuntos sobre os quais tem de obter informação por parte do entrevistado, deixando ao seu critério a ordem e forma como os irá introduzir.

Este método é particularmente relevante para analisar o sentido dado pelos jornalistas da secção Mundo aos acontecimentos e rotinas com que estão confrontados, pelas suas interpretações das várias situações que enfrentam ao longo do seu dia-a-dia no processo de produção de notícias, bem como para compreender os seus pontos de vista e as relações que se estabelecem ao nível da redação.

Nesse sentido, foram entrevistados cinco dos sete jornalistas da secção Mundo, as duas editoras que passaram pela secção durante o período do estágio curricular e a diretora do jornal¹². Desta secção não foi possível entrevistar a subeditora, Rita Siza, por estar a trabalhar na redação do Porto, bem como a jornalista Sofia Lorena, por ter estado de baixa durante o período de estágio.

4. Análise de Conteúdo

Tendo o estudo como objeto o processo de produção noticioso da secção Mundo, considerou-se relevante uma análise mais detalhada dos processos de seleção noticiosa. Nesse sentido, procedeu-se a uma análise de conteúdo.

Este método implica “a aplicação de processos técnicos relativamente precisos (como, por exemplo, o cálculo das frequências relativas ou das co-ocorrências dos termos utilizadas (...) [sendo que] oferece a possibilidade de tratar de forma metódica informações e testemunhos que apresentam um certo grau de profundidade e de complexidade” (Quivy e Campenhoudt, 1992:224)

¹² Entrevistas disponíveis no anexo 1, página 68

Partindo dos valores-notícia propostos por Shoemaker e Reese (1996:106), foram analisadas todas as notícias da secção Mundo que saíram na versão em papel do jornal na primeira semana de cada mês do período de estágio¹³. Foram analisadas as semanas que englobaram as datas de 1 de fevereiro a 7 de fevereiro de 2016, 7 de março a 13 de março de 2016 e 4 de abril a 10 de abril de 2016.

Para além da análise dos valores-notícia, foram também criadas categorias para analisar os tópicos a que as notícias se referem, bem como a sua localização geográfica. Feita a recolha da informação, foram criadas tabelas e gráficos para possibilitar a análise.

A análise de conteúdo obriga o investigador a “manter uma grande distância em relação a interpretações espontâneas e, em particular, às suas próprias” (Quivy e Campenhoudt, 1992:224). No entanto, é preciso ter em conta algumas das limitações deste método.

Se é verdade que o método se caracteriza por procurar ser objetivo, ao analisar os valores-notícia é preciso ter em conta que existe sempre alguma subjetividade na forma como estes são interpretados. No entanto, de forma a tentar manter o máximo de objetividade possível, baseei-me nas definições propostas por Shoemaker e Reese (1996:106).

Um outro fator a ter em conta na utilização deste método de análise é a questão do tempo, isto é, se a utilização se adapta ao tempo e meios necessários disponíveis no projeto de investigação. O ideal seria que, neste trabalho, a análise dos valores-notícia fosse feita a todas as notícias publicadas pela secção Mundo do *Público* – quer as publicadas *online*, quer na versão em papel – durante o período de estágio. No entanto, devido a limitações de tempo e de espaço, optei por analisar apenas a primeira semana de cada mês.

Reconhecendo algumas limitações a esta análise, é de notar que as semanas analisadas revelaram resultados significativos, que forneceram informações valiosas para compreender os critérios subjacentes aos valores-notícia da secção Mundo, bem como os principais tópicos que dominaram essas mesmas semanas.

¹³ Tabelas de análise disponíveis no anexo 3, página 106

Capítulo IV - O estágio na secção Mundo do *Público*

No jornalismo, mais do que a rádio ou a televisão, a imprensa sempre me despertou maior interesse e fascínio. Ler jornais e utilizá-los como o principal meio para estar informado relativamente ao que se passa em Portugal e no resto do mundo é um hábito para mim, que sempre dei uma grande importância ao papel da imprensa no jornalismo.

Tendo em conta que no plano curricular do mestrado em jornalismo existe a possibilidade de realizar um estágio curricular, não hesitei e decidi que o deveria fazer. A minha experiência no jornalismo era praticamente nula e a oportunidade de estagiar num órgão de comunicação social pareceu-me fundamental para ter contacto, pela primeira vez, com o funcionamento de uma redação, com o dia-a-dia dos jornalistas, e com o significa, afinal, ser jornalista.

Chegada a hora de escolher o local para o estágio curricular, tive duas certezas: queria fazê-lo num jornal, e esse jornal seria, idealmente, o *Público*.

Antes de decidir estudar jornalismo, mas principalmente depois de começar, comprar jornais tornou-se uma rotina, e o jornal que comprava e compro com regularidade era e é o *Público*. Por praticar um jornalismo que considero de referência, este jornal deu-me noções importantes sobre o que é e o que deve ser o jornalismo.

A juntar a isto, o jornalismo internacional é uma das minhas principais áreas de interesse. Analisar a complexidade da política internacional, ver o melhor e o pior deste mundo, a beleza e a crueldade que está à nossa volta. Por vezes é doloroso, mas há que conhecer e compreender a realidade, e esse talvez seja o papel do jornalista: apresentar os factos e contribuir para a construção de uma opinião pública informada, fundamental para uma melhor sociedade e para a democracia.

Em Portugal, penso que o que mais se aproxima do jornalismo internacional de referência está no *Público*. Foi por isso que decidi realizar o meu estágio curricular nesta secção do jornal. Foi-me dada a possibilidade de ir a uma entrevista com a então editora da secção, Joana Amado¹⁴, em novembro. Fui aceite e ficou estipulado que começaria no dia 1 de fevereiro. Durante três meses, até dia 30 de abril, tive a oportunidade de viver e sentir o que é fazer jornalismo na secção Mundo do *Público*.

¹⁴ Joana Amado foi a editora da secção Mundo até 31 de março de 2016. Posteriormente, a função foi assumida pela jornalista Ana Gomes Ferreira.

Neste capítulo irei abordar a minha experiência e analisar os constrangimentos ao nível da produção de notícias observados e sentidos durante este período.

1. A secção Mundo do *Público*

Desde a sua formação, a secção internacional – hoje denominada Mundo –, assume um papel fundamental no jornal. Nas palavras de Ana Gomes Ferreira, atual editora da secção, [o *Público*] “sempre foi um jornal que deu muita importância e muito espaço à política internacional, sem ter pudor em trazê-la para as manchetes e para a primeira página”¹⁵. Vicente Jorge Silva, primeiro diretor do jornal, refere que quando este foi fundado houve a “preocupação de ter pessoas vocacionadas para noticiar, reportar e analisar essa área [o internacional] até então menosprezada, considerada secundária ou até irrelevante nas redações”¹⁶.

A diretora reitera que a secção Mundo é uma secção central desde o primeiro dia do jornal. “Quando o *Público* foi fundado, essa foi justamente uma das premissas distintivas de afirmação do que era este projeto novo, que foi dizer aos leitores que vamos olhar para atualidade internacional, para o que se passa no mundo, com a mesma atenção, o mesmo cuidado, o mesmo investimento e a mesma profundidade com que olhamos para a atualidade nacional”¹⁷.

A importância do internacional ficou bem vincada desde o começo do jornal. O seu aparecimento coincidiu com eventos internacionais fundamentais, como a queda do Muro de Berlim, a *Perestroika* e o início da Guerra do Golfo, uma altura em que o jornal vendia imensos exemplares e em que chegou mesmo a haver mais do que uma edição por dia. Para Bárbara Reis, “de certa maneira, tornou-se um vício comprar o *Público* porque era a forma de acompanhar aquela guerra [Guerra do Golfo]”¹⁸.

O *Público* começou com uma rede muito alargada, com um total de 52 correspondentes internacionais¹⁹, apesar de nem todo(a)s pertencerem aos quadros do jornal. No entanto, com o passar do tempo, esse número foi diminuindo, sendo que atualmente o jornal não tem nenhum correspondente a tempo inteiro no estrangeiro.

¹⁵ Entrevista a Ana Gomes Ferreira disponível no anexo 1, página 102

¹⁶ LUCAS, Isabel (2013), *Conversas com Vicente Jorge Silva*, Temas e Debates – Círculo de Leitores, pp.151

¹⁷ Entrevista a Bárbara Reis disponível no anexo 1, página 94

¹⁸ *Idem*

¹⁹ Lista de correspondentes internacionais à data do primeiro número do *Público* disponível no anexo 2, página 105

Apesar das atuais dificuldades, a secção Mundo continua a ser uma secção fundamental para o jornal, a que é dada grande importância. Segundo Ana Fonseca Pereira, jornalista da secção desde 2009, “hoje, não temos os meios necessários para fazer tudo o que precisamos, mas continua a ser o jornal que nos dá mais espaço para escrever, que tem mais interesse na cobertura séria internacional”²⁰.

A secção é constituída por oito jornalistas que olham para a atualidade internacional com um olhar atento e informado sobre a realidade sobre a qual escrevem, praticando um jornalismo com profundidade e com capacidade de análise. “No jornal *Público* a matriz sempre foi dar as «estórias» que merecem ser contadas e analisar a política internacional com um impacto e uma profundidade que não é feita na generalidade dos jornais”²¹.

2. Funcionamento da redação e horário de trabalho

Comecei o meu estágio curricular numa altura particularmente complicada para o *Público*. Em Dezembro de 2015, a direção do jornal enviou um comunicado aos seus trabalhadores a informar que iria dar início a um programa de rescisões amigáveis. Depois de um despedimento coletivo em 2012, o jornal estava a enfrentar uma nova diminuição no número de pessoas na redação.

Para além disso, também a própria secção Mundo estava a sofrer algumas alterações. A então editora da secção, Joana Amado, ia abandonar o jornal em março, tendo outra pessoa de a substituir na sua função.

Apesar destas mudanças no jornal, fui bastante bem recebido, sendo que, na altura, era o único estagiário. O primeiro dia foi marcado essencialmente por um primeiro contacto com o funcionamento da redação, onde comecei a ficar a par das rotinas de trabalho.

A secretária da redação, Isabel Anselmo, recebeu-me de uma forma bastante acolhedora e deu-me conselhos fundamentais. Através dela, tive o primeiro contacto com o *backoffice* (ferramenta digital onde são publicadas e editadas as peças jornalísticas), com o *intranet* (*site* do jornal para aceder a várias informações, nomeadamente das agências), entre muitas outras ferramentas fulcrais para o trabalho que viria a desenvolver.

²⁰ Entrevista a Ana Fonseca Pereira disponível no anexo 1, página 87

²¹ *Idem*

Relativamente ao funcionamento da redação, as várias secções do jornal estão distribuídas por ilhas, num espaço aberto, o que facilita a comunicação entre os jornalistas. Todos os dias, perto das 10h, acontece uma reunião com os vários editores e, quase sempre, com a presença da diretora, onde é discutido o espaço que vai ser dedicado a cada secção no jornal do dia seguinte, assim como a contabilização de páginas e os principais assuntos que estão a marcar a agenda.

Na secção Mundo, depois da reunião da manhã, a editora distribui tarefas à medida que os jornalistas vão chegando. Normalmente, a primeira coisa a fazer assim que se chega à redação é ler a imprensa internacional e a informação das agências, de forma a ficar a par dos principais acontecimentos que estão a marcar o dia.

Depois de um primeiro contacto com as rotinas de trabalho, conheci a equipa de jornalistas da secção Mundo, que também me recebeu bastante bem. No que diz respeito ao horário de trabalho, ficou estipulado com a então editora da secção, Joana Amado, que o meu horário seria das 10h às 19h. A editora considerou que esta seria a hora de entrada mais benéfica para ambos, uma vez que eu teria a possibilidade de começar a escrever notícias cedo, para ela ter tempo de as ler durante a tarde, uma vez que o final do dia é uma altura agitada, em que os jornalistas estão a terminar as suas peças e a editora tem que estar totalmente disponível para as editar. Ficou ainda definido que as folgas seriam sempre ao fim de semana, e nunca houve exceção.

No entanto, apesar de este ser o horário padrão, também fiz várias vezes o horário da manhã, das 7h às 15h. Este horário é particularmente importante na medida em que é a altura em que começam a sair as primeiras notícias do dia no *online*. À hora de entrada, apenas estava na redação um/a editor/a do *online* e um/a jornalista da secção Mundo. A esse jornalista cabe a tarefa de fazer uma ronda pelos jornais internacionais e noticiar aquilo que for relevante. Para além disso, é particularmente importante estar atento aos acontecimentos de última hora, uma vez que entre as 7h e as 9h está pouca gente na redação, e o/a editor/a do *online* está ocupado/a com outras tarefas.

Estes dois horários permitiram-me observar os vários momentos pelos quais passa a produção de notícias no dia-a-dia. No horário das 10h é visível uma maior organização do trabalho, na medida em que estão mais jornalistas disponíveis, o que facilita a distribuição de tarefas, tornando-se mais fácil controlar os acontecimentos agendados, mas também os imprevistos.

Ao entrar às 7h tomei consciência da responsabilidade da notícia de última hora, numa altura em que a redação ainda está a “meio gás”. Se é verdade que muitas manhãs foram calmas, sem grandes acontecimentos que precisassem de ser noticiados com urgência, outras vezes também senti a pressão das *breaking news* e tive que assumir a responsabilidade de escrever notícias de extrema importância. De seguida, serão abordados alguns dos trabalhos por mim realizados durante o período de estágio.

3. Rotinas de trabalho

Normalmente, a primeira coisa a fazer assim que se chega à redação é ler o jornal do dia. Depois, faz-se uma passagem rápida pelos restantes *media*, de forma a saber o que foi noticiado em cada um deles. Estar a par do que se faz na imprensa nacional é fundamental para perceber quais são os temas que estão a ter mais destaque e a forma como estão a ser tratados, o que permite fazer um exercício de reflexão relativamente às diversas coberturas noticiosas.

Falando apenas na secção Mundo, assim que começa o dia de trabalho é importante ler os principais *media* internacionais, um ponto de partida para percebermos o que está na ordem no dia e que, eventualmente, poderá vir a ser noticiado. Assim, consultar os *sites* do *The Guardian*, do *El País*, da *BBC*, do *New York Times* ou do *Le Monde* é uma prática corrente, que permite identificar rapidamente os principais temas que estão a marcar o dia.

Para além dos *media* internacionais de referência, é fundamental consultar a informação das agências, a *Reuters* e a *AFP*. Esta vai saindo ao longo do dia, quase ao minuto, e dá ao jornalista a informação praticamente em tempo real. As agências são, desta forma, uma ferramenta indispensável, funcionando como um ponto de partida para a elaboração de notícias.

Depois desta leitura, chega a altura de começar a escrever. A editora sai, normalmente, da reunião da manhã, em que estão presentes os editores de todas as secções e a diretora do jornal, com a informação relativamente ao espaço e ao número páginas de que a secção Mundo dispõe para o jornal do dia seguinte, e com a ideia sobre os principais temas que merecem ser noticiados. As tarefas são distribuídas pelos jornalistas da secção, sendo que é dada maior importância às notícias que têm em vista a publicação em papel, ficando estipulado o número de caracteres de que o jornalista dispõe.

Para além disso, são também escritas notícias para o *online*, que poderão ou não ser escolhidas para a edição em papel, dependente do espaço existente e do desenvolvimento dos acontecimentos ao longo do dia, em particular as notícias de última hora, que poderão alterar toda a conceção do jornal em papel.

O fecho da edição em papel da secção Mundo dá-se, habitualmente, por volta das 19:30, e assim que os jornalistas terminam os seus textos colocam-nos no *backoffice*, para a editora lê-los atempadamente. À medida que as notícias acabam de ser editadas, vão sendo publicadas no *online*, que tem a vantagem de permitir atualizações durante o dia.

No meu caso, normalmente a editora propunha-me as notícias que eu deveria escrever. A fonte inicial era, habitualmente, uma informação de agência ou uma notícia de um jornal estrangeiro, cabendo-me depois ir procurar mais informação para trabalhar o texto. Por norma, as notícias tinham como finalidade o *online*, ficando depois dependente do espaço livre ou da importância da notícia a escolha para a edição em papel.

No entanto, também escrevi várias vezes notícias com o propósito de saírem no jornal em papel, tendo então de ter em conta o número de caracteres que deveria escrever, o que não acontecia no *online*, onde não existia, propriamente, um limite.

3.1 – Um dia “atípico”



Fig. 5 - Capa do *Público* de 23-03-2016

A rotina atrás descrita dos meus dias na redação foi, por vezes, quebrada. Um desses dias “atípicos” ocorreu a 22 de Março de 2016. Cheguei à redação do *Público* e percebi que este era um dia diferente do habitual. A agitação era maior e o número de jornalistas a circularem entre secções, a um ritmo bastante elevado, não era normal. A secção Mundo estava num alvoroço. Tinham acabado de ocorrer os atentados em Bruxelas. Duas explosões no aeroporto de Zaventem e uma explosão no metro de Malbeek, levadas a cabo por três homens,

causaram a morte de 35 pessoas e de centenas de feridos²².

Na altura em que se sucederam os ataques, estava apenas um jornalista da secção Mundo no jornal. Por isso, as primeiras informações – numa altura de grande incerteza, em que ainda não se sabia exatamente o que tinha acontecido – foram noticiadas por jornalistas de outras secções, nomeadamente do *online*, em que os editores desta secção tiveram de assumir a distribuição do trabalho até a editora do Mundo chegar.

Quando todos os jornalistas da secção já estavam na redação, houve uma reunião para definir as tarefas. Tendo em conta a importância do acontecimento, a editora decidiu que este devia ser tratado por vários jornalistas, de diversos ângulos diferentes, de forma a reunir o máximo de informação possível.

Os jornalistas que ficaram encarregues do *online* assumiram uma grande importância ao nível da cobertura “ao minuto”, isto é, à medida que surgiam novas informações, iam atualizando o *site* do jornal. Já os restantes jornalistas da secção, que ficaram com a tarefa de produzir com vista à publicação em papel, tiveram mais tempo para preparar textos mais desenvolvidos e de análise.

Apesar de, no meu ponto de vista, esta forma de organização ter resultado na cobertura dos acontecimentos em questão, há um problema evidente: a necessidade de cobertura dos restantes assuntos do dia. Com praticamente todos os jornalistas da secção focados no mesmo assunto, outros temas tiveram de ficar, inevitavelmente, de fora da cobertura de noticiosa.

A editora pediu-me então para escrever sobre o caso que opõe o *FBI* à *Apple*, uma notícia que estava agendada para este dia, mas que, devido ao facto de o jornalista que normalmente escreve sobre esta temática estar concentrado na cobertura dos atentados de Bruxelas, coube-me a mim a tarefa de escrever. A notícia foi assinada e acabou por ser publicada no *online*²³

²² Disponível em: <https://www.publico.pt/mundo/noticia/tres-homens-acusados-de-actividades-terroristas-em-bruxelas-1727346> [consultado a 9 de outubro de 2016]

²³ Disponível em: <https://www.publico.pt/tecnologia/noticia/fbi-podera-nao-precisar-da-ajuda-da-apple-para-desbloquear-iphone-de-terrorista-1726901> [consultado a 9 de outubro de 2016]

4. Trabalho desenvolvido

No primeiro dia de estágio, a editora da secção propôs-me um desafio: escrever uma pequena notícia sobre um atentado reivindicado pelo grupo extremista *Taliban* que matou 20 pessoas em Cabul, no Afeganistão²⁴. Este exercício tinha como objetivo mostrar-lhe como era a minha escrita. Partindo de uma notícia dada pela *BBC*, a editora colocou-me à vontade e deu-me liberdade para consultar as fontes que eu achasse necessárias para redigir o texto.

Depois de o terminar, sugeri que acrescentasse alguma contextualização à notícia, para que esta depois fosse publicada. Confesso que não esperava escrever uma notícia com objectivo de publicação logo no primeiro dia, mas, após a reformulação, esta acabou mesmo por sair no *online*.

Este primeiro trabalho, que me deu alguma motivação e demonstrou que existia confiança por parte da editora da secção, foi o ponto de partida para o restante trabalho desenvolvido ao longo do estágio curricular.

No *Público* é princípio geral que todos os textos sejam assinados pelos jornalistas, com exceção das últimas e das breves²⁵. Aos estagiários aplica-se um estatuto semelhante.

No entanto, desde 2008 existe uma deliberação da Comissão da Carteira Profissional de Jornalistas que prevê que os estagiários não assinem as suas peças, uma norma que o *Público* não considera adequada e que levou o jornal a adoptar uma política de co-assinatura dos textos dos seus estagiários com um jornalista detentor de carteira profissional, em que “a seguir à assinatura dos estagiários, [consta] sempre a informação «texto editado por», acrescida do nome do editor ou do jornalista sénior que editou o mesmo”²⁶.

Apesar de estar estipulado no Livro de Estilo do jornal que todos os textos devem ser assinados, isso nem sempre acontece. Não por uma questão de desvalorização do trabalho do jornalista, mas pelo princípio de que determinados textos que não exigiram uma grande investigação e/ou contextualização devam ser assinados apenas como

²⁴Disponível em: <https://www.publico.pt/mundo/noticia/atentado-taliban-em-cabul-faz-pelo-menos-20-mortos-1722042> [consultado a 6 de julho de 2016]

²⁵ Disponível em: http://static.publico.pt/nos/livro_estilo/12-regras-c.html [consultado a 6 de julho de 2016]

²⁶ Disponível em: <https://www.publico.pt/portugal/noticia/nota-da-direccao-editorial-sobre-estagios-1633275> [consultado a 6 de julho de 2016]

“*Público*”, uma vez que o seu tratamento não foi muito aprofundado pelo jornalista. Por seu turno, as notícias em que esteja refletido uma maior pesquisa ou um trabalho mais aprofundado, são sempre assinadas.

Devido a este princípio, nem todas as notícias escritas por mim foram assinadas, uma vez que muitas delas se basearam essencialmente em textos de agência ou de outros *media* internacionais. No entanto, tive também a possibilidade de assinar um número significativo de trabalhos, que exigiram um maior cruzamento de informação, de enquadramento, de contextualização e de investigação. No total, 42 notícias assinadas por mim foram publicadas.

Tendo em conta este número elevado, por questões de relevância, optei por abordar neste capítulo do relatório apenas as 17 notícias assinadas que saíram no jornal em papel²⁷. Na seguinte tabela encontram-se listadas estas notícias, bem como a data em que saíram no jornal e qual o tema a que se referem:

Data	Título	Tema
09-02-2016	“Sanders rouba as eleitoras jovens a Hillary”	Eleições E.U.A
20-02-2016	“Há cada vez mais crianças-soldado a combater em nome do Estado Islâmico”	Terrorismo; Guerra na Síria
23-02-2016	“Protestos de casta indiana deixam 17 milhões sem água em Nova Deli”	Manifestações na Índia
25-02-2016	“Bélgica restabelece controlos de fronteira com receio dos migrantes de Calais”	Crise dos refugiados
26-02-2016	“Falhas graves” da BBC permitiram abusos sexuais de Jimmy Savile”	Caso Jimmy Savile
08-03-2016	“Exército trava ofensiva do EI na Tunísia e mata pelo menos 35 jihadistas”	Terrorismo
12-03-2016	“Cinco anos depois, ainda se sentem as consequências do desastre nuclear de Fukushima”	Desastre nuclear de Fukushima
30-03-2016	“Detido sequestrador do avião egípcio”	Sequestro de avião da Egyptair
31-03-2016	“Htin Kyaw toma posse e torna-se o primeiro Presidente civil eleito na Birmânia”	Eleições na Birmânia
31-03-2016	“Maduro vai rejeitar lei que protege criminosos”	Impasse político na Venezuela
01-04-2016	“Governo apoiado pela ONU chega a Trípoli para tentar reconciliação”	Guerra Civil na Líbia
13-04-2016	“Lei de amnistia é inconstitucional, declara Supremo Tribunal da Venezuela”	Impasse político na Venezuela
13-04-2016	“Boko Haram utiliza cada vez mais crianças em ataques suicidas”	Terrorismo

²⁷ Notícias assinadas e publicadas no papel disponíveis no anexo 4, página 117

14-04-2016	“Sob pressão pública, Bulgária investiga ‘caçadores de migrantes’”	Crise dos refugiados
16-04-2016	“Brasília preparada para as manifestações com muro e destacamento policial maior que o da Copa”	<i>Impeachment</i> no Brasil
19-04-2016	“Subiu para 350 o número de mortos no sismo que devastou o Equador”	Sismo no Equador
27-04-2016	“Detenção de refugiados em campos é ilegal”	Crise dos refugiados (na ilha de Manus, Papuásia-Nova Guiné)

Fig. 6 – Tabela com as notícias assinadas e publicadas no jornal em papel

A primeira notícia que escrevi a ser publicada no papel, “Sanders rouba eleitoras jovens a Clinton”²⁸, foi sugerida por Clara Barata, jornalista que estava a editar nesse dia (8 de Fevereiro de 2016) por ausência da então editora da secção (Joana Amado), e abordou a disputa do eleitorado feminino pelos então candidatos às primárias no Partido Democrata nos Estados Unidos, Bernie Sanders e Hillary Clinton.

Apesar de quase sempre as notícias serem sugeridas pela editora, também houve situações em que tomei a iniciativa e sugeri alguns acontecimentos que, na minha opinião, deveriam ser noticiados. Estas sugestões nem sempre foram aceites, mas muitas delas foram, e acabaram mesmo por ser publicadas, inclusive no papel. Um exemplo foi a notícia que escrevi intitulada “Boko Haram utiliza cada vez mais crianças em ataques suicidas”²⁹. Depois de ler um relatório da UNICEF que alertava para o aumento substancial do número de crianças, sobretudo raparigas, utilizadas em ataques protagonizados por este grupo extremista, achei que este facto merecia ser noticiado e propus escrever o texto à subeditora da secção, Rita Siza. Ela concordou comigo e a notícia acabou por sair no jornal em papel no dia seguinte.

No papel, tendo em conta o espaço (que nem sempre é fixo, variando consoante a edição) existente para as notícias da secção Mundo, são escolhidas as que, segundo os critérios editoriais, são mais importantes. O espaço existente costuma estar definido, mas existe sempre a possibilidade de sobrar algum espaço, o que possibilita que notícias publicadas *online* possam também ser incluídas. Por vezes, notícias que no *online* eram mais longas tiveram de ser reduzidas, de forma a corresponderem ao espaço existente

²⁸ Notícia pode ser consultada no anexo 4, página 117

²⁹ Notícia pode ser consultada no anexo 4, página 129

para a edição em papel, como é o caso da notícia “Subiu para 350 o número de mortos no sismo que devastou o Equador”³⁰, onde escrevi um texto mais longo na versão *online*, que acabou por ser reduzido no papel.

Também se verificaram situações em que me foi solicitada uma notícia que estava previamente definida para ser publicada em papel. Um exemplo desta situação foi um destaque previsto para a edição do dia 16 de Abril de 2016, dedicado ao *Impeachment* de Dilma Rousseff no Brasil. A editora da secção, Ana Gomes Ferreira, pediu-me para escrever uma notícia sobre a preparação das manifestações em Brasília, e a notícia “Brasília preparada para as manifestações com muro e destacamento policial maior que o da Copa”³¹ foi escrita segundo critérios específicos, de forma a respeitar o espaço existente no papel, o que não impede que a versão *online* possa ser um bocado maior.

Olhando para os tópicos das notícias assinadas no formato em papel presentes na Fig. 6, verifica-se que, ao longo destes três meses, tive a possibilidade de escrever sobre diversos temas – desde os que se prolongaram durante o período de estágio, como a crise dos refugiados, as eleições presidenciais nos Estados Unidos ou a Guerra na Síria, a temas mais isolados, como as manifestações de castas na Índia³² ou o sequestro do avião da *Egyptair*³³, que, devido ao seu valor noticioso, acabaram por ser escolhidos para a versão em papel. Para além disso, tive também a oportunidade de noticiar acontecimentos que se impuseram devido aos grande impacto que causaram, como é o caso do sismo no Equador.

5. Análise dos valores-notícia

Parte do processo de seleção noticiosa envolve a valorização dos acontecimentos de acordo com um conjunto de critérios – os valores-notícia.

Estas “linhas-guia”, termo utilizado por Nélson Traquina (2002:186-187) para caracterizar os valores-notícia, para além de facilitarem o trabalho jornalístico, dão também pistas importantes relativamente aos critérios que levam a que determinados acontecimentos sejam noticiados.

³⁰ Notícia pode ser consultada no anexo 4, página 132

³¹ Notícia pode ser consultada no anexo 4, página 131

³² Notícia pode ser consultada no anexo 4, página 119

³³ Notícia pode ser consultada no anexo 4, página 124

De forma a compreender quais os temas noticiados pela secção Mundo do *Público* e quais os valores-notícia que lhes estão subjacentes, foram analisadas as notícias publicadas nesta secção do jornal em papel na primeira semana de cada mês de estágio, num total de 113 notícias³⁴.

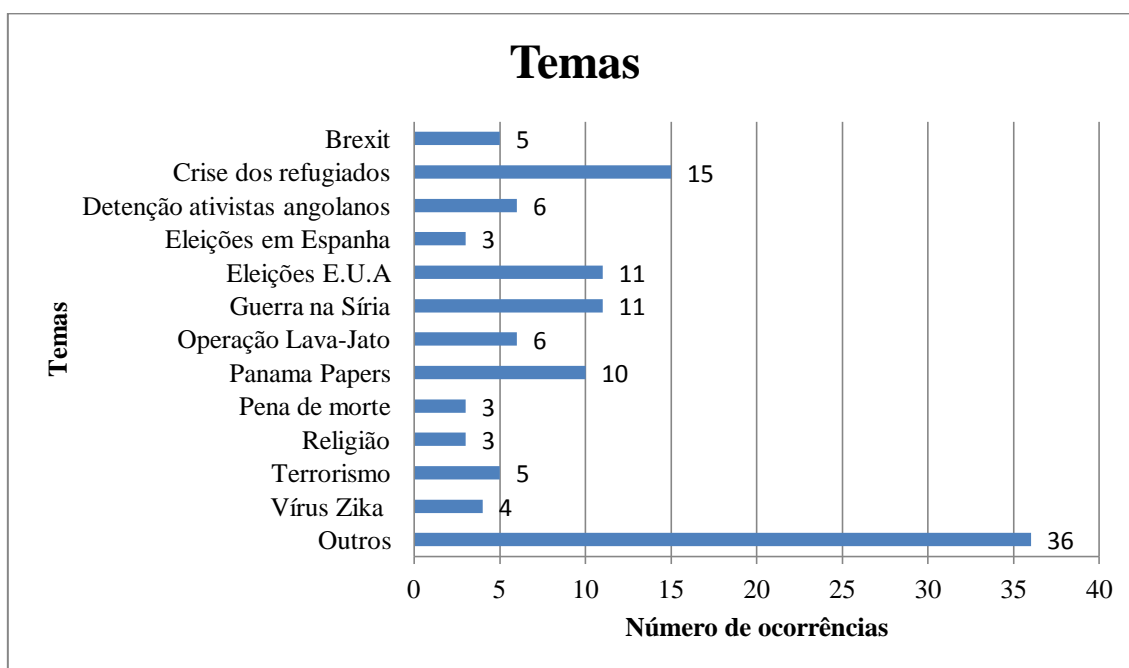


Fig. 7 - Gráfico com o total de temas das notícias analisadas na primeira semana de cada mês de estágio

Na Fig.7, estão presentes os principais temas³⁵ que marcaram as três semanas de notícias analisadas. A “crise dos refugiados”, as “eleições E.U.A” (eleições presidenciais norte-americanas) e a “Guerra na Síria” foram os tópicos mais abordados, sendo que se mantiveram constantes em todas as semanas analisadas.

Outros temas transversais, são o “*Brexit*” (noticiado por duas vezes na semana de fevereiro e três vezes na semana de março), a “operação *lava-jato*” (surge cinco vezes na semana de março e apenas uma na semana de fevereiro) e o “terrorismo” (duas vezes nos meses de fevereiro e março, apenas uma em abril).

Esta última, no entanto, trouxe vários novos temas. O de maior destaque, noticiado por dez vezes só nessa semana, foi o escândalo dos “*Panama Papers*”. Para além deste, também a “detenção de ativistas angolanos” teve grande relevância, sendo noticiado por

³⁴ Tabelas de análise disponíveis no anexo 3, página 106

³⁵ O número total de temas ultrapassa o número de notícias analisadas porque se registaram casos em que a mesma notícia fazia referência a mais do que um tema.

seis vezes. Já as quatro notícias relacionadas com o “vírus Zika” marcaram a semana de fevereiro.

De destacar ainda o tema “eleições em Espanha”, as notícias relacionadas com “pena de morte”, noticiadas por três vezes, referindo-se desde a América até à Arábia Saudita, e, por último, a “religião”, com o mesmo número de registo das últimas duas, onde foram abordadas notícias relacionadas com o Papa Francisco e com a visita por parte do Presidente norte-americano, Barack Obama, a uma mesquita.

A categoria “outros” diz respeito as temas das notícias analisadas em que se a sua ocorrência se registou apenas em dois ou menos casos, considerando-se que devido ao baixo número de registos não faria sentido categorizar essas notícias. No entanto, o elevado número de “outros” temas demonstra que a secção Mundo, para além de dar cobertura aos acontecimentos que marcaram a atualidade, também tem em conta temas com menos ocorrência na altura de escolher as notícias para a versão em papel.

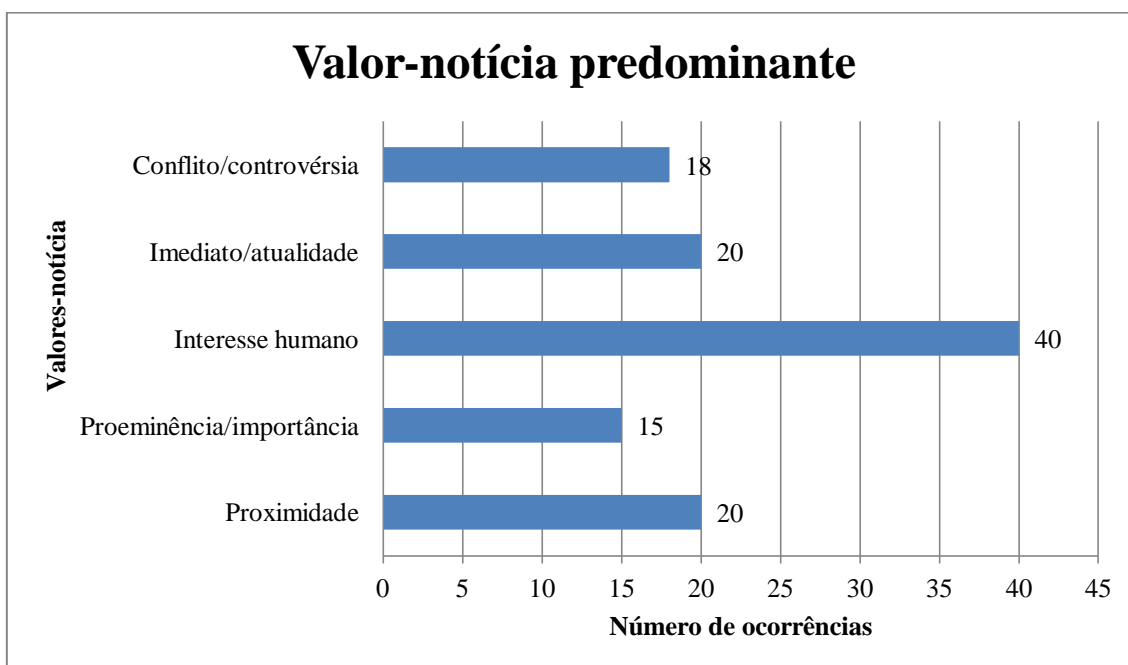


Fig. 8 - Gráfico com o valor-notícia predominante nas notícias analisadas na primeira semana de cada mês de estágio

Partindo dos valores-notícia propostos por Shoemaker e Reese (1996:106), a Fig.8 mostra o valor-notícia predominante em cada uma notícias analisadas. É de realçar que a atribuição do valor-notícia predominante é subjetiva, uma vez que em várias notícias é possível identificar a existência de mais do que um valor-notícia. No entanto, optou-se por escolher aquele que se considerou mais relevante.

O “interesse humano” foi o valor mais registado, com quarenta ocorrências. Este valor-notícia diz respeito ao interesse do público pela vida de outras pessoas, nomeadamente de políticos, e foi verificado, entre outras, nas notícias sobre a operação *lava-jato*, que envolveram o ex-presidente brasileiro Lula da Silva, e em “estórias” dramáticas, como é o caso de notícias relacionadas com a crise dos refugiados.

Com vinte ocorrências cada, seguem-se o “imediato/atualidade” e a “proximidade”. O primeiro dá importância a acontecimentos atuais, como é o caso das eleições presidenciais norte-americanas, ao passo que o segundo diz respeito a acontecimentos próximos de Portugal, sendo de destacar notícias relacionadas com países da União Europeia, como é o caso das eleições em Espanha.

Segue-se o “conflito/controvérsia”, com dezoito registos, que, como o nome indica, remete para situações conflituosas, como é de algumas notícias sobre a Guerra na Síria, em que forças da oposição e/ou grupos terroristas estão em confronto com o regime sírio.

Por fim, à “proeminência/importância” está inerente que quanto maior for o impacto de uma “estória”, maior será o seu valor-notícia. Este valor registou-se por quinze vezes e, recuperando o caso da Guerra da Síria, algumas das notícias analisadas sobre este tema vão ao encontro deste valor, na medida em que este conflito afeta a vida de milhões de pessoas.

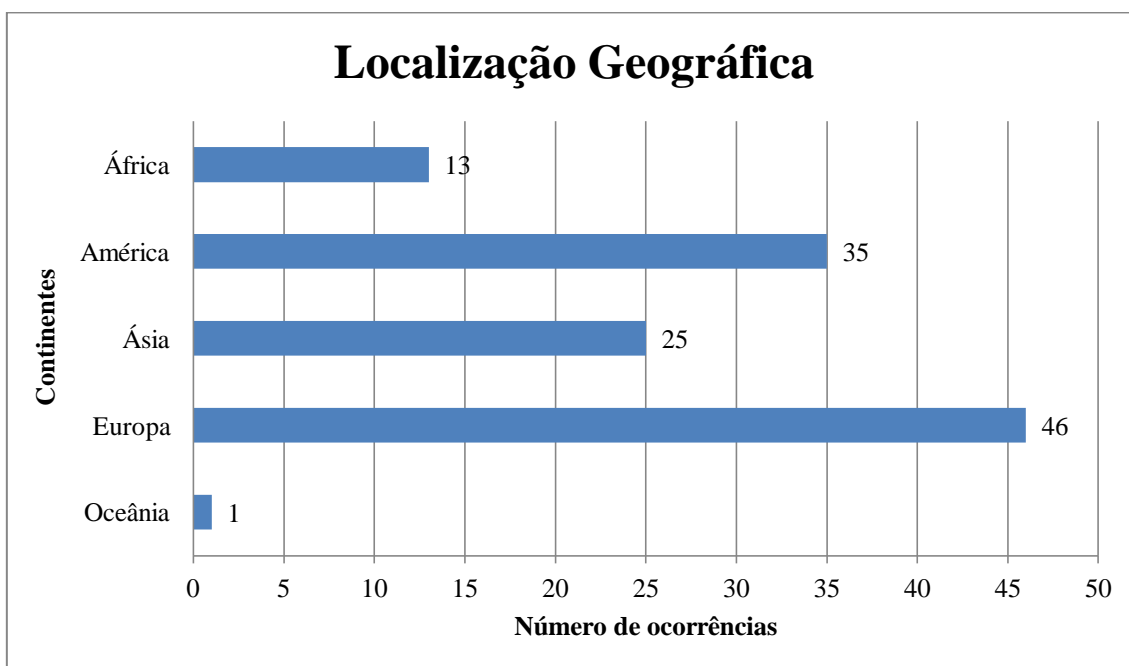


Fig. 9 – Gráfico com a localização geográfica das notícias analisadas na primeira semana de cada mês de estágio

No que diz respeito à localização geográfica³⁶ (Fig.9), as notícias sobre a Europa foram as mais noticiadas, nomeadamente no mês de março (marcado pelas notícias sobre a “crise dos refugiados” e do “*Brexit*”) e, especialmente, no mês de abril (onde também houve grande destaque à “crise dos refugiados”, bem como a série de notícias ligadas aos “*Panama Papers*”).

De seguida, surge a América, sendo que das 35 notícias, 16 foram sobre a América do Norte, 12 sobre a América do Sul e 7 sobre a América Central. A primeira foi claramente marcada pelas eleições presidenciais norte-americanas, ao passo que na segunda destacaram-se as notícias relacionadas com a “operação *lava-jato*”, no Brasil, e o “vírus Zika”. Já as notícias sobre a América Central relacionaram-se sobretudo com os “*Panama Papers*” e o “vírus Zika”.

Nas notícias sobre a Ásia (25), é de notar que 17 delas foram sobre o Médio Oriente, com a “Guerra da Síria” a ser o tópico predominante. Outros assuntos que merecem destaque noticioso foram questões ligadas ao “terrorismo”, nomeadamente sobre o autodesignado Estado Islâmico.

Por fim, notícias sobre África surgiram apenas por 13 vezes, sendo que esse número está sobretudo concentrado no mês de abril, onde a “detenção de ativistas angolanos” teve direito a seis notícias. Já sobre a Oceânia, nas três semanas analisadas, apenas foi escrita uma notícia.

6. Constrangimentos ao nível da organização: o ponto de vista dos jornalistas

Durante três meses, além de realizar o meu próprio trabalho dentro da redação do jornal *Público*, tive a possibilidade de observar e interagir diretamente com os jornalistas da secção Mundo. Esta observação participante permitiu-me recolher informações importantes relativamente ao trabalho que é desenvolvido na secção, às rotinas produtivas, aos procedimentos nas várias fases de construção das notícias e à forma como os próprios jornalistas veem o seu trabalho.

Um dos procedimentos utilizados foi a entrevista. Ao interagir e questioná-los diretamente, dando-lhes o máximo de liberdade e iniciativa nas respostas, obtive

³⁶ O número total da localização geográfica ultrapassa o número de notícias analisadas porque se registaram casos em que a mesma notícia fazia referência a mais do que uma localização geográfica.

informação privilegiada relativamente ao trabalho que produzem, o que constitui uma ajuda fundamental para analisar o processo de *newsmaking* nesta secção do jornal.

Neste subcapítulo, serão confrontadas algumas das respostas obtidas junto dos cinco jornalistas entrevistados, bem como das duas editoras que estiveram na secção durante o meu período de estágio e da diretora do jornal.

6.1 – Uma secção “diferenciadora”

Como já foi referido neste capítulo, o Mundo é, desde a fundação do *Público*, uma secção fundamental e que merece grande destaque no jornal. Esta é uma ideia partilhada por todos os entrevistados, que reconhecem a importância da secção na identidade do jornal:

“Sempre foi, e ainda é, apesar das dificuldades e da falta de meios económicos e de pessoas, uma secção diferenciadora do jornal e uma secção que o jornal aposta quando há acontecimentos importantes”

Joana Amado, editora da secção Mundo entre 2011 e Março de 2016

Colocando os constrangimentos subjacentes à produção jornalística na secção de parte, que serão analisados mais à frente, nota-se que, entre os jornalistas da secção, existe uma perceção da importância e exigência de escrever sobre questões internacionais, que constitui um certo fascínio para os próprios jornalistas:

“O contar «estórias», o explicar o mundo, as realidades complexas. Para mim, a parte internacional sempre foi a parte mais gira do jornalismo porque nós temos acesso e contamos as grandes «estórias». As «estórias» comezinhas da nossa atualidade próxima são coisas que não nos interessam. A nós interessam-nos sobretudo as que têm consequências internacionais, que têm impacto na própria História”.

Ana Fonseca Pereira, jornalista do *Público* desde 1999

Além do fascínio de contar as grandes “estórias”, existe também um certo sentido pedagógico, uma vontade de alertar e explicar a importâncias dos acontecimentos internacionais:

“Revelar coisas que os leitores não sabem, que desconhecem, ignoram, que às vezes não querem saber e fazê-los interessarem-se por essas questões (...) No internacional, especificamente, acho que há um gosto por explicar, porque não é só relatar o que está a acontecer, é dar um

background, ter uma atitude mais pedagógica – a começar por mim pelo que aprendo enquanto pesquisa –, e depois transformar isso no mais acessível possível para os leitores”

João Ruela Ribeiro, jornalista do *Público* desde 2013

Para além da necessidade de explicar e descodificar a complexidade dos acontecimentos internacionais, há também a possibilidade de relacionar temas, dar-lhes um contexto mais abrangente:

“Já passei por muitas secções, tenho interesses muito variados. Mas gosto de poder falar sobre um país, distante ou perto, ou falar sobre temas que me interessam relacionados com ciência ou ambiente, mas com uma abordagem mais política”

Clara Barata, jornalista do *Público* desde 1990

Se é verdade que é notório o reconhecimento da importância que os jornalistas têm do seu trabalho na secção Mundo, também é necessário ter em conta as limitações que os próprios reconhecem à produção do seu trabalho diário. Nesse sentido, é interessante a resposta do jornalista Félix Ribeiro quando questionado sobre o que o fascina no jornalismo internacional, ao dar como adquiridos alguns constrangimentos, que, no entanto, vê como oportunidades:

“Há coisas que me fascinam no Mundo [...] a oportunidade de podermos explicar fenómenos e acontecimentos políticos que nunca obtemos em primeira mão devido aos constrangimentos naturais de não termos pessoas no terreno, e conseguirmos explicá-los, descodificá-los e enquadrá-los historicamente de forma a que pessoas fora desses mundos, onde acontecem as notícias, os consigam compreender melhor”

Félix Ribeiro, jornalista do *Público* desde 2014

A falta de correspondentes, a falta de pessoas e a pressão do tempo são algumas das dificuldades que os jornalistas identificam no seu trabalho, dificuldades estas que pude comprovar no meu dia-a-dia enquanto estagiário. Reconhecendo que existem tais limitações, é importante colocar a questão: será que é possível fazer bom jornalismo internacional? Joana Amado dá algumas pistas importantes:

“Consegue-se, felizmente, porque temos jornalistas com bases e conhecimentos bastante sólidos. Com um *know how* de recorrerem às fontes certas, apesar de cada vez menos irmos aos sítios «beber à fonte». Apesar de tudo, quase todos os jornalistas que estão na secção já viajaram bastante, conhecem as realidades sobre as quais escrevem”

Joana Amado, editora da secção Mundo entre 2011 e Março de 2016

Esta resposta da anterior editora da secção Mundo do *Público* dá a entender que, de facto, o jornalismo feito na secção não é o ideal, mas que, apesar disso e consequência disso, os próprios jornalistas têm de encontrar alternativas para contornar os constrangimentos no seu trabalho, de forma a que este seja de referência. Nos pontos seguintes serão analisadas em maior pormenor as principais limitações identificadas pelos jornalistas da secção.

6.2 – Falta de pessoas

Como nota Julia Cagé (2016) no seu estudo “Salvar os *Media*: Capitalismo, Financiamento Participativo e Democracia”, uma das grandes preocupações para o jornalismo atual é a redução do número de pessoas nas redações. O *Público* não foge à regra, e nos últimos quatro anos, no âmbito de um programa de despedimento coletivo (em 2012) e de um programa de rescisões voluntárias (em 2015), enfrentou duas reduções drásticas no seu número de jornalistas.

Este fenómeno é comum a todas as secções do jornal, e a secção Mundo não é exceção, com os efeitos a fazerem sentir-se pelos próprios jornalistas:

“As redações são cada vez mais pequenas e os jornalistas têm que fazer mais coisas, até fora da sua área de especialização; o ir aos locais é cada vez mais raro, porque a capacidade financeira é menor do que já foi; estamos cada vez mais dependentes de fontes secundárias para aceder às notícias”

Ana Fonseca Pereira, jornalista do *Público* desde 1999

No mesmo sentido vai a resposta de João Ruela Ribeiro, que entrou para o jornal numa fase intermediária entre as duas reduções na redação:

“Desde que entrei houve algumas saídas e algumas entradas, mas o trabalho que se faz com este número de pessoas quase que se resume forçosamente à cobertura do noticiário do dia. Há os acontecimentos de agenda e os de não agenda, que acontecem inesperadamente e que deixam pouca margem para trabalhos de maior fôlego e de maior profundidade, em que é exigido mais tempo dedicado a um tema. Obviamente isto torna o jornal e as edições muito mais pobres”

João Ruela Ribeiro, jornalista do *Público* desde 2013

Os constrangimentos referidos pelos dois jornalistas vão ao encontro da ideia de Deuze e Marjoribanks (2009), que alertam precisamente para o facto de os jornalistas estarem obrigados a produzir cada vez mais trabalho, com as condicionantes de terem cada vez

menos recursos à sua disposição e o número de colegas a ser significativamente reduzido.

Perante este cenário, a forma como os jornalistas veem o futuro do seu trabalho varia entre uma visão mais otimista ou mais negativa. Clara Barata, que é jornalista do *Público* desde a sua fundação, revela um enorme descontentamento relativamente à falta de meios no jornal:

“É necessário ter mais gente para dar uma resposta adequada (...) É preciso gastar mais. Não se fazem omeletes sem ovos. Vai-se continuar a gastar as pessoas, a cansar as pessoas e há um ponto a partir do qual não é possível fazer”

Clara Barata, jornalista do *Público* desde 1990

Uma visão mais otimista, apesar de reconhecer as limitações subjacentes à própria secção, é a de Alexandre Martins:

“Para mim, nunca fez muito sentido pensar que uma secção de um jornal português, finlandês ou esloveno está ao nível de um *Washington Post* ou do *New York Times*, falando ao nível da realidade americana. É claro que se tivermos pessoas no terreno que estão lá e veem as coisas, têm uma visão muito mais abrangente do que se passa, e isso é fundamental. No caso do *Público* e de outros jornais portugueses, essa situação é cada vez pior, porque temos cada vez menos olhos no terreno. É verdade que hoje em dia, devido à Internet, podemos colmatar muitas dessas lacunas, até porque as redações nos outros países também têm muitas dificuldades. Lemos cada vez mais textos de cruzamento de notícia com análise, e mesmo não estando lá [no local], que seria o ideal, pode-se produzir alguns textos com boa qualidade que deem alguns indícios às pessoas”

Alexandre Martins, jornalista do *Público* desde 1999

Mais ou menos otimista, a perspetiva dos jornalistas da secção Mundo remete claramente para um condicionamento base ao seu trabalho: a falta de pessoas. A redução no número de jornalistas leva a que as rotinas produtivas sejam alteradas e dificultadas, nomeadamente no que diz respeito a acesso a fontes primárias e a uma cobertura mais extensa e aprofundada sobre determinados temas.

6.3 – Da falta de correspondentes à homogeneidade

Um aspeto que salta à vista, e que se torna particularmente relevante tendo em conta que se está a falar de uma secção que cobre a política internacional, é a rede de correspondentes, que seria fundamental para aumentar a capacidade de cobertura de diversos eventos, permitindo aceder, em primeira mão, aos acontecimentos no local.

A fonte preferencial para um jornalista internacional é, inevitavelmente, a fonte primária, o acesso direto às fontes no país sobre o qual escreve. No entanto, a verdade é que, atualmente, o *Público* não tem nenhum correspondente a tempo inteiro no estrangeiro, o que impossibilita o jornal de fazer uma cobertura em primeira mão, obrigando-o a ter de utilizar outros *media* ou agências de notícias como fontes principais.

A própria diretora reconhece a incapacidade do jornal, devido, sobretudo, a motivos financeiros, de ter correspondentes no estrangeiro:

“O que hoje fazemos é enviar os jornalistas para garantir que há uma cobertura do *Público* de eventos absolutamente inexoráveis, em que faz diferença haver o nosso olhar sobre eles, e depois tentar através do orçamento normal, do orçamento especial, ou do «*Público Mais*», fazer trabalhos distintivos e diferentes”

Bárbara Reis, diretora do *Público* desde 2009

Apesar desta estratégia, a editora da secção Mundo assume que a ausência de correspondentes é precisamente a maior dificuldade que a secção enfrenta:

“A principal dificuldade é não termos maneira de poder ver mais os lugares, perceber o contexto em que aquelas pessoas se movem e ver ao vivo aquelas sociedades”

Ana Gomes Ferreira, editora da secção Mundo do *Público* desde 2016

Esta dificuldade é assinalada por todos os jornalistas da secção, que afirmam que ter “olhos no terreno” facilitaria e melhoraria bastante o seu trabalho:

“Se tivéssemos correspondentes tínhamos uma abrangência maior, tínhamos pessoas que estavam envolvidas naquela sociedade, que leem os jornais locais, que conhecem pessoas que têm fontes... é outra coisa”

João Ruela Ribeiro, jornalista do *Público* desde 2013

Não existindo essa possibilidade, a solução encontrada passa por aceder à informação disponibilizada pelas agências (no caso do *Público*, a *AFP* e a *Reuters*), e procurar produzir um valor acrescentado a essa informação, através da leitura de textos de análise ou do acesso a informação de outros *media* de referência internacionais:

“Não tendo pessoas no terreno estaremos sempre «condenados» a fazer jornalismo internacional de uma forma diferente. Ou seja, para termos algum valor noticioso ou jornalístico, em Portugal, a fazer jornalismo sobre outros países nos quais nós não estamos, temos que acrescentar valor à

informação de agência. Temos que saber enquadrar a informação, contextualizá-la, saber aprofundá-la muitas vezes”

Félix Ribeiro, jornalista do *Público* desde 2014

Como nota Mauro Wolf (2009:232), a utilização da informação das agências de notícias “acaba por provocar uma forte homogeneidade e uniformidade das definições daquilo que constitui notícia”. No entanto, com a proliferação das ferramentas das novas tecnologias de informação e comunicação, as agências deixaram de ser o único meio, ou pelo menos o mais óbvio, que funciona como “ponto de partida” para a elaboração de uma notícia.

Hoje em dia, um *tweet* pode dar origem a uma notícia, tal como uma informação partilhada no *facebook*, a que acresce a enorme quantidade de órgãos de *media* com presença *online* que alertam para “estórias” importantes. Mas, será que esta variedade de meios e fontes leva a que deixe de existir a tal homogeneidade e uniformidade que Mauro Wolf denunciava no uso das notícias de agência?

“Copiamo-nos ainda mais uns aos outros e falamos menos com as pessoas e vamos menos aos sítios. É isso que a maravilhosa revolução digital nos tem trazido”

Clara Barata, jornalista do *Público* desde 1990

Esta resposta da jornalista Clara Barata indica que não, e alerta para um ponto importante: o facto de a Internet estar também a contribuir para um maior conformismo dentro do jornalismo. Apesar disso, a sua resposta parece deixar de lado alguns dos benefícios que o desenvolvimento da tecnologia trouxe para a prática jornalística, alguns deles assinalados pela diretora do *Público*:

“Hoje também é muito mais fácil, devido às redes sociais, ao digital e às novas tecnologias, o acesso direto a fontes que nem mesmo com uma reportagem no local poderíamos ter. Isto não quer dizer que as redes sociais substituam os correspondentes, mas permitem que o jornalista mantenha contactos a partir da redação. Uma pesquisa na Internet permite-nos, com uma rapidez inimaginável há uns anos, encontrar fontes próximas sobre a realidade de que estamos a escrever. A tecnologia bem aproveitada tem ajudado a fazer jornalismo, em alguns aspectos, melhor do que fazíamos antes”

Bárbara Reis, diretora do *Público* desde 2009

Se por um lado as novas tecnologias fornecem ferramentas importantes, inacessíveis há alguns anos, por outro, e derivado à ausência de correspondentes no estrangeiro, levam

a que os jornalistas tenham de reproduzir muita da informação de outros *media* ou das agências de notícias, sendo que o seu principal objetivo é conseguir acrescentar o tal valor acrescentado que constitui um fator fundamental para a secção Mundo do *Público*.

6.4 – Impacto da tecnologia nas rotinas produtivas

As rotinas produtivas são um meio através do qual os jornalistas conseguem criar estratégias para facilitar o seu trabalho. Nessas rotinas, têm de lidar com diversos fatores como os *deadlines*, o tempo, o espaço e, nos últimos anos, com o aumento do impacto da tecnologia (Shoemaker e Reese, 1996). Nesse sentido, a voracidade pela notícia é cada vez mais uma dificuldade que os jornalistas enfrentam no seu trabalho diário:

“Enfrentamos também a dificuldade entre aquilo que achamos que é muito importante ser explicado e desenvolvido e esta voracidade do *online* e dos novos suportes digitais, com notícias mais pequenas, mais curtas e mais rápidas, quase frases. Ainda não conseguimos encontrar o equilíbrio entre aquilo que gostamos de fazer, e que achamos que é necessário fazer, e essa velocidade de ter que dar às pequenas coisas, quase ao ritmo que antigamente davam as rádios e as televisões”

Ana Gomes Ferreira, editora da secção Mundo do *Público* desde 2016

A variedade de plataformas acelera o ciclo noticioso, colocando os jornalistas numa situação em que têm de dar resposta aos acontecimentos imediatos, para publicar as notícias o mais rapidamente possível no *site* do jornal, ao mesmo tempo que terminar o texto para a versão em papel reflete uma das suas principais preocupações ao longo do dia:

“[A secção Mundo] é inundada por informação – coisas sempre a acontecer ao mesmo tempo –, e tem de dar resposta em pelo menos dois tempos de produção: o imediato e o papel”

Clara Barata, jornalista do *Público* desde 1990

Desta forma, muitas vezes os jornalistas veem-se confrontados com uma situação em que estão a trabalhar numa notícia agendada para sair no jornal do dia seguinte, mas, perante um acontecimento de última hora, as chamadas *breaking news*, têm de interromper o seu trabalho e focar-se nesse acontecimento. O que acontece frequentemente é que as *breaking news* são colocadas no *site* do jornal, apenas com um

ou dois parágrafos a dar conta do que aconteceu, para de seguida o jornalista dedicar-se a desenvolver a informação, deixando o seu anterior trabalho parado.

Este fenómeno ganha especial importância numa altura em que os *media* estão cada vez mais competitivos, procurando sempre ser o primeiro meio de comunicação social a noticiar determinado acontecimento de última hora. É nesse sentido que noticiar *online* estes acontecimentos, mesmo com pouca informação, é visto como imperativo. A “máquina do tempo” – como Schlesinger (1977) apelidou a pressão do tempo e de cumprimento dos *deadlines* – parece ter acelerado ainda mais perante o desenvolvimento da tecnologia:

“O tempo é uma realidade com a qual temos de lidar. Temos de fazer as coisas com muito mais rapidez, e isso é um obstáculo para quem as quer fazer com mais cuidado (...) O que é muito importante? Ser mais rápido e fazer mais em quantidade do que o que se fazia há 10, 15 ou 20 anos”

Alexandre Martins, jornalista do *Público* desde 1999

Partindo do pressuposto que é impossível, ou pelo menos bastante difícil, um jornalista conseguir dar resposta à voracidade pela notícia – acrescida pela pressão do *online* – e dedicar-se ao seu desenvolvimento mais aprofundado, parece existir um confronto nas exigências feitas aos jornalistas para responderem ao digital e ao papel.

No entanto, Julia Cagé (2016:59) remete a discussão mais para o conteúdo das notícias do que propriamente para o formato, uma ideia que também é partilhada pela jornalista Ana Fonseca Pereira:

“Hoje em dia acho que é um bocado errado falar do jornalismo partindo do suporte. O que me importa se estou a escrever para o papel ou para o *online*? (...) Na minha perspetiva, e do jornalismo que fazemos aqui no internacional e no *Público*, tentamos sempre o mesmo nas duas plataformas, dando a mesma qualidade”

Ana Fonseca Pereira, jornalista do *Público* desde 1999

Em suma, a secção Mundo do *Público* enfrenta um dos problemas de grande parte dos *media* ocidentais neste momento: encontrar um modelo de negócio sustentável. Este modelo terá de dar resposta às transformações que estão a decorrer nas organizações jornalísticas, nomeadamente desde a passagem do século XX para o século XXI, com particular foco nas alterações causadas pela tecnologia:

“Na Europa, nos Estados Unidos e no mundo Ocidental em geral, os jornais de referência vivem uma dualidade em que trazem uma história de um jornal que nasceu em papel e que agora se está a adaptar a fazer a transformação para o digital. Enfrentamos todos a mesma dificuldade: o modelo de negócio. Este não foi inventado nem será inventado tão cedo, porque não há uma resposta a esta crise da indústria”

Bárbara Reis, diretora do *Público* desde 2009

Considerações finais

Durante os três meses em que estive a estagiar na secção Mundo do *Público*, tive uma oportunidade privilegiada de observar e analisar o processo de produção de notícias, o que acrescido da investigação teórica me permitiu retirar conclusões importantes.

Como comprova a revisão da literatura, os estudos sobre o *newsmaking* têm refletido sobre alterações que se vão verificando ao longo do tempo, com uma série de novos desafios, sobretudo ao nível das transformações tecnológicas, a alterarem significativamente a forma como as notícias são produzidas.

Desde a figura do *gatekeeper*, o “Mr.Gates” de David Manning White – que, de certa forma, funcionou como ponto de partida para os estudos dos constrangimentos a nível organizacional – ao impacto da tecnologia no jornalismo, o processo de *newsmaking* vê-se confrontado com significativos constrangimentos: redução do número de pessoas nas redações, aceleração do tempo de produção, novas formas de participação dos cidadãos no trabalho jornalístico, entre outros. Tudo isto, ao mesmo tempo que os próprios suportes (em particular, o papel) começam a ser postos em causa.

Apesar destes desafios, o jornalismo não pode parar enquanto aguarda por soluções. Muitos dos problemas atuais, como a pressão do tempo, as limitações económicas ou conseguir captar o interesse do público confundem-se com a própria história do jornalismo. No entanto, desde que a Internet ocupou um lugar central na sociedade, este tem tido algumas dificuldades em encontrar um modelo sustentável.

Se por um lado a Internet deu novas ferramentas aos jornalistas para fazerem o seu trabalho, por outro trouxe também uma nova organização económica para as empresas jornalísticas, o que se traduz, muitas vezes, em constrangimento ao nível de recursos. É neste dilema que os jornalistas têm de criar as suas rotinas produtivas, de forma a darem a melhor resposta possível em situações em que se veem na necessidade de produzir mais conteúdos com menos pessoas disponíveis.

O caso da secção Mundo do *Público* é revelador. Quando penso em jornalismo internacional vêm-me à cabeça as grandes reportagens feitas por correspondentes espalhados pelo mundo, que perseguem “estórias” exclusivas e que marcam a diferença com os seus trabalhos. A realidade do jornalismo internacional em Portugal é completamente diferente, e o *Público* não foge à regra. Apesar da importância atribuída

pelo jornal ao noticiário internacional, os jornalistas da secção Mundo – a maior parte com muita experiência e conhecimento relativamente aos assuntos sobre os quais escrevem – veem-se muitas vezes confinados a um “trabalho de secretária”, fechados na redação a trabalhar textos de agências de notícias e/ou de outros *media* internacionais. Isto acontece ao mesmo tempo que as viagens ao estrangeiro são cada vez mais reduzidas e a rede de correspondentes é praticamente inexistente, quando, no início do jornal, existiam 52 correspondentes internacionais. Esta drástica diminuição é o reflexo das dificuldades e dos condicionamentos que a secção Mundo enfrenta nos dias de hoje.

É verdade que as novas tecnologias trouxeram algumas vantagens ao jornalismo. À distância de um *click*, os jornalistas podem ter acesso a informação importante relativamente à realidade sobre a qual escrevem. No entanto, há um risco iminente para o jornalismo internacional quando ao aceder às novas ferramentas digitais se abdica de ter “olhos no terreno” e se diminui o número de pessoas na secção. Será que perante estas condições ainda é possível fazer um jornalismo internacional de referência?

As respostas dos jornalistas da secção Mundo às entrevistas levadas a cabo para este relatório dão algumas pistas importantes. Mais ou menos otimistas em relação ao seu trabalho, partilham a ideia de que a falta de pessoas, os novos desafios que a Internet coloca ao nível da produção de notícias e a falta de correspondentes no estrangeiro são os principais entraves ao seu trabalho. Não obstante, apesar das limitações, há uma ideia interiorizada dentro da secção de que as notícias devem refletir uma análise aprofundada sobre os temas abordados – devem ter um valor acrescentado à informação das agências e/ou dos *media* internacionais.

Para tal, a criação de rotinas produtivas é fundamental, numa profissão que é bastante imprevisível. Uma das ferramentas que ajuda a salvaguardar o trabalho jornalístico é a utilização dos valores-notícia, que permitem identificar rapidamente quais os acontecimentos que devem ser transformados em notícia.

Numa altura em que os jornalistas da secção se veem “fechados” na redação a escrever notícias a partir da informação abundante que encontram através da Internet, os valores-notícia são fundamentais para fazer uma triagem daquilo que é realmente importante noticiar. Não existindo a possibilidade frequente de ir aos locais, selecionar os principais acontecimentos e fazer uma análise aprofundada é a marca distintiva do jornalismo internacional do *Público*.

Consciente de que o tempo de estágio foi curto e que uma investigação mais aprofundada aos contrangimentos do *newsmaking* exigiria mais tempo do que aquele que dispus neste relatório, penso que os resultados foram gratificantes. Ao nível da investigação consegui recolher informações bastante relevantes, não só do ponto da observação no local, como também do trabalho realizado no interior da secção.

Durante estes três meses estive, pela primeira vez, numa redação a trabalhar. Tive a possibilidade de escrever notícias sobre os mais variados temas, umas mais curtas, outras mais desenvolvidas, e de ir evoluindo ao longo do período de estágio. Da parte do *Público*, e da secção Mundo em particular, senti sempre muita disponibilidade e confiança relativamente ao meu trabalho.

Posto isto, o balanço que faço destes três meses é positivo. Desenvolvi capacidades importantes para vir a exercer a profissão jornalística, ao mesmo tempo que aprendi imenso sobre a atualidade internacional, no que considero uma experiência pessoalmente enriquecedora. Um ponto menos positivo terá sido o facto de nunca ter feito uma reportagem no exterior, tendo ficado limitado a desenvolver todo o meu trabalho no interior da redação, uma contrariedade que, infelizmente, se vai tornando cada vez mais uma rotina dentro da secção. Apesar disso, sinto que dei o meu contributo pessoal, e prova do reconhecimento do meu trabalho é ter assinado 42 notícias, 17 delas escolhidas para a publicação em papel.

Bibliografia

ALMEIDA, João Ferreira e José Madureira Pinto (1995), *A investigação nas ciências sociais*, Editorial Presença, pp. 93-101

BECKER, Lee B. e Tudor Vlad (2009), “News Organizations and Routines”, in WAHL-JORGENSEN, Karin e Thomas Hanitzsch (2009), *The Handbook of Journalism Studies*, Abingdon: Routledge, pp. 59-72

BREED, Warren (1955), “Controlo social na Redacção. Uma análise funcional”, in TRAQUINA, Nelson (1993), *Jornalismo :questões, teorias e “estórias”*. Lisboa: Vega, 1993, pp.152-166

BRUNS, Alex (2011), “Gatekeeping, gatewatching, real-time feedback: New challenges for journalism”, *Brazilian journalism research*, vol. 7, número 11, pp.117-136

CAGÉ, Julia (2016), *Salvar os Media: Capitalismo, Financiamento Participativo e Democracia*, Lisboa: Temas e Debates – Círculo de Leitores

CORREIA, Fernando (1997), *Os jornalistas e as notícias*, Lisboa: Editorial Caminho, pp.137-254

DEUZE, Mark e Timothy Marjoribanks (2009), “Newswork”, *Journalism 2009*, SAGE Publications, pp. 555-561.

FERNANDES, António José (1993), *Métodos e regras para elaboração de trabalhos académicos e científicos*, Porto Editora, pp. 167-181

HALL, Stuart et all (1973), “A produção social das notícias: O «mugging» nos media”, in TRAQUINA, Nelson (1993), *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Lisboa: Vega, 1993, pp.224-248

HARCUP, Tony e Deirdre O'Neill (2001), “What is News? Galtung and Ruge revisited”, *Journalism Studies*, 2:2, pp.261-280

HERMAN, Edward S. (1985), “A diversidade de notícias: «Marginalizando» a oposição”, in TRAQUINA Nelson (1993), *Jornalismo:questões, teorias e “estórias”*. Lisboa: Vega, 1993, pp.214-223

KOVACH, Bill e Tom Rosentiel (2001), *Os Elementos do Jornalismo*, Porto Editora

LUCAS, Isabel (2013), *Conversas com Vicente Jorge Silva*, Lisboa: Temas e Debates – Círculo de Leitores

MESQUITA, Mário (2003), *O Quarto Equívoco: O poder dos media na sociedade contemporânea*, Edições MinervaCoimbra, pp. 29-34

MOLOTCH, Harvey e Marilyn Lester (1974), “As notícias como procedimento intencional: acerca do uso estratégico de acontecimentos de rotina, acidentes e escândalos”, in TRAQUINA, Nelson (1993), *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”* Lisboa: Vega, 1993, pp.34-51

PAULUSSEN, Steve et all (2007), “Doing It Together: Citizen Participation In The Professional News Making Process”, *Observatorio (OBS*) Journal*, 3, pp.131-154

PICARD, Robert (2015), “Journalist’s Perceptions of the Future of Journalistic Work”, University of Oxford: Reuters Institute for the Study of Journalism

QUIVY, Raymond e Lucvan Campenhoudt (1992), *Manuel de investigação em ciências sociais*, Gradiva

SANTOS, Rogério (1997), *A negociação entre jornalistas e fontes*, Coimbra: Minerva Editora, pp. 71-112

SCHLESINGER, Philip (1977), “Os jornalistas e a sua máquina do tempo”, in TRAQUINA, Nelson (1993), *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Lisboa: Vega, 1993, pp.177-190

SHOEMAKER, Pamela J. e Stephen D. Reese (1996), *Mediating the Message. Theories of Influences on Mass Media Content*, 2nd. Edition, White Plains: Logman, pp.105-165

SHOEMAKER, Pamela J. et all (2009), “Journalists as Gatekeepers”, in WAHL-JORGENSEN, Karin e Thomas Hanitzsch (2009), *The Handbook of Journalism Studies*, Abingdon: Routledge, pp. 73-87

SOUSA, Jorge Pedro (2000), *As Notícias e os Seus Efeitos. As Teorias do Jornalismo e dos Efeitos Sociais dos Media Jornalísticos*, Coimbra: Minerva Editora, pp.39-78

TRAQUINA, Nelson (1988), “As Notícias”, in TRAQUINA Nelson (1993), *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Lisboa: Vega, 1993, pp.167-176

TRAQUINA, Nelson (2002), *O que é o Jornalismo*, Lisboa: Quimera

WOLF, Mauro (2009), *Teorias da Comunicação*, 10^a edição, Queluz de Baixo: Editorial Presença, pp.177-252

Sites consultados:

<http://www.sonae.com/sobre-a-sonaecom/quem-somos/accionistas/> [consultado a 25 de junho de 2016]

http://static.publico.pt/nos/livro_estilo/04-introducao.html [consultado a 25 de junho de 2016]

http://www.apct.pt/Analise_simples.php [consultado a 26 de junho de 2016]

<http://static.publico.pt/homepage/site/nos/EstatutoedpublicoPT.asp> [consultado a 26 de junho de 2016]

<http://static.publico.pt/publicomais/> [consultado a 26 de junho de 2016]

http://static.publico.pt/nos/livro_estilo/12-regras-c.html [consultado a 6 de julho de 2016]

Anexos

1. Entrevistas

Entrevista 1

Nome: Joana Amado

Cargo: Editora da secção Mundo entre 2011 e Março de 2016

No *Público*: De 1993 a 2016

Data: 31-03-2016

Há quanto tempo é jornalista? E há quantos anos está no jornal *Público*?

Sou jornalista há 23 anos. A editar, estou há uma série de anos, mas em várias secções. No Mundo sou editora há cinco anos. Antes fui sub-editora e passei ainda por outras secções.

Qual a importância que o internacional assume no *Público* enquanto jornal de referência?

Sempre foi uma das secções base e diferenciadora em relação aos outros jornais portugueses. Começamos [o internacional] na altura da queda do Muro de Berlim, da *Perestroika*, de tudo isso, e foi uma altura muito importante. Tínhamos correspondentes em todo o lado. Sempre foi, e ainda é, apesar das dificuldades e da falta de meios económicos e de pessoas, uma secção diferenciadora do jornal e uma secção que o jornal aposta quando há acontecimentos importantes. Por exemplo, quando houve os atentados em Paris ou em Bruxelas fizemos uma grande aposta em termos de aprofundar o tema, dar ao leitor o máximo de perspetivas possíveis. Mesmo não tendo a capacidade que tínhamos antes – a nível de correspondentes –, tentamos dar uma resposta: se o leitor quer perceber realmente o que se passou, vem ao jornal *Público* e não aos outros.

Como é que se consegue fazer bom jornalismo internacional quando as limitações são cada vez maiores?

Consegue-se, felizmente, porque temos jornalistas com bases e conhecimentos bastante sólidos. Com um *know how* de recorrerem às fontes certas, apesar de cada vez menos

irmos aos sítios “beber à fonte”. Apesar de tudo, quase todos os jornalistas que estão na secção já viajaram bastante, conhecem as realidades sobre as quais escrevem.

Considera que a falta de correspondentes no estrangeiro pode levar a uma reprodução da informação dada pelas agências e pelos restantes *media* internacionais? Se sim, quais são os riscos para o jornalismo, e para este jornal em particular?

Aquilo que é diferenciador no jornalismo, não só no internacional como em qualquer outra secção, é o jornalista receber a informação em primeira mão, estar nos sítios, falar com as pessoas, com os protagonistas. Em termos de internacional, isso é o fator diferenciador em toda a imprensa mundial: se uma pessoa puder estar na Guerra da Síria é completamente diferente do que estar numa redação a reproduzir os textos dos outros correspondentes. O que nós tentamos fazer para “disfarçar” isso é ao nível da análise, tentar dar ao leitor as pistas para ele compreender melhor o que se está a passar.

Dito isto, acho que perdemos muitos leitores. Quando há um acontecimento, como por exemplo a crise dos refugiados, se nós não formos para Grécia ou para a Turquia e outros forem, sejam eles portugueses, ingleses ou franceses, os leitores do *Público*, que são leitores informados, vão diretamente ler às fontes, quando percebem que nós não estamos lá. Isso é uma falha que tem a ver com limitações financeiras.

Não há forma de contornar isso e oferecer alguma coisa única e especial que consiga captar os leitores?

A nossa mais-valia tenta ser dar as grelhas de leitura para o leitor arrumar a sua informação. [O leitor] Chega ao jornal e as ideias estão arrumadas, há um texto de análise, há textos de opinião, provavelmente infografias, perguntas e respostas...

O futuro do jornalismo parece passar cada vez mais pelo digital e a própria orientação do jornal parece ir nesse sentido. Nesta fase de transição, como é que a secção Mundo se poderá reinventar e continuar a ser uma referência no jornalismo internacional em Portugal?

Infelizmente acho que já não temos grande espaço para reinvenção, porque há um grande desinvestimento na mão-de-obra. Ou seja, podemos ser ótimos jornalistas, ter uma bagagem que provavelmente os jornalistas da concorrência não têm, mas só isso

não chega para fazer tudo. A reinvenção passará sempre por fazer escolhas e por fazer uma certa resistência à notícia curta, à notícia fácil. Se o jornalista fizer um bom texto por dia, onde está espelhado esse saber, essa nossa marca diferenciadora, acho que é preferível ele fazer esse texto do que fazer quatro, que provavelmente não vai assinar, não vai investir tempo e pensamento. Agora, se isso dá mais *clicks* e mais tráfego no *site*.... não sei. Gosto de acreditar que nós ainda temos muitos bons exemplos de textos grandes, densos e complexos que têm muita leitura e que se percebe que há leitores que precisam disso, mais do que as notícias curtas. Os jornais estrangeiros, nomeadamente os de língua inglesa, resolvem isso [das notícias curtas] muito bem, porque têm as agências internacionais, os *feeds* da *Reuters* e da *AP [Associated Press]*. Aquilo está sempre “a cair” e está resolvido, enquanto os jornalistas da casa estão ocupados a fazer outras coisas. Nós, infelizmente, temos essa dificuldade. A *Lusa* não é propriamente...

Uma resposta que seja suficiente?

Temos de ir *checkar* se está tudo bem. E muitas vezes são também traduções de outras agências e não é uma coisa que eu confie cegamente para que esteja a cair no nosso *site*. Não pagamos o serviço internacional da *Lusa* precisamente por causa disso. Mas, a minha ideia essencial é esta: prefiro uma notícia bem feita e estruturada do que quatro notícias. Como editora, enquanto estou à espera de textos, muitas vezes sou capaz de traduzir três parágrafos de uma agência e fica feito.

Enquanto editora, alguma vez se sentiu limitada por imposições ideológicas por parte da direção do jornal?

Não. Este jornal é muito esquizofrénico. Há pessoas de esquerda, há pessoas de direita, há uma redação que é mais de esquerda, já tivemos diretores que eram de direita. Posso sentir que uma primeira página depois não reflete o trabalho que está lá dentro, ou que a primeira página foi ideologicamente fabricada.

Mas nunca deixou de noticiar nada por a direção achar que não devia, ou que devia fazer um ângulo diferente...

Não. Discutimos. Por exemplo, em relação ao [autodesignado] Estado Islâmico – as decapitações e a propaganda -, tivemos uma grande pressão por parte da concorrência, e discutimos entre nós, direção incluída, que iríamos sempre minimizar ao máximo o lado propagandístico. Imposições? Não. O que acontece neste jornal é que, por exemplo, eu

posso ter três páginas a dizer a Guerra do Iraque é um erro e depois se o diretor quiser escrever um editorial a dizer que é certa, ele escreve. Ou se quiser pôr uma opinião a defender isso, eu como editora não posso fazer nada.

Se a direção não influencia nesse sentido, também é bom para o jornalismo ter duas visões diferentes.

Sim, estou a dar este exemplo porque no tempo do José Manuel Fernandes houve uma tensão muito grande aqui no jornal, não só com os jornalistas do internacional como com toda a redação. Havia claramente um embate. Mas, mesmo ao nível do jornal como um todo, essa ideia de que por a Sonae ser a dona do jornal recebemos uns telefonemas a dizer “não faças isso”...felizmente é tudo um mito urbano.

Hoje é o seu último dia no jornal. Sente-se desiludida com o jornalismo?

Eu sou jornalista há 23 anos e tem sido sempre a descer. Não tenho grande otimismo em relação a este jornal, a este jornalismo que nós fazemos, que continuamos a tentar fazer, mas que é muito difícil quando se continua a desinvestir permanentemente nas pessoas, em que é preferível gastar dinheiro em mais uma aplicação porque tem que ser, porque as pessoas só vão ao jornal através do não sei quê, do que mandar três jornalistas para cobrir as eleições americanas, em vez de só mandarmos um. Isso, infelizmente, não vai acontecer. Já não temos correspondentes em lado nenhum. Tínhamos nas principais capitais europeias, tínhamos nos Estados Unidos, no Brasil, alguns em África...não temos nada. Acabou-se. Portanto, temos cada vez menos jornalistas na secção internacional. De que serve eu dizer que eles são muito bons...

Não chega.

Não, isto não se vai endireitar. Não sei qual é o caminho. Se for fazer só *online* isso implica necessariamente desinvestir na redação.

Entrevista 2

Nome: Alexandre Martins

Cargo: Jornalista da secção Mundo (desde 2011)

No *Público*: Desde 1999

Data: 21-04-2016

Há quanto tempo é jornalista? E há quantos anos está no jornal *Público*?

Comecei a trabalhar no jornalismo em 1998, no fim do curso, e vim para o *PÚBLICO* em finais de 1999, portanto há 17 anos.

Antes de vir para a secção Mundo, passou por outras secções?

Sim. Quando entrei em finais de 1999 fui para a redacção *online* do *Público*, em exclusividade. Era a única na altura em Portugal, e mesmo no mundo inteiro havia poucas. Só com o 11 de Setembro de 2001 é que as redacções começaram a dar mais atenção à Internet e fazer redacções exclusivamente *online*. O *Público* tinha uma há poucos meses e eu entrei. Cerca de seis meses depois, passei a ser sub-editor dessa secção, que na altura se chamava serviço “Última Hora”, onde os jornalistas só trabalhavam com a Internet. Estive aí muitos anos, e por volta de 2007/2008 fui editor de multimédia, quando lançámos a primeira secção de vídeo e de *podcast*.

Em 2011 decidi que estava farto de ser editor e achei que estava na hora de começar a escrever. No início escrevia mais sobre tecnologia, e depois, como a minha área de interesse era mais a política internacional, fui para a secção Mundo.

O que o fascina na secção Mundo e o que o levou a querer deixar de editar e querer passar a escrever?

O que me levou a deixar de editar foi não gostar da função. Como nós sabemos, há pessoas que estão mais talhadas para serem jornalistas, outras para serem editores. Tem sido assim, apesar de hoje, com a falta de pessoas, as coisas não serem assim tão claras. Não me sentia bem como editor, achava que podia fazer um trabalho melhor como jornalista. Sempre foi um tema que me interessou [política internacional], sempre me

fascinou mais o que se passa lá fora do que cá dentro. Nesse aspeto se calhar sou um bocado atípico [risos]. O que está muito próximo eu sei, eu quero é saber o que se passa longe. Achei que na secção Mundo podia escrever sobre uma gama mais variada de assuntos.

Quais são as principais dificuldades que a secção Mundo do *Público* enfrenta nos dias de hoje?

Sempre houve dificuldades, em qualquer secção. Algumas coisas vieram ajudar bastante o trabalho jornalístico, como o acesso a novas tecnologias. Mas, o obstáculo principal – e acho que toda a gente deve queixar-se disso –, é a falta de pessoas e de tempo. O tempo é uma realidade com a qual temos de lidar. Temos de fazer as coisas com muito mais rapidez, e isso é um obstáculo para quem as quer fazer com mais cuidado. Por isso, hoje em dia temos de fazer mais em quantidade, mais rapidamente, e quem não abdica de ter qualidade sofre, se calhar, um bocado mais com isso, porque tem de trabalhar mais. Basicamente não há grandes obstáculos para além disso. O que é muito importante? Ser mais rápido e fazer mais em quantidade do que o que se fazia há 10, 15 ou 20 anos.

Enquanto jornalista o que acha preferível: escrever menos notícias e mais desenvolvidas, ou dar mais notícias curtas?

Eu como tive o privilégio de ter começado no jornalismo pela Internet, tenho a experiência de muitos anos de fazer a base do trabalho numa redação *online*. Naquela altura era muito mais isso, notícias muito curtas. No *online* havia pouco desenvolvimento, mas isso não era necessariamente uma coisa negativa. Era assim que se faziam as coisas porque, naquela altura, até 2008/2009, quando por necessidade o jornalismo teve que se aproximar e fundir o *online* com o papel, as coisas eram divididas: havia o *online* e havia o papel.

Eu tive essa experiência [de escrever notícias curtas] durante muitos anos e depois, quando começo a escrever mesmo, sinto necessidade de desenvolver os temas. Eu acho que é possível fazer as duas coisas. Há exemplos de modelos de negócio, que à primeira vista podem parecer um bocado ridículos, mas que se começa a vislumbrar que talvez possam fazer sentido, embora não tenham grande sucesso comercial. Temos o exemplo de *Buzzfeed*, que começa por ser um *site* que os jornalistas identificam como brincalhão,

mas que o plano deles, tal como a *VICE News* por exemplo, começa por aí: satisfazer o grande público com notícias como curiosidades e esse tipo de coisas, mas ao mesmo tempo tentar construir uma ilha dentro daquela redação que produz jornalismo mais consistente e com mais profundidade. Quando foi a Revolução na Ucrânia, a *VICE News* fez grandes reportagens, o *Buzzfeed* a mesma coisa. Em vez de dizer se é melhor notícias curtas ou desenvolvidas, o ideal é uma mistura das duas. Até pode ser uma oportunidade de salvar o jornalismo que importa. Mas, obviamente, prefiro fazer notícias mais desenvolvidas e ter tempo para explicar o melhor possível aos nossos leitores o que está em causa no tema que estou a desenvolver.

Os leitores ainda estão disponíveis para ler notícias mais desenvolvidas, ou o fenómeno das redes sociais retirou o interesse desse tipo de notícias?

Pelo que tenho assistido enquanto jornalista ao longo dos anos, a base desse problema é igual: há uma luta pela atenção das pessoas e sempre foi um bocado assim. Há 50 anos a diferença era entre teres [a atenção] de cinco ou dez horas da pessoa, hoje em dia é entre cinco segundos ou cinco minutos. A base do jogo parece-me a mesma, apesar de ter mudado em termos de tempo. Hoje é tudo mais rápido, e as redes sociais contribuem para essa sensação.

Acho que a ideia de uma redação subsistir com o mesmo modelo de há 10, 15, 20, 30, 40 ou 50 anos, isto é, uma redação com um modelo generalista, com dezenas ou mais de cem jornalistas especializados num assunto em particular e que dê dinheiro – que em último caso tem que ser possível – é cada vez mais difícil. Lá está, é aquele problema de não sabermos bem qual é o modelo de negócio. O que eu quero deixar bem claro é o seguinte: não sei qual é o modelo, mas o jornalismo é o jornalismo, e não é muito mais do que isso. Tem de continuar a ser feito com rigor, com a função de serviço público. A partir do momento em que se perde isso e se quer manter a porta aberta de uma empresa para não perdermos o nosso posto de trabalho e o nosso ordenado, e para isso estarmos dispostos a fazer tudo, não vale a pena. Só vale a pena existir um jornal, uma televisão ou uma rádio se fizer jornalismo com o pressuposto de serviço público. Agora, o que se pode fazer para além disso para garantir que esse trabalho essencial é feito? Cada um que dê a sua sentença.

Voltando à secção Mundo. É possível fazer jornalismo internacional de referência quando o número de correspondentes é praticamente nulo e as viagens ao estrangeiro são cada vez menos?

É sempre difícil e injusto fazer essa comparação. É como perguntar ao *El País* se eles conseguem retratar tão bem a realidade política portuguesa como os jornais portugueses. Não conseguem, nem nunca irão conseguir fazer. Para mim, nunca fez muito sentido pensar que uma secção de um jornal português, finlandês ou esloveno está ao nível de um *Washington Post* ou do *New York Times*, falando ao nível da realidade americana. É claro que se tivermos pessoas no terreno que estão lá e veem as coisas, têm uma visão muito mais abrangente do que se passa, e isso é fundamental. No caso do *Público* e de outros jornais portugueses, essa situação é cada vez pior, porque temos cada vez menos olhos no terreno. É verdade que hoje em dia, devido à Internet, podemos colmatar muitas dessas lacunas, até porque as redações nos outros países também têm muitas dificuldades. Lemos cada vez mais textos de cruzamento de notícia com análise, e mesmo não estando lá [no local], que seria o ideal, pode-se produzir alguns textos com boa qualidade que deem alguns indícios às pessoas. Mas respondendo à pergunta genérica, claro que é melhor ter pessoas no local.

Não tendo correspondentes do estrangeiro, os jornais não correm o risco de reproduzir o trabalho que se faz noutros *media* ou nas agências? O que levará um leitor a querer ler o *Público* e não ir diretamente ao *The Guardian*?

Sim, tens toda a razão. Mesmo que se tenha um grande texto e se for aos Estados Unidos e fizer uma bela reportagem, e o trabalho final for, de facto, melhor do que qualquer uma que eu li no *Washington Post* ou no *The Guardian*, tenho a noção de que os leitores não vão ter essa noção. Já estamos para além de termos ou não acesso às coisas. Ainda podemos, com os poucos recursos que temos, se investirmos bem no assunto, dar mais-valia a um texto, mesmo não estando no sítio, que seria o ideal. Parece-me razoável, como leitor, que seja preferível ir ler sobre os Estados Unidos a um jornal americano do que a um jornal português.

O futuro do jornalismo parece passar cada vez mais pelo digital. Nesta fase de transição, como é que a secção Mundo se poderá reinventar e continuar a ser uma referência no jornalismo internacional em Portugal?

Não concordo com “transição” no sentido de estarmos a falar nos últimos anos. Acho que a transformação começou quando o *Público* abriu a secção *online*. Essa foi a grande transformação e que muita gente não percebeu. Algumas pessoas perceberam, como o José Vítor Malheiros, que fundou a secção, e nós que trabalhamos na secção desde o início percebemos logo a importância. Houve um momento, em meados da década passada e um bocado depois, que virou tudo. Toda a gente quis apanhar o barco do *online* porque o papel já não estava a dar. A sensação com que fiquei e com que fico hoje é que não se soube aproveitar a experiência de jornalistas nessa coisa nova [a Internet], que para muitos jornalistas já não o era.

Mas nos últimos cinco anos, o aparecimento do facebook e do twitter, alterou a forma de fazer jornalismo, e a forma como as pessoas consomem notícias.

Concordo inteiramente. Houve uma mudança do lado de quem lê notícias e de quem escreve essas notícias. Mas não para toda a gente. Há jornalistas, desde finais da década de 1990, que trabalham exclusivamente para o *online*, e para esses jornalistas era evidente que o desfecho seria este, mais cedo ou mais tarde. Portanto, se fosse essa a visão geral do jornalismo naquela altura, as coisas podiam ter-se proporcionado de forma diferente, não sei se melhor ou pior. Não se pode é ouvir um discurso, atualmente, de pessoas que na altura, se calhar usando um termo muito forte, “marginalizavam”, e que de há uns quatro/cinco anos para cá olham [para o *online*] como o futuro. Não há futuro nenhum. O que alimentava os jornais naquela altura eram as edições em papel, e ainda é, em parte. Hoje em dia, há jornais que não querem arriscar dar o passo para o *online* porque a parte de papel ainda é a fonte de receita maior. É uma visão pragmática.

Alguma vez se sentiu limitado por imposições ideológicas por parte da editora da secção ou por parte da direcção?

Desde 1999, nunca senti que isso tivesse acontecido. Nunca, nunca aconteceu. Nunca há imposições e há sempre a noção do limite das hierarquias. Temos a nossa ideia sobre um tema mas nunca houve nada que se pareça com censura.

Nunca aconteceu, por exemplo, querer escrever sobre determinado assunto e ter sido influenciado, de alguma forma, para não escrever de determinado ângulo...

Não me recordo de nenhum caso em que isso tenha acontecido. Influenciar sim, todos nos influenciamos uns aos outros. Eu próprio tento influenciar bastante os meus editores, se calhar mais eu a eles do que eles a mim [risos], mas isso é ótimo. Se calhar, por várias vezes, levaram-me a ver as coisas de uma maneira que eu pensava que devia ser vista de outra forma e que essas pessoas tinham razão. Mas isso é o normal no dia-a-dia de uma redação. Nunca houve uma imposição, direta ou indiretamente, de dizer “acho que não deves escrever assim porque a visão que temos sobre esse político ou sobre esse acontecimento é completamente diferente daquela que queres dar”. Não, porque eu sou jornalista e *a priori* não vou escrever um artigo de opinião.

Entrevista 3

Nome: João Ruela Ribeiro

Cargo: Jornalista da secção Mundo (desde 2014)

No *Público*: desde 2013

Data: 22-04-2016

Há quanto tempo é jornalista? Há quantos anos está no *Público*?

Comecei o estágio em Outubro de 2013 – de três meses –, e depois regressiei ao *Público* umas três semanas depois. Apoiei a secção de Desporto durante o Mundial [de futebol] de 2014, depois passei a apoiar a gestão do espaço de opinião, ao mesmo tempo que escrevia, e depois entrei no projeto do *UOL*.

No que consiste esse projeto?

É uma parceria que o *Público* fez com o *UOL*, um portal de notícias brasileiro, em que nós propúnhamos artigos nossos para eles destacarem no *site*, para dar maior tráfego, e para além disso tínhamos um *site* diretamente virado para o Brasil. O meu trabalho passava por gerir essas plataformas.

Escrevia para a secção Mundo ao mesmo tempo?

Sim, mas mais raramente, porque era um trabalho que tomava mais tempo, praticamente o dia inteiro. Portanto, escrevia mais esporadicamente. Entretanto integrei a secção do internacional.

O que o fascina no jornalismo internacional e na secção Mundo do *Público*?

Há a possibilidade – transversal a qualquer secção – de contar uma “estória”. Revelar coisas que os leitores não sabem, que desconhecem, ignoram, que às vezes não querem saber e fazê-los interessarem-se por essas questões. Mas esse é o trabalho de qualquer jornalista. A partir do momento em que se está nesta profissão tem que se estar preparado para fazer isso com qualquer tema. No internacional, especificamente, acho que há um gosto por explicar, porque não é só relatar o que está a acontecer, é dar um *background*, ter uma atitude mais pedagógica – a começar por mim pelo que aprendo enquanto pesquiso –, e depois transformar isso no mais acessível possível para os leitores.

Quais são as principais dificuldades que a secção Mundo do *Público* enfrenta nos dias de hoje?

Para começar, e uma questão que se calhar também é transversal ao jornal inteiro, é a falta de pessoas. Desde que entrei houve algumas saídas e algumas entradas, mas o trabalho que se faz com este número de pessoas quase que se resume forçosamente à cobertura do noticiário do dia. Há os acontecimentos de agenda e os de não agenda, que acontecem inesperadamente e que deixam pouca margem para trabalhos de maior fôlego e de maior profundidade, em que é exigido mais tempo dedicado a um tema. Obviamente isto torna o jornal e as edições muito mais pobres. É óbvio que a prioridade é sempre dada à atualidade e aquilo que acontece naquele dia, mas também se perdes este tipo de trabalhos [de maior fôlego] sentes que estás a falhar um bocado aos leitores. Isto é transversal ao jornal. Em relação ao Mundo, especificamente, a falta de correspondentes é crucial.

Acha que é possível fazer jornalismo internacional de referência quando o número de correspondentes no estrangeiro é quase nulo e mesmo as idas ao estrangeiro são cada vez menores?

Eu acho que é possível fazer. Apesar de tudo, o jornal continua a fazer esse trabalho de referência e isso prova que quando há oportunidade de alguém ir para o estrangeiro, ou ter mais tempo na redação, e isso às vezes basta, tens logo trabalhos que não ficam atrás de outros jornais de qualidade. O produto final acaba por ser bom, melhor se comparado com o panorama português, por isso a minha resposta é sim, é possível fazê-lo. Agora, se eu estou contente com o que é feito? Acho que nunca estaremos. Mesmo que tivéssemos o jornal perfeito, acho que faz parte. Claro que se tivéssemos correspondentes tínhamos uma abrangência maior, tínhamos pessoas que estavam envolvidas naquela sociedade, que leem os jornais locais, que conhecem pessoas que têm fontes... é outra coisa. Neste momento, estar a especular se calhar não vale muito a pena. Vale a pena perceber que com aquilo que temos, que apesar de tudo é ligeiramente melhor que outras secções internacionais de outros jornais, ainda assim dá para fazer um trabalho bastante bom, com qualidade e que é sempre possível melhorar.

Recentemente esteve no Nepal. Como surgiu a oportunidade para ir lá fazer uma reportagem?

A Comissão Europeia subcontrata uma empresa que é o *European Journalism Center*, com sede na Holanda, que organiza viagens para jornalistas. Entraram em contacto com a secção [Mundo] e fizeram a proposta de visitar o Nepal e os projetos de reconstrução apoiados pela Comissão Europeia, um ano depois do terramoto. A editora enviou-me a proposta e depois foi uma questão de fazer a inscrição. Foram seleccionados dez jornalistas de vários países.

O futuro do jornalismo parece passar cada vez mais pelo digital. Nesta fase de transição, como é que a secção Mundo se poderá reinventar e continuar a ser uma referência em Portugal?

Não sei se a secção em si terá uma reinvenção diferente das outras. Do que te posso dizer do trabalho quotidiano, que eu e os meus colegas fazemos no internacional, é fazer com aquilo que temos, com as potencialidade do *backoffice* e daquilo que o *site* nos permite fazer, e tirar o máximo partido disso. Às vezes pôr coisas simples como um *link*, um *tweet* ou um vídeo podem fazer a diferença. É nesse sentido, no dia-a-dia, aquilo que se pode fazer. Pode-se ter ideias mais abrangentes, mais de ruptura, mas se não tens a hipótese de o fazer no teu jornal, no teu *site*, por questões práticas... tens as ideias, mas não as fazes [risos]. É tentar fazer as omeletes com os ovos que tens, mas

com inteligência. Às vezes o menos é mais. Às vezes não adianta estar a bombardear informação, vídeos, áudio ou imagens: isso é de mais e a moderação também é boa. Portanto, é encontrar um equilíbrio, colocarmo-nos o lugar do leitor. É bom recuar um pouco, porque se calhar os leitores não têm disponibilidade para toda aquela informação em todas as plataformas diferentes.

Acha que o jornal, neste momento, está a entrar num paradigma mais focado para o digital ou o papel ainda é a grande prioridade?

A estratégia mais abrangente é de convergência digital. É isso que nos é dito e há vários sinais que apontam para isso. Mesmo a estrutura orgânica da secção [Mundo], com as mudanças que houve recentemente, em que os jornalistas, à partida, concentram-se nos temas e não pensam tanto no papel nem nos limites de texto, ou seja, pensam nos temas e depois alguém irá editar o papel. Tudo indica que sim, que o jornal está a caminhar para isso [para o paradigma digital]. No quotidiano, mais uma vez, a vida prática é diferente. Estamos numa fase de adaptação e não vemos tanto isso. Vê-se que ainda se mantêm os hábitos de pensar para o papel, mas a direção teórica e maior do jornal é essa, o digital.

Mas sente que de alguma forma se está a trilhar um caminho que tem em vista o fim do papel como aconteceu, por exemplo, com o *The Independent*?

Não sei, isso envolve muitos cálculos. Pelo que sei, o papel ainda é a fonte principal de receitas publicitárias. No *online* a publicidade ainda rende muito pouco. Portanto, a decisão vai estar muito nesse campo, não tanto no campo redatorial/editorial do jornal. Ou seja, façam para o *site* ou para o papel o jornalismo existe sempre. A nossa função é aquela que eu te disse o início: contar as “estórias”, tentar fazer interessar os leitores, mostrar-lhes coisas diferentes, coisas que às vezes eles querem ignorar. Isso pode ser feito no papel, ou com vídeo, ou no *site*, ou com infografias. Há milhentas formas de o fazer. Como jornalista, interessa-me fazê-las. A forma é importante mas não é decisiva. Portanto, se o papel acaba ou não isso tem a ver com cálculos de sustentabilidade da empresa, não tanto com o jornalismo, que acho que não está em causa.

Recuando um bocado, acha que, de alguma forma, não ter a capacidade de fazer reportagens no estrangeiro vos tem levado a reproduzir muito do trabalho feito

por outros *media* ou pelas agências? Se sim, como é que secção Mundo pode oferecer algo aos leitores que os outros *media* não ofereçam?

Há duas situações diferentes. Quando falas em reprodução, há as traduções puras e duras de textos de outros órgãos de comunicação e que vem lá sinalizado que são traduções, e há outro tipo de situação que é o recurso a agências ou a jornais estrangeiros para contar uma “estória” ou fazer uma notícia. O que eu noto no jornal é que o recurso às agências ou aos jornais estrangeiros não é uma reprodução. Uma agência serve como os teus olhos, como o correspondente que não tens, e que depois cabe-te a ti trabalhar essa informação, cruzá-la, enriquecê-la e confirmá-la se possível. Ou seja, não há uma negação do trabalho jornalístico, não há uma reprodução por si só. Há um trabalho de valor acrescentado. Aquilo que essas agências e esses jornais te dão é a informação, que às vezes até pode ser um *tweet*. Um *tweet* de 140 caracteres pode ser a base de um texto de cinco mil. O que eu verifico no jornal é que essas reproduções – as traduções – se têm multiplicado recentemente.

Isso é prejudicial para a qualidade do jornalismo?

Depende da qualidade. Se forem coisas boas, textos incontornáveis, que não terias hipótese de fazer, não. Lembro-me de um texto que foi traduzido há uns tempos da *The Atlantic*, que é quase um tratado sobre o [autodesignado] Estado Islâmico, de várias páginas, muito grande, de alguém que esteve envolvido e que falou com muita gente. São textos seminais, textos de elevada categoria. Essas traduções acho que são benéficas. A multiplicação de traduções, que às vezes pouco acrescentam e que aqui na redação podíamos fazer sem grande diferença, ou até melhor, essas sim são prejudiciais. Acho que damos ao leitor a mensagem de que não tivemos capacidade para cobrir este assunto e tivemos de recorrer a isto.

Perante a limitação do número de pessoas na secção não se torna inevitável que isso aconteça?

Acho que sim. Infelizmente, sim. Mas às vezes tendemos a culpar a disponibilidade e o número de pessoas, mas muitas vezes é uma questão de gestão e de comunicação. Se calhar às vezes basta fazer melhor a gestão dos trabalhos que se entrega a algumas pessoas e isso resolvia-se. Pôr o ónus só na falta de pessoas é enganador. Às vezes é

uma questão de gestão, mas claro que a gestão melhorava se houvesse mais gente a pensar nela.

Enquanto jornalista, acha que é mais importante dar menos notícias durante o dia mas que sejam mais desenvolvidas ou é preferível ter mais notícias curtas?

Se calhar, perante a falta de recursos e de meios, torna-se muito importante ser-se inteligente e fazer escolhas. Ter apostas, ter exigência e querer dar as coisas mas também uma escolha que é diferente e que é dizer não. Não temos as pessoas para isto, se calhar não podemos fazer aquilo que gostaríamos. Somos menos, há desinvestimento e é preciso assumir isso. É preciso humildade e inteligência. Não é uma questão de facilitismo. Não é ignorar certas coisas, mas dar menos ênfase. Não se pode fazer tudo o que se fazia antes com menos pessoas, é fisicamente impossível. E aí entra muito essa questão da boa gestão, de tentar antecipar algumas coisas, otimizar um bocado os recursos que tens. E a humildade de uma empresa e de um jornal é muito importante. Reconhecer que se os cortes e o desinvestimento são feitos é óbvio que isso vai ter um efeito.

Alguma vez teve uma situação em que lhe exigissem algum tipo de trabalho e que tenha achado que não fosse possível fazê-lo?

Acho que isso já aconteceu com todos. Perante uma situação dessas, pode-se tentar colocar esse debate na redação, não se pode fugir dele. É um debate que é preciso ter e inculcar essa humildade na redação. Já enfrentei, é comum, mas no fundo não podemos estar sempre a refletir nestas questões: é preciso “pôr a mão na massa” e fazê-lo. Mas era bom que existisse esse debate.

Já se sentiu limitado por imposições por parte da editora da secção ou da direcção do jornal?

Não. Sou dos jornalistas que está cá em menos tempo e é comum ter uma ideia ou uma proposta e ela ter que ser trabalhada. Não é uma limitação, é simplesmente pensar em conjunto. Vais com a ideia “A” e recibes um *feedback* e a ideia no final vai ser diferente. Não é algo que eu sinta que seja forçado a fazer, é produto desta troca de ideias, que é a coisa mais saudável que existe numa redação.

Entrevista 4

Nome: Félix Ribeiro

Cargo: Jornalista da secção Mundo (desde 2014)

No *Público*: Desde 2014

Data: 26-04-2016

Há quanto tempo é jornalista? E há quanto tempo está no *Público*?

Estou no *Público* há um ano e sete meses numa série de contratos a termo. Antes disso, estagiei (durante seis meses) entre 2013 e 2014.

O que o fascina no jornalismo internacional e na secção Mundo em particular?

O Mundo surgiu porque entrei num contrato de substituição de uma jornalista. Posto isso, há coisas que me fascinam mais no Mundo do que em Economia [onde esteve antes]. A oportunidade de podermos explicar fenómenos e acontecimentos políticos que nunca obtemos em primeira mão, devido aos constrangimentos naturais de não termos pessoas no terreno, e conseguirmos explicá-los, descodificá-los e enquadrá-los historicamente de forma a que pessoas fora desses mundos, onde acontecem as notícias, os consigam compreender melhor.

Na produção de notícias no dia-a-dia, quais são as principais dificuldades que a secção Mundo enfrenta?

A dificuldade evidente – que é transversal ao jornal – é a falta de pessoas. O número insuficiente de jornalistas faz com que muitas vezes seja impossível fazer trabalhos de maior fôlego, com mais tempo, o que nos empurra mais vezes do que seria desejável para uma lógica de acompanhar o dia com algum recuo, com pouca profundidade, com pouca pouca preparação, porque, não havendo pessoas, isso faz com que não haja especialistas em áreas e com que as pessoas não estejam a acompanhar uma região que possa fazer a diferença no sentido da agenda do dia. Isso é a coisa mais evidente. Com a insuficiência de pessoas há a falta de preparação, a falta de tempo para explorar coisas mais profundamente e para descobrir coisas que os outros [jornais] não estão a fazer. É

preciso estar a olhar para uma região com muita atenção para fugir às grandes publicações internacionais. Isso, ao acontecer, faz com que nós estejamos a reproduzir o que os outros disseram, mas com outras palavras.

E quais são as consequências que isso tem no trabalho que fazem? Reproduzir o trabalho de outros *media* ou de agências diminui a qualidade do jornalismo internacional?

Sim. Sim, porque nós não tendo pessoas no terreno estaremos sempre “condenados” a fazer jornalismo internacional de uma forma diferente. Ou seja, para termos algum valor noticioso ou jornalístico, em Portugal, a fazer jornalismo sobre outros países nos quais nós não estamos, temos que acrescentar valor à informação de agência. Temos que saber enquadrar a informação, contextualizá-la, saber aprofundá-la muitas vezes. Não tendo pessoas suficientes para escapar dessa ordem de notícias de agenda e para poder fazer aquilo que é o valor acrescentado do jornalismo internacional em Portugal, o nosso jornalismo fica gravemente prejudicado.

Nesta altura, em que o futuro do jornalismo parece passar cada vez mais pelo formato digital, o que é a secção Mundo poderá fazer para se reinventar?

Não sei até que ponto é que há uma necessidade de reinvenção em termos de conteúdos. As plataformas são evidentemente novas, comparando com as plataformas de há 10 ou 20 anos. Acho que a secção tem aproveitado bem plataformas como o *Twitter*, por exemplo, que nos permitem estar em contacto com jornalistas de outras publicações que estão no terreno. Não tenho presente nenhuma ideia de mudança de estratégia substantiva em termos de plataformas digitais que pudessem, de alguma forma, contrariar os constrangimentos que a secção Mundo está a sentir. Não creio que por fazermos mais vídeos, mais *links*, termos imagens diferentes ou aproveitar melhor as plataformas digitais que isso que nos vá fazer melhor jornalismo internacional. Se a base não estiver presente – a capacidade de descodificação e de contextualização –, então pouco importa a melhor utilização que possamos estar a fazer das novas ferramentas. Posto isto, acho que há espaço para novas coisas.

Como por exemplo?

Há espaço para um contacto mais pessoal com os leitores, que poderia ser aproveitado com uma ideia que tem sido repetida na secção: os *podcasts*. É uma forma de discutir

temas de política internacional de uma forma diferente, que não seja tão maçuda, que não exija tanto conhecimento de antemão, mas que seja mais natural de ouvir, mais de troca de ideias.

Os *podcasts* teriam convidados? Seriam apresentados pelos próprios jornalistas?

Isto não é uma ideia nova. Muitas publicações têm isto. Há vários formatos para diferentes *podcasts*. Há um ótimo de jornalismo internacional da revista *Foreign Policy* em que há convidados, outras vezes têm os editores e colunistas da revista a discutir os assuntos de uma forma mais descontraída e menos séria. A ideia é exatamente trocar ideias e provocar o debate. Mas não sei se há um formato definido.

Essa ideia já foi apresentada à direção? Qual foi o *feedback*?

Não sei a resposta. No jornal há ideias novas que são debatidas na secção de forma bastante aberta e essas ideias escorrem naturalmente para a direção, porque não há propriamente uma barreira muito grande em trocar ideias, mesmo que não estejam ainda bem definidas e preparadas. Se esta ideia do *podcast*, que é uma das várias ideias, chegou à direção ou não, não sei.

Há pouco tempo, a direção anunciou mesmo em editorial a sua intenção de apostar mais no *online*. Sente que de alguma forma o jornal em papel estará “condenado” e que o futuro do jornalismo passa pelo *online*?

Acho que ninguém tem essa resposta, e eu muito menos. A verdade é que é uma tendência que já existe no jornal há mais tempo do que este ano. Mesmo quando houve os despedimentos coletivos de 2013, esse já era um projeto bastante definido, que o jornal deveria caminhar para uma presença nas plataformas digitais, que era um modelo que apesar de tudo tem algumas vantagens sobre os concorrentes diretos. Mesmo antes, o *Público* foi pioneiro em muitos projetos digitais, como o *Público.pt*, e mais tarde esteve um bocado na liderança. Claro que há um enfraquecimento na compra do papel, isso é indisputável, mas não sei se isso significa a condenação do papel, nem sei se o jornal está a pensar nisso. Em todo o caso, a verdade é que há publicações de papel a fechar em Portugal, mas não sei se isso tem que ver com constrangimentos orçamentais naturais nesta área ou se é um projeto para o futuro. No melhor casos acho que é um misto dos dois.

Enquanto jornalista preocupa-se mais em produzir notícias a pensar no papel, no digital, ou num misto dos dois?

Não tenho um formato em mente. Acho que no dia-a-dia a preocupação acaba por ser a de fechar o jornal em papel. Há um fecho às 19:30 e outro às 20:30 e o internacional, que tem as páginas interiores do jornal, tem um fecho mais cedo. Essa preocupação acaba por estar em cima da minha atividade ao longo do dia, porque tenho uma data específica até à qual tenho que acabar um texto. Mas não sinto que faça um texto em função de uma plataforma específica, uma vez que até recorro a ferramentas digitais: vídeos, fotografias, redes sociais, *Twitter* principalmente. Acho que temos algumas preocupações, talvez não por imposição dessa preocupação, mas porque nós próprios, como estamos constantemente dentro do universo mediático ao longo do dia e vemos como o panorama está a mudar, acabamos por mudar por arrasto. Há mais atenção ao título para não ser banal, para não ser de agenda, para estar mais convidativo. Mas como ainda estou há pouco tempo na profissão e entrei quando ela já estava a passar uma mudança substancial e já nem havia o debate sobre se é suposto ir para ou não para o *online*. Não sinto que haja uma alteração das minhas práticas. Já nasci com elas no jornalismo.

O que é preferível: dar notícias em maior quantidade ou os jornalistas focarem-se em determinados temas?

Acho que isso não é uma escolha entre um e outro.

Tendo em conta as limitações de que falamos anteriormente, como a limitação do número de pessoas, poderá haver a tendência para dar mais notícias de agência. Poderá ser necessário deixar algumas dessas notícias de parte para os jornalistas se focarem na análise e em escreverem notícias mais desenvolvidas?

Claro, há essa escolha que tem que ser tomada pelas chefias, inevitavelmente. Não faço ideia qual será a lógica financeira de uma ou de outra. Neste momento, o panorama mediático internacional está um bocado há espera de uma solução utópica ou idealista, que ainda ninguém encontrou, sobre o que é que pode fazer para que os *media* tradicionais, que também estão na Internet, se possam manter com as mesmas lógicas mediáticas que tinham antes. Não estou certo que haja essa resposta, mas, apesar do constrangimento das pessoas, as notícias *breaking news* serão sempre para dar, muitas

vezes da forma mais sintática possível, porque é importante que elas sejam dadas o quanto antes, porque modifica a percepção das pessoas ao longo do dia. Mas claro que apesar de isto ser verdade, um jornalismo internacional que não tem pessoas no terreno só tem valor quando acrescenta alguma coisa ao que existe na notícia. Nesse sentido, a haver um constrangimento que nos impeça de fazer uma coisa ou outra, ou que nos faça escolher, suponho que sejam a análise e a profundidade que são as escolhas que mais valor vão trazer ao leitor.

Alguma vez se sentiu limitado por parte da editora da secção ou da direcção?

Há dois tipos diferentes de constrangimento. Nunca fui impedido de propor nada, nem nada nunca foi discutido. É uma questão de mérito da ideia e não propriamente de interesse em que essa ideia seja tratada. O *Público* é um exemplo de liberdade, de debate e de troca de ideias. Sempre tive liberdade de as fazer. Como é evidente, como em qualquer outro jornal, há ideias que proponho que não são aproveitadas, ou porque não há tempo, disponibilidade ou porque a ideia é um disparate.

E em termos ideológicos?

Não, nunca. Nunca senti que tivesse sido constrangido nem limitado. Nem nunca senti em debates sobre ideias para artigos ou reportagens que esse debate tivesse seguido sob preocupações ou convicções ideológicas.

Entrevista 5

Nome: Ana Fonseca Pereira

Cargo: Jornalista da secção Mundo (desde 2009)

No *Público*: Desde 1999

Data: 28-04-2016

Há quanto tempo é jornalista? E há quantos anos está no *Público*?

Comecei no *Público* em Novembro de 1999.

Antes de começar na secção Mundo passou por outras secções?

Sim. Estive até 2009 na secção do *online*, na altura uma secção em que fazíamos cobertura noticiosa separada da redação. Desde 2009 estou na secção Mundo.

O que a fascina no jornalismo internacional?

O contar “estórias”, o explicar o mundo, as realidades complexas. Para mim, a parte internacional sempre foi a parte mais gira do jornalismo porque nós temos acesso e contamos as grandes “estórias”. As “estórias” mezinhas da nossa atualidade próxima são coisas que não nos interessam. A nós interessam-nos sobretudo as que têm consequências internacionais, que têm impacto na própria História.

Sente que em Portugal o *Público* é o jornal indicado para se fazer jornalismo internacional, com os meios necessários?

Os meios necessários são difíceis nos tempos que correm. Se vires o que era o *Público* em 1990, a quantidade de correspondentes que tinha e a quantidade de viagens que fazia, são meios diferentes daqueles que temos hoje. Hoje, não temos os meios necessários para fazer tudo o que precisamos, mas continua a ser o jornal que nos dá mais espaço para escrever, que tem mais interesse na cobertura séria internacional, que é o que cada vez faz mais falta. Nos outros jornais não tanto, mas, sobretudo nas televisões a cobertura internacional é feita cada vez mais entre o politicamente duro e o *fait diver*, muitas vezes misturados sem qualquer ordem específica. No jornal *Público*, a matriz sempre foi dar as “estórias” que merecem ser contadas e analisar a política internacional com um impacto e uma profundidade que não é feita na generalidade dos jornais. É óbvio que temos exceções, como o *Expresso*, que tem uma boa secção internacional, o *Diário de Notícias* também... Mas uma das matrizes do *Público* sempre foi a atenção que dá ao internacional.

Quais são as principais dificuldades que a secção Mundo do *Público* enfrenta nos dias de hoje?

As dificuldades são as comuns a todas as secções e a todos os jornais: falta de meios, falta de gente. As redações são cada vez mais pequenas e os jornalistas têm que fazer mais coisas, até fora da sua área de especialização; o ir aos locais é cada vez mais raro,

porque a capacidade financeira é menor do que já foi; estamos cada vez mais dependentes de fontes secundárias para aceder às notícias.

Há uma outra coisa, que não é propriamente uma dificuldade mas sim uma consequência, em que notas que na atenção a que se dá aos *clicks* e à popularidade das notícias há um menor interesse de dar a notícia profunda. Por exemplo, nota-se que quando se dá uma notícia importante sobre a União Europeia, uma política importante que tem impacto nas pessoas, muitas vezes vê-se que essa notícia passa para segundo plano na atenção dos leitores comparativamente a notícias mais imediatas.

Mas aí a responsabilidade será dos próprios leitores, ou do jornal que não está a fazer o suficiente para passar a mensagem?

É por aquilo que os leitores se interessam hoje. É a mesma história das redes sociais: vê-se numa rede social que uma história polémica, que não tem grande interesse, circula muito mais do que uma história de interesse. O nosso desafio é combater o desinteresse dos leitores.

A tarefa do jornalista deve ir ao encontro daquilo que os leitores querem ler ou deve fazer aquilo que acha que deve ser o jornalismo?

Tem de se casar as duas coisas. É a velha história que se aprende na escola: o interesse público e o interesse do público. Obviamente que o interesse público tem primazia, mas de que adianta escrever uma coisa que ninguém vai ler? O primeiro desafio é explicar bem uma “estória” para que o leitor a perceba. O segundo é escrevê-la de uma forma que seja interessante, de forma a captar o leitor através de um título mais apelativo e de um melhor texto.

Obviamente que há temas que nós percebemos que os leitores gostam mais. Pode haver um golpe de estado muito importante no Turquemenistão e ninguém vai ler. São coisas importantes mas que dizem pouco ao leitor, até por ser pouco próximo.

Nos dias de hoje quais são os principais temas que captam os leitores?

Há os temas polémicos. A Guerra Fria, que já terminou há algum tempo, e temas que tocam na sensibilidade esquerda-direita são sempre muito populares. A Rússia, a Coreia do Norte, os Estados Unidos... Todas essas pequenas herança da Guerra Fria ainda têm

muita popularidade, apesar de serem [países] distantes. Por exemplo, a Coreia do Norte tem sempre imensa leitura porque mexe com sensibilidades ideológicas.

Os temas humanos também têm grande muito interesse. Por exemplo a crise dos refugiados gera muito interesse, muitos comentários – para o bem ou para o mal –, mas é uma questão que por serem “estórias” humanas e da humanidade, que não são necessariamente políticas, têm sempre muito interesse. Por oposição, as crises da União Europeia, África – que não seja PALOP’s – são temas difíceis de captar a atenção.

Falou nos comentários às notícias, um fenómeno nas redes sociais e nos próprios sites. Os jornalistas levam isso em conta e isso reflete-se no vosso trabalho no dia-a-dia, na forma como dão as notícias?

Eu acho que não se pode reflectir. O jornalista tem de ser sempre consciente do seu auditório. A partir do momento em que o mensageiro deixe de pensar nas pessoas para quem está a passar a mensagem é esquisito. Se a opinião das pessoas me influencia? Eu acho que não. Posso ter em conta, acho que é bom percebermos o nosso público e a sua sensibilidade, mas o que nos deve orientar têm de ser os critérios de objetividade, que são subjetivos. Mas há valores que são superiores a tudo, como os Direitos Humanos. Se eu for falar sobre a crise dos refugiados, sei que há uma grande faixa de comentadores que vêm com aquela história “pois, eles são coitadinhos mas nós temos muitos mais coitadinhos” etc... eles podem dizer o que quiserem, mas há um lado humano na história que tem diretamente a ver com os Direitos Humanos, com as leis internacionais, que não se transige, em que não interessa as opiniões que se pode estar a provocar.

Tendo em conta que esses comentários existem, isso exige mais do jornalista e faz com que este tenha a obrigação de explicar melhor?

Acaba por ser uma boa consequência. Hoje em dia, começam a aparecer novos géneros jornalísticos, se é que se podem chamar assim, que são uma consequência desta interatividade. Na imprensa, sobretudo lá fora, têm-se feito as provas dos factos, as perguntas e respostas, os *explainers*... Quando se percebe que o tema é demasiado complicado, ou que está a gerar demasiada confusão ou conflitualidade, tens de voltar a explicar. Por isso é que temos que estar atentos ao nosso público, não no sentido de

mudar a nossa abordagem, mas sim de responder aquilo que possam ser os interesses dele e de clarificar determinados assuntos.

Falando agora do formato digital, o *online* assume um papel cada vez mais importante na produção de notícias. Existe uma pressão para produzir mais conteúdos para o digital ou o papel ainda continua a ser o formato principal?

Hoje em dia acho que é um bocado errado falar do jornalismo partindo do suporte. O que me importa se estou a escrever para o papel ou para o *online*? Obviamente que eu sei que os leitores do papel terão mais tendência para ler o texto até ao fim do que os do *online*, são tendências. Se calhar durante algum tempo gerou-se a ideia de que as notícias deveriam ser pequenas e que não deveriam ter mais do que dois mil caracteres, uma lógica de agência para as pessoas lerem tudo.

Na minha perspetiva, e do jornalismo que fazemos aqui no internacional e no *Público*, tentamos sempre o mesmo nas duas plataformas, dando a mesma qualidade. Agora, se sou mais obrigada a produzir? Não acho. Tendo em conta os meus dez anos de *online*, lembro-me perfeitamente que nós fazíamos, em 2001/2002, uma média de oito a dez notícias por dia, de várias áreas. Havia já esta sede de informação no *online*. Não sei se produzimos mais hoje. O que há hoje por parte das chefias e das direções é uma maior atenção dada ao *online* do a que se dava naquela altura, assim como uma maior concorrência entre os jornais. E como somos menos jornalistas temos que fazer mais coisas, portanto fazemos a notícia do *breaking news* e depois temos que compô-la. As formas mudaram mas os entendimentos e as regras são as mesmas: o jornalista, desde os primórdios, teve de ser rápido, tem de ser o primeiro a dar a notícia.

Ainda é muito importante ser o primeiro meio de comunicação a dar uma notícia?

Sempre houve a necessidade de se ser rápido e hoje ainda mais porque grande parte dos nossos leitores acedem ao nosso *site* da através do facebook, e nós sabemos que a primeira notícia a ser partilhada é sempre a mais lida. Portanto, há sempre o interesse económico mas há também o interesse jornalístico, porque queremos que as pessoas leiam a nossa notícia, porque achamos que a nossa será a mais bem escrita.

Os hábitos de leitura têm mudado significativamente nos últimos anos, o que levou a uma queda na venda de jornais. Quais são as consequências para o jornalismo e para os jornalistas?

As consequências são sobretudo económicas. Vendem-se menos jornais, há menos receitas e os jornais têm que encolher as despesas e vão fazê-lo reduzindo as redações. É a consequência óbvia, e com redações mais pequenas acabas sempre por fazer menos do que aquilo que deverias fazer se tivesses mais gente. Tens de fazer o melhor com as pessoas que tens. Depois há uma consequência mais longínqua que é todos os jornais estarem a pensar se vale a pena ter o jornal em papel. Porque o papel é a principal fonte de receitas em termos de publicidade, mas também é a principal fonte de despesas. Há meia dúzia de anos, para não dizer mais, que falamos nisso: no desaparecimento do papel. Ninguém sabe se vai desaparecer ou não, mas pode ser uma consequência. Tendo em conta que se anda na rua ou no metro e se vê muito pouca gente a ler jornais em papel, sobretudo muito poucos jovens, e se só se vê pessoas de 60 anos a ler jornais... percebe-se que é um meio que está a deixar de ser importante para as pessoas, o que não quer dizer que as pessoas estejam a deixar de ler notícias.

A questão é que as pessoas não estão dispostas a pagar pela informação.

Essa é a grande questão. Quem a descobrir, descobre o “Santo Graal”. Já vimos vários modelos e ninguém encontrou resposta. Às vezes, na brincadeira, digo que nós fazemos uma coisa que ninguém quer comprar. Há esta ideia de que toda a gente precisa de informação, mas há muitas maneiras de a arranjar e que não precisa de ser através de um jornal. É o grande desafio que vai estar aí nos próximos anos, mas estamos a chegar a um ponto em que alguns já deram o passo de fazer desaparecer o papel, outros se calhar vão dá-lo em breve, outros nunca o vão dar porque têm um conjunto de fiéis, outros vão fechar completamente as edições e só os seus assinantes conseguem [aceder], outros vão desaparecer... não há resposta. Há muita gente que diz que o bom jornalismo só vai ser possível numa lógica de ser financiado por meios de comunicação estatais, ou por patronos, como uma fundação. Se calhar vai chegar a uma altura em que os governos e entidades percebem que o jornalismo é importante mas que já não é um negócio e que portanto terá que se fazer dele um bem que se subsidia.

Isso não será uma ideia contrária ao jornalismo?

É uma ideia contrária. Mas tem de haver interesse dos leitores para que haja jornalismo, e hoje em dia as pessoas estão a achar que conseguem a informação por muitos meios e que se calhar o jornalista é prescindível. Nós, que somos jornalistas, achamos que somos imprescindíveis.

No meio da quantidade de informação que circula na Internet, o papel do jornalista poderá ser o de selecionar o que é relevante.

Hoje há muito mais gente a fazer o *gatekeeping*. Temos o jornalista cidadão que também faz notícias, ou as próprias fontes primárias fazem essa informação. Por exemplo as organizações de defesa dos Direitos Humanos, elas próprias já fazem comunicados e *briefings* com a informação que acham que deve ser transmitida. A reputação dos jornalistas, que até há muitos anos era vista como uma profissão de confiança, também baixa e há muitas pessoas que desconfiam dos meios de comunicação social e preferem ir aos *sites* partidarizados.

Não há o risco de acederem a informação enviesada?

Nós, jornalistas, que sabemos o que fazemos e sabemos o que custa, achamos que sim. A sociedade e a democracia também têm os seus próprios meios, e a evolução da história não pode impedir que as pessoas tenham acesso a maior informação. As pessoas também percebem que podem chegar diretamente à informação, porque é muito mais fácil chegar à origem. Hoje as pessoas podem ir diretamente à fonte em muitos sítios. Temos que esperar para ver como é que esta sociedade da informação evolui.

Alguma vez se sentiu limitada por imposições ideológicas da direção?

Não. Não posso falar por jornalistas de outras secções, mas na minha área nunca senti que houvesse alguma imposição ideológica. Há uma tradição de abertura no jornal, até porque já houve momentos polémicos e complicados, como por exemplo a Guerra do Iraque em 2003. Na altura, o diretor tinha uma posição muito firme [a favor da Guerra], e uma redação que era genericamente contra e uma secção do Mundo que era muito contra. Mas, obviamente, não competia [à secção Mundo] escrever editoriais, competia-lhe sim escrever as notícias. Houve um momento de tensão em que os editoriais eram complicados para a redação, que muitas vezes não batiam certo com os textos, mas nunca houve restrição no espaço de liberdade dos jornalistas.

Entrevista 6

Nome: Bárbara Reis

Cargo: Diretora (desde 2009)

No *Público* desde: 1990

Data: 29-04-2016

Há quanto tempo é diretora do *Público*? Antes de chegar a esse cargo desempenhou outras funções no jornal?

Estou no *Público* há 26 anos, desde o início. Comecei na secção em que tu estás, no internacional. Fui correspondente em Nova Iorque durante cinco anos – entre 1995 e 2000. Trabalhei na Sociedade e depois fiz uma interrupção, onde trabalhei alguns anos para as Nações Unidas, em Timor Leste. Voltei para a Cultura, como editora, e editei o *P2*. Depois passei para a direção executiva, onde mais tarde fui nomeada diretora.

Quais são os princípios fundamentais que caracterizam o *Público*?

O *Público* pratica aquilo que é a essência do jornalismo: a disciplina da verificação. Antes de tudo, da criatividade, da originalidade, da forma como “embrulhamos” o noticiário e a informação e da forma como nos apresentamos aos leitores, somos um jornal que preza o rigor. Se tivermos que definir o *Público* em quatro palavras eu diria que é o rigor, a independência, a criatividade e a inovação.

Nos dias de hoje, fala-se muito numa “crise do jornalismo”, particularmente na imprensa. Quais são as principais dificuldades que o *Público* enfrenta?

No fundo enfrentamos a dificuldade que todos os jornais de referência do mundo ocidental enfrentam. Sublinho o mundo ocidental porque em países como a Índia ou o Brasil os problemas são diferentes, onde por diversos fatores os jornais em papel estão a aumentar as vendas.

Portanto, na Europa, nos Estados Unidos e no mundo Ocidental em geral, os jornais de referência vivem uma dualidade em que trazem uma história de um jornal que nasceu em papel e que agora se está a adaptar a fazer a transformação para o digital.

Enfrentamos todos a mesma dificuldade: o modelo de negócio. Este não foi inventado nem será inventado tão cedo, porque não há uma resposta a esta crise da indústria. Provavelmente não haverá uma solução única aplicável a todos. Será um conjunto de soluções que serão diferentes de jornal para jornal, ou seja, não há aqui a tal *silver bullet* de que os americanos falam. O que nós temos em comum com outros grandes jornais europeus ou ocidentais é o facto de termos uma operação *online* há muitos anos, que de uma coisa um pouco marginal se tornou algo central na nossa vida. Portanto, temos essa vantagem de já há muitos anos termos um pensamento digital.

Numa nota publicada em Março, a direção faz referência aos desafios que a mudança cultural e tecnológica representa para a sustentabilidade dos jornais. Quais são estes desafios e como é que o *Público* pretende ultrapassá-los?

O principal desafio que temos é como continuar a fazer jornalismo sério, rigoroso e independente, que não caia na tentação de o trabalho ser produzido em função dos *clicks* e da audiência fácil, ao mesmo tempo que tem grandes audiências. Num momento em que as pessoas não vêm à procura do jornalismo que fazemos, somos nós que temos de ir ao encontro dos leitores e dos cidadãos. Esse é o grande desafio.

E como é se consegue chegar aos leitores?

Lá está, voltamos à fórmula mágica, que ainda não temos. Não há uma solução óbvia. Há um conjunto de estratégias que têm de estar alinhadas e a trabalhar para o mesmo caminho, que é trazer receitas de diferentes fontes. O mundo já não é simples como antes, em que as receitas dos jornais vinham metade da publicidade, metade das vendas do papel, e a coisa estava resolvida. A verdade é que desde 2007 que isso já não é assim, e já são dez anos em constante crise e a lutar contra esta mudança.

O aparecimento das redes sociais também veio afetar a forma como se faz jornalismo.

Justamente. Mas corrijo as minhas próprias palavras: não é tanto o lutar contra isto, é fazer a transformação para darmos resposta a isto. Ver como um problema é um bocado como a avestruz enterrar a cabeça na areia.

Todos nós mudamos a forma como lemos notícias. Não temos que ir a um quiosque para comprar um jornal, para saber o que se passa. Eu, como sou mais velha, recebo o

jornal na caixa de correio devido a um hábito que ganhei. Mas antes de ir à caixa de correio já vi a *App* [aplicação] do *Público*. E como eu, milhares de pessoas à mesma hora.

Esta é a realidade e vai continuar a mudar à mesma velocidade com que tem mudado. Não nos podemos esquecer que o *tablets* e os *smartphones* são uns bebés em termos de tecnologia, acabaram de nascer, e no entanto tiveram uma capacidade de transformação dos hábitos de consumo de informação gigantesca. O grande desafio é continuar a fazer jornalismo de serviço público verdadeiro, tendo audiências e conseguindo ir ao encontro das pessoas, ao mesmo tempo que inovamos todos os dias.

Esta nova realidade fez com que os hábitos de leitura tenham mudado nos últimos anos. Perante a abundância da informação na Internet, qual é o papel que o jornalismo deve assumir?

Não é o jornalismo que está em crise, é muito importante sublinhar isso. O que está em crise é o modelo de negócio ou de sustentabilidade para a sobrevivência das empresas jornalísticas. O jornalismo em si mesmo é tão, se não mesmo mais relevante, do que era no passado, justamente pelo que acabaste de dizer.

Com tantas fontes, recebemos uma grande quantidade de informação e já nem sabemos quem é que está a publicá-la. As pessoas já não dizem que leram no *Público*, dizem que leram no mural do *facebook*. Tendo em conta esta abundância de informação, o jornalismo torna-se ainda mais relevante porque é o que vai fazer o retrato mais fiel da realidade. Quando há *blogs* ou *sites* que reproduzem a informação sem qualquer controlo de qualidade, a importância do rigor jornalístico torna-se muito maior. Não é o jornalismo que está em crise, o que está em crise é a forma de conseguirmos continuar a fazer isto bem e de forma sustentável, sem dar prejuízo às empresas.

Falando agora do internacional. Qual é a importância que a secção Mundo assume no *Público*?

A secção Mundo é uma secção central. Isso é verdade hoje, como é o desde o primeiro dia. Quando o *Público* foi fundado, essa foi justamente uma das premissas distintivas de afirmação do que era este projeto novo, que foi dizer aos leitores que vamos olhar para atualidade internacional, para o que se passa no mundo, com a mesma atenção, o mesmo cuidado, o mesmo investimento e a mesma profundidade com que olhamos para

a atualidade nacional, coisa que não era regra nessa altura e que passados 26 anos continua a não ser nos outros jornais.

Com o investimento e a importância que foram dados à política internacional desde o início, tornou-se óbvio para todo o país a importância do internacional. Quando houve a primeira Guerra do Golfo, enviamos uns dez correspondentes para vários países (Jordânia, Kuwait, Iraque, Arábia Saudita, etc) e, de certa maneira, tornou-se um vício comprar o *Público* porque era a forma de acompanhar aquela guerra. As pessoas ficaram muito interessadas e a nossa resposta foi uma forma direta de dizer aos leitores que nós levávamos muito a sério a política internacional, e isso é uma linha que está no nosso ADN e que não foi alterada ao longo dos anos.

A verdade é que hoje é fácil saber aquilo que os nossos leitores leem e nós sabemos [que a secção Mundo] é uma das mais lidas. O espelho disso é que agora que estamos a fazer este trabalho de expansão para o Brasil a política internacional é das secções mais lidas pelos leitores brasileiros. Justamente o que eles vêm mais à procura é do internacional, e a seguir a Cultura.

Tirando as principais dificuldade de que já falamos anteriormente, quais são os principais desafios que a secção Mundo enfrenta?

A crise financeira e a crise do modelo de negócio tiveram impacto em todas as áreas, e afetou as diferentes secções de diferentes formas. No caso do internacional, o sinal mais óbvio é a rede de correspondentes – que quando começámos era enorme –, que hoje é praticamente inexistente.

O que hoje fazemos é enviar os jornalistas para garantir que há uma cobertura do *Público* de eventos absolutamente inexoráveis, em que faz diferença haver o nosso olhar sobre eles, e depois tentar através do orçamento normal, do orçamento especial, ou do “Público Mais”, fazer trabalhos distintivos e diferentes, e temos conseguido fazer alguns.

Como por exemplo?

Os últimos cinco prémios de imprensa, os prémios Gazeta, foram dados a jornalistas do *Público*, e quatro desses cinco eram financiados pelo “Público Mais”. E dos cinco, um foi feito em Portugal e os outros quatro foram trabalhos do internacional.

Tendo em conta as dificuldades que existem, ainda é possível fazer bom jornalismo internacional quando o número de correspondentes é praticamente nulo e as viagens ao estrangeiro são cada vez menos?

Há um conjunto diferente de fatores que se vão cruzando. Por um lado, é negativo o facto de grande parte dos jornais não ter uma rede de correspondentes alargada. Por outro, hoje também é muito mais fácil, devido às redes sociais, ao digital e às novas tecnologias, o acesso direto a fontes que nem mesmo com uma reportagem no local poderíamos ter. Isto não quer dizer que as redes sociais substituam os correspondentes, mas permitem que o jornalista mantenha contactos a partir da redação. Uma pesquisa na Internet permite-nos, com uma rapidez inimaginável há uns anos, encontrar fontes próximas sobre a realidade de que estamos a escrever. A tecnologia bem aproveitada tem ajudado a fazer jornalismo, em alguns aspectos, melhor do que fazíamos antes.

Entrevista 7

Nome: Clara Barata

Cargo: Jornalista na secção Mundo (desde 2007)

No *Público* desde: 1990

Data: 29-09-2016

Há quanto tempo é jornalista? Há quantos anos é que está no *Público*?

Desde 1990.

Desde a fundação?

Sim.

Antes de chegar à secção Mundo passou por outras secções?

Estive no Local, na Cultura e na Ciência. Na secção Mundo estou desde 2007.

O que a fascina no jornalismo internacional?

Pode-se falar de tudo um pouco. Pode-se falar, literalmente, do mundo. Não é só por ser “maluquinha” da política. Já passei por muitas secções, tenho interesses muito variados. Mas gosto de poder falar sobre um país, distante ou perto, ou falar sobre temas que me interessam relacionados com ciência ou ambiente, mas com uma abordagem mais política, que é uma coisa que gosto de fazer.

Quais são as principais dificuldades que a secção Mundo enfrenta nos dias de hoje?

Tem falta de pessoas, é inundada por informação – coisas sempre a acontecer ao mesmo tempo –, e tem de dar resposta em pelo menos dois tempos de produção: o imediato e o papel. Na verdade, o papel até teria dois tempos: a produção do jornal diário e a produção da edição de fim de semana.

Aquilo que é o normal no jornalismo, como contactar fontes, procurar fontes ou falar com uma pessoa é, de facto, um luxo. Ler uma coisa aprofundadamente e estudar um assunto para a seguir falar com uma pessoa, hoje em dia, considera-se um luxo.

Tendo em conta que considera que o acesso a fontes é, hoje, um luxo, o que mudou significativamente desde que começou na secção Mundo?

No Mundo e no jornalismo. É uma aceleração brutal do ritmo de trabalho e da quantidade de informação que nos cai em cima.

Como é possível dar resposta à voracidade da notícia?

Acho que não damos a resposta muito bem. Fazemos o melhor que conseguimos mas não damos uma boa resposta. Não me sinto satisfeita com o trabalho que fazemos, de maneira nenhuma.

O que seria ideal: ter mais tempo para desenvolver mais os assuntos, ou ao invés disso ceder à voracidade da notícia e produzir o máximo de notícias por dia?

Acho que não é nem uma coisa nem outra. É necessário ter mais gente para dar uma resposta adequada, isso é básico. Ter a ideia de que se fazem omeletes sem ovos é “maluqueira”. Nem toda a gente deve fazer sempre longos formatos e grande investigação – isso não é possível –, nem toda a gente deve ser massacrada a fazer notícias novas, notícias pequenas, a grande velocidade. Um dia é da caça o outro é do

caçador [risos]. Um dia podes fazer coisas que te dão prazer e de fôlego, outros dias estás a ser moída. Mas pronto, isso é ser jornalista.

Há uma paranoia de que se pode fazer jornais, Internet e jornalismo com cada vez menos pessoas e isso é uma paranoia louca, absurda. Não é possível.

Perante essas dificuldades, é possível fazer bom jornalismo internacional?

[Risos] Não é possível.

Considera que o *Público* não faz bom jornalismo internacional?

Não. Acho que a qualidade do jornalismo do *Público* tem caído, e estou a pensar desde o início do jornal. Se comparar com outros jornais portugueses, há mais aposta [no internacional] por parte do *Público*, mas não brinquemos não é?

Tendo em conta as dificuldades atuais, o que é possível fazer para melhorar?

[Risos] É preciso gastar mais. Não se fazem omeletes sem ovos. Vai-se continuar a gastar as pessoas, a cansar as pessoas e há um ponto a partir do qual não é possível fazer.

A importância que o digital tem começado a ganhar no jornalismo poderá ser um meio para tentar recuperar, ou pelo menos melhorar, o jornalismo que é feito?

De que maneira? Copiamo-nos ainda mais uns aos outros e falamos menos com as pessoas e vamos menos aos sítios. É isso que a maravilhosa revolução digital nos tem trazido.

Não encontra nenhum benefício na Internet? O acesso à informação está mais facilitado.

Claro que é maravilhosa [a Internet]. Em termos de empresários/empresas, o que isso nos trouxe foi um maravilhoso discurso de que se vai apostar na Internet, que é maravilhosa e muito boa, mas em termos práticos é manter os jornalistas na secção, que se copiam todos uns aos outros, as mesmas notícias dão a volta ao mundo em várias línguas. A informação original, o ir aos sítios, é muito raro.

Os hábitos de leitura têm mudado nos últimos anos devido à quantidade de informação que circula na Internet e às redes sociais. Nesta nova fase do jornalismo, qual é o papel que o jornalista deve assumir?

As pessoas podem passar a consumir nas redes sociais as notícias que elas próprias escolhem, alheadas do que se passa no mundo. Veem aquelas notícias em circuito fechado, notícias que um grupo partilha e que lhes interessa, portanto, podem ter uma visão distorcida do mundo. Até que ponto o jornalista consegue penetrar em determinados grupos que só partilham informação que lhes interessa, que é distorcida e que às vezes é produzida pelo seu próprio meio?

O jornalista assume o papel de verificação.

É verdade, mas às vezes damos-nos demasiada importância. Temos que ter sempre esse papel, não podemos desistir de tê-lo. Quem desiste de ter esse papel já não é jornalista.

O jornalismo, como o conhecemos, tenderá a desaparecer?

Não acho que tenda a desaparecer, mas vai haver cada vez mais umas coisas que se dizem que são jornalismo mas que não têm nada a ver com jornalismo. Como os *sites* que têm muito sucesso e que não são verdadeiramente jornalismo, mas sim jornalismo por uma causa. A produção de notícias como ponto de vista, com um objetivo, vai haver cada vez mais.

Nesse sentido, o papel do jornalista é cada vez mais importante.

É, mas é cada vez mais difícil. Porque para fazeres esse jornalismo precisas de pessoas, de dinheiro. Haja quem pague! [risos] Porque nos últimos anos não tem sido lucrativo, ou pelo menos tem sido exigido a quem faz esse tipo de jornalismo que seja lucrativo de uma forma que não tem sido compatível com a realidade.

Alguma vez se sentiu limitada por imposições ideológicas por parte da direção do jornal?

Ideológicas acho que não. Mas limitações intelectuais, quiçá, sim. Não vou entrar em pormenores.

Entrevista 8

Nome: Ana Gomes Ferreira

Cargo: Editora da secção Mundo (desde Março de 2016)

No *Público* desde: 1990

Data: 29-04-2016

Há quantos anos é jornalista? Há quantos anos está no jornal *Público*?

Sou jornalista há 26 anos e meio, mais ou menos, e estou no *Público* desde então. Faço parte do “pré- *Público*”, na altura dos primeiros estagiários, antes de o jornal existir.

Antes de chegar à secção Mundo passou por outras secções?

Comecei na Cultura, passei para o internacional – que era editada pelo Jorge Almeida Fernandes –, fui para a Sociedade e depois fui correspondente, entre 2000 e 2001, nos Estados Unidos. Voltei para a *Pública* e para o Mundo, e agora como editora, há um mês.

O que a fascina no jornalismo internacional?

A distância que permite olhar para a política de uma maneira menos pesada, porque a política portuguesa, por ser tão próxima, torna-se pesada. A política internacional, sendo mais dinâmica, tem essa distância que permite ter um olhar quase mais divertido [risos].

Apesar de muitos dos assuntos serem pesados.

Sim, transformou-se muito. O mundo sempre foi pesado, mas eu noto que há uns anos havia guerras e conflitos mas também havia muita luta política, e agora estamos mais centrados nas bombas, nos ataques, nos atentados.

Qual é a importância que o internacional assume no *Público*?

O internacional sempre foi uma secção muito importante para o *Público*. Sempre foi um jornal que deu muita importância e muito espaço à política internacional, sem ter pudor

em trazê-la para as manchetes e para a primeira página. Os temas internacionais são importantes para a tua vida, mexem com a tua vida, como todos os outros.

Quais são as principais dificuldades que a secção Mundo enfrenta nos dias de hoje?

As pessoas quando escrevem sobre o mundo precisam de conhecer os sítios sobre os quais escrevem. A principal dificuldade é não termos maneira de poder ver mais os lugares, perceber o contexto em que aquelas pessoas se movem e ver ao vivo aquelas sociedades.

Enfrentamos também a dificuldade entre aquilo que achamos que é muito importante ser explicado e desenvolvido e esta voracidade do *online* e dos novos suportes digitais, com notícias mais pequenas, mais curtas e mais rápidas, quase frases. Ainda não conseguimos encontrar o equilíbrio entre aquilo que gostamos de fazer, e que achamos que é necessário fazer, e essa velocidade de ter que dar as pequenas coisas, quase ao ritmo que antigamente davam as rádios e as televisões.

É possível fazer bom jornalismo internacional quando o número de correspondentes no estrangeiro é praticamente nulo e as viagens cada vez menores?

Primeiro, cada jornal tem que definir o que quer do seu jornalismo internacional. O *Público* tem uma marca muito própria, que é um jornalismo mais de análise, mais contextualizado, e isso só se consegue lendo muito. Não só lendo os *telexes* do dia, mas lendo livros, revistas de análise e entrevistas. É muito importante conhecer os sítios sobre os quais se escreve.

Tendo em conta que há cada vez menos meios para ir aos países, considera que ainda é possível fazer bom jornalismo internacional?

É possível. É mais monótono, porque há sempre aquela coisa apetitosa de ir ao lugar, de viajar e de fazer reportagens. Mesmo assim fazemos muitas entrevistas pelo telefone, mas falta aquela componente de ir à rua, fazer a reportagem.

Em editorial a direcção reforçou a importância do digital no futuro do jornal. A secção Mundo vai sofrer algumas alterações baseadas neste novo paradigma focado no *online*?

Espero que não. Temos que nos adaptar um bocadinho para responder a duas velocidades, mas tendo o *Público* características de um jornalismo mais denso e de análise, espero que essa voracidade não se imponha e anule o trabalho que caracteriza a secção. Espero que se encontre um equilíbrio que nos permita fazer outro tipo de formatos, que nós ainda não estamos a fazer porque não somos muitos.

Sente que a direção está a ir nesse sentido?

Neste momento, ainda não percebi qual é o caminho editorial. Nota-se que há alguma tentativa de aprofundar o trabalho a duas velocidades.

Os hábitos de leitura têm mudado nos últimos anos, o que coloca em causa a sustentabilidade dos jornais. Quais são as consequências deste fenómeno para os jornalistas e para o jornalismo em geral?

Para os jornalistas, a procura do modelo sustentável está a demorar muito tempo. A consequência disso tem sido a redução periódica das redações. Desde que estamos nestas instalações, há cerca de quatro anos, já tivemos duas grandes reduções, esta última de forma voluntária, a anterior nem por isso. As consequências refletem-se na qualidade do trabalho.

No jornalismo em si, sinto que havendo essa redução, tem que haver uma clarificação do modelo editorial para não se perder a qualidade que é preciso manter. Depois, temos que encontrar uma forma de sustentar esse modelo, sem ceder ao *soundbite* ou ao que dá os *clicks*.

Enquanto jornalista alguma vez se sentiu limitada por imposições ideológicas da direção?

Nunca.

2. Lista de correspondentes internacionais à data do primeiro número do
Público (5 de março de 1990)

CORRESPONDENTES INTERNACIONAIS

Ana Navarro Pedro (**Paris**), Isabel Arriaga e Cunha e Monica Yanakiew (**Bruxelas**), Felipe Buoil (**Madrid**), Álvaro Costa e José Bastos (**Londres**), Nuala McCan (**Belfast**), Vera Araújo (**Roma**), Pedro Vale (**Vaticano**), José Milhazes (**Moscovo**), Lina Delgado (**Berlim**), Maria Ermelinda Pedrosa (**Bona**), Paulo da Anunciação (**Viena**), Andras Gellei (**Budapeste**), Tomas Urba (**Praga**), Stephan Bradkowski (**Varsóvia**), Constantin Vranceanu (**Bucareste**), Nikos Georgiades (**Belgrado**), Notis Papadopoulos (**Atenas**), Burton Bollag (**Genebra**), Carlos Hartmann (**Estocolmo**), Tor Vaaland (**Oslo**), João Lins de Albuquerque (**Nova Iorque**), Bill Morris (**Washington**), Rodney de Mello (**Los Angeles**), Carlos Castilho (**Rio de Janeiro**), Edison de Castro e José Rodrigues (**São Paulo**), Maria Laura Avignolo (**Buenos Aires**), Lucy Conger (**Cidade do México**), Raul Sohr (**Santiago do Chile**), Hector Silva (**Caracas**), Vítor Silva (**Luanda**), Teresa Lima (**Maputo**), João Santa Rita (**Joanesburgo**), Fernando Gil Évora (**Cidade da Praia**), António Soares Júnior (**Bissau**), Manuel Dende (**São Tomé**), El-Hadj Diouf e Seydou Sissouma (**Dacar**), Chris Osagie-Okojie (**Lagos**), Pierre Ah-Fat (**Nairobi**), Manuel Correia (**Lomé**), Tony Figueira (**Windhoek**), Finlay Salesse e Jean Claude Antoine (**Port-Louis**), Deborah Pugh e Jeffrey Phillips (**Cairo**), Derek Brown (**Nova Deli**), Kathy Evans (**Islamabade**), Pedro Correia (**Macau**), Chris Chrystello (**Sydney**)

3. Tabelas de análise das notícias da primeira semana de cada mês de estágio

Semana de 1 a 7 de fevereiro

1 de fevereiro:

Título	Destaque	Tema	Localização	Valor-notícia predominante
“Trump e Sanders querem transformar desilusão e raiva em votos”	Foto de capa; Destaque.	Eleições E.U.A.	América; América do Norte.	Imediato/atualidade
“Caracas é a cidade mais violenta do mundo, com 11 homicídios por dia”	Interior	América Latina.	América; América Central; América do Sul.	Proeminência/importância
“Ataque contra reduto xiíta de Damasco azeda negociações em Genebra”	Interior	Guerra na Síria	Ásia; Médio Oriente.	Proeminência/importância
“Ex-Presidente Lula é alvo de investigação por causa de apartamento de Luxo”	Interior	Operação <i>Lava-Jato</i>	América; América do Sul.	Interesse humano
“Em dois anos desapareceram dez mil crianças à procura de asilo na Europa”	Interior	Crise dos refugiados	Europa	Interesse humano

2 de fevereiro:

Título	Destaque	Tema	Localização	Valor-notícia predominante
“Ao lado de Raúl Castro, Hollande pede o fim do embargo a Cuba”	Interior	Diplomacia Cuba	América; América Central.	Conflito/controvérsia
“Acusada de demora, OMS declara Zika emergência de saúde internacional”	Foto de capa	Vírus Zika	América; América Central; América do Sul.	Proeminência/importância
“Partido de Suu Kyi tomou posse no parlamento”	Interior	Eleições na Birmânia	Ásia	Conflito/controvérsia
“Morte de <i>chef</i> três estrelas ensombra cerimónia do Guia Michelin”	Interior	Gastronomia	Europa	Interesse humano
“Homens e mulheres vão rezar juntos no Muro”	Interior	Conflito Israel-Palestina	Ásia; Médio Oriente.	Conflito/controvérsia

3 de fevereiro:

Título	Destaque	Tema	Localização	Valor-notícia predominante
“A noite em que Trump e Clinton chocaram de frente com a realidade”	Interior	Eleições E.U.A	América; América do Norte.	Imediato/atualidade
“Ninguém acredita nas conversações de paz para a Síria”	Interior	Guerra na Síria	Ásia; Médio Oriente.	Proeminência/importância.
“E.U.A querem reforçar presença militar na Europa do Leste nos próximos anos”	Interior	Diplomacia NATO	América; América Norte; Europa.	Conflito/controvérsia
“Cameron aceita «reformas substanciais» apresentadas por Bruxelas para evitar <i>Brexit</i> ”	Interior	<i>Brexit</i>	Europa	Proximidade
“Felipe VI encarrega Pedro Sánchez de formar Governo”	Última página	Eleições em Espanha	Europa	Proximidade

4 de fevereiro:

Título	Destaque	Tema	Localização	Valor-notícia predominante
“Passado um ano de Syriza, a turbulência regressa às ruas gregas”	Primeira página	Crise na Grécia	Europa	Conflito/controvérsia
“Atacado pelos eurocépticos, Cameron resistiu à primeira batalha”	Interior	<i>Brexit</i>	Europa	Proximidade
“Pedro Sánchez tenta formar governo e para isso tem de fazer a quadratura do círculo”	Interior	Eleições em Espanha	Europa	Proximidade
“O fim depois de 36 anos no corredor da morte”	Interior	Pena de morte	América; América do Norte	Interesse humano
“Obama visita mesquita nos E.U.A pela primeira vez e condena «retórica indesculpável»”	Foto de capa	Religião	América; América do Norte.	Interesse humano
“A Europa deve começar já a preparar-se já com o Zika, alerta	Interior	Vírus Zika	Europa; América.	Proeminência/importância;

OMS”				
“O libertário Rand Paul abandona corrida à Casa Branca”	Interior	Eleições E.U.A	América; América do Norte.	Imediato/atualidade
“Arábia Saudita revoga pena de morte ao poeta palestino Ashraf Fayadh”	Interior	Pena de morte; Liberdade de expressão.	Ásia; Médio Oriente.	Interesse humano

5 de fevereiro:

Título	Destaque	Tema	Localização	Valor-notícia predominante
“Milhares fogem de Aleppo e da «batalha decisiva» entre o regime e os rebeldes”	Interior	Guerra na Síria	Ásia; Médio Oriente.	Proeminência/importância
“Refugiados sírios voltam a receber promessa de milhões em ajuda”	Interior	Guerra na Síria; Crise dos refugiados.	Europa; Ásia; Médio Oriente.	Imediato/atualidade
“Líderes militares do Estado Islâmico estão a refugiar-se na Líbia”	Interior	Terrorismo; Guerra na Síria.	África; Ásia; Médio Oriente.	Conflito/controvérsia
“Carnaval pode vir a ser um «um cocktail explosivo» para o alastrar do vírus Zika”	Interior	Vírus Zika	América; América do Sul.	Proeminência/importância
“ONU declara «detenção arbitrária» de Julian Assange”	Interior	<i>Wikileaks</i>	Europa	Conflito/controvérsia
“Perpétua para menor por morte de palestino”	Interior	Conflito Israel-Palestina	Ásia; Médio Oriente.	Interesse humano

6 de fevereiro:

Título	Destaque	Tema	Localização	Valor-notícia predominante
“Cercos a Aleppo provoca marcha desesperada até à fronteira turca”	Primeira página	Guerra na Síria	Ásia; Médio Oriente.	Proeminência/importância
“Cuba acolhe encontro histórico entre o Papa e o patriarca ortodoxo russo”	Interior	Religião	América; América Central.	Interesse humano
“Países com Zika devem garantir direito ao aborto e à contraceção, diz ONU”	Primeira página	Vírus Zika	América; América do Sul; América Central.	Proeminência/importância

“Clinton e Sanders no jogo «espelho meu, quem é mais progressista do que eu?»”	Interior	Eleições E.U.A	América; América do Norte.	Imediato/atualidade
“Julian Assange exige ser libertado”	Interior	<i>Wikileaks</i>	Europa	Conflito/controvérsia
“Sismo de 6,4 em Taiwan fez cair edifícios e causou vários mortos”	Última página	Acidentes e desastres	Ásia	Interesse humano

7 de fevereiro:

Título	Destaque	Tema	Localização	Valor-notícia predominante
“Os bens de Putin: Dois apartamentos e um lugar”(reportagem)	Interior	Rússia	Europa	Interesse humano
“O desespero amontoa-se às portas fechadas da Turquia”	Interior	Guerra na Síria	Ásia; Médio Oriente.	Proeminência/importância
“Uma mestiçagem Clandestina” (reportagem)	Foto de capa	Série racismo em português	África	Interesse humano

Semana de 7 a 13 de março

7 de março:

Título	Destaque	Tema	Localização	Valor-notícia predominante
“Futuro de Schengen” (dossier)	Foto de capa; Destaque.	Crise dos refugiados	Europa	Proximidade
“Duelo no Partido Republicano é entre Donald Trump e Ted Cruz”	Interior	Eleições E.U.A	América; América do Norte.	Imediato/atualidade
“A elegante e franzina força protectora do Presidente Reagan”	Primeira página	Morte de Nancy Reagan	América; América do Norte	Interesse humano
“Cabo Verde importa do Ocidente a política de «domesticar» os imigrantes” (entrevista)	Interior	Série racismo em português	África	Interesse humano
“As notícias sobre a morte de Lula podem ser prematuras”	Interior	Operação <i>Lava-Jato</i>	América; América do Sul	Interesse humano

8 de março:

Título	Destaque	Tema	Localização	Valor-notícia predominante
“Cimeira Europeia” (Dossier)	Foto de capa; Destaque.	Crise dos refugiados	Europa	Proximidade
“Rubio com vitória simbólica em Porto Rico, Sanders derrota Clinton no Maine”	Interior	Eleições E.U.A	América; América do Norte.	Imediato/atualidade
“Governo e rebeldes voltam às negociações”	Interior	Guerra na Síria	Ásia; Médio Oriente.	Imediato/atualidade
“Pyongyang ameaça lançar «ataque preventivo»”	Interior	Tensão Coreia do Norte	Ásia	Conflito/controvérsia
“Exército trava ofensiva do EI na Tunísia e mata pelo menos 35 jihadistas”	Interior	Terrorismo	África	Imediato/atualidade

9 de março:

Título	Destaque	Tema	Localização	Valor-notícia predominante
“Bloomberg abandona sonho da Casa Branca para criar pesadelos a Trump”	Interior	Eleições E.U.A	América; América do Norte.	Imediato/atualidade
“Acordo sobre refugiados entre a UE e a Turquia é «uma não solução»”	Interior	Crise dos refugiados	Europa	Interesse humano
“Com a rota dos Balcãs entupida, vários países reforçam segurança nas fronteiras”	Interior	Crise dos refugiados	Europa	Proximidade
“Governo turco assume gestão de agência de notícias”	Interior	Liberdade de imprensa	Europa; Ásia.	Conflito/controvérsia
“É cada vez mais difícil aos norte-coreanos comunicar com o exterior”	Interior	Tensão Coreia do Norte	Ásia	Conflito/controvérsia
“Marcelo Odebrecht condenado a 19 anos de prisão por corrupção na Petrobras”	Interior	Operação <i>Lava-Jato</i>	América; América do Sul.	Interesse humano

10 de março:

Título	Destaque	Tema	Localização	Valor-notícia predominante
“«Se formos muito legalistas, temo que os refugiados fiquem fora da Europa»”	Interior	Crise dos refugiados	Europa	Interesse humano
“Eslovénia, Croácia, Sérvia e Macedónia fecham «a rota dos Balcãs»”	Interior	Crise dos refugiados	Europa	Proximidade
“Trump acelera a fundo e Sanders enche o depósito no Michigan”	Interior	Eleições E.U.A	América; América do Norte	Imediato/atualidade
“Isabel II desmente que apoio o <i>Brexit</i> ”	Interior	<i>Brexit</i>	Europa	Interesse humano
“Piloto ucraniana desafia tribunal russo e mantém greve de fome”	Interior	Conflito Rússia-Ucrânia	Europa	Conflito/controvérsia

11 de março:

Título	Destaque	Tema	Localização	Valor-notícia predominante
“Revelada lista com nomes de milhares de supostos jihadistas do EI”	Interior	Terrorismo	Europa; Ásia; Médio Oriente.	Imediato/atualidade
“Encerramento da rota dos Balcãs não resolve nada, critica Merkel”	Interior	Crise dos refugiados	Europa	Interesse humano
“Polónia prepara-se para ser repreendida pela sua crise constitucional”	Interior	Novo Governo na Polónia	Europa	Proximidade
“Suu Kyi escolhe um fiel conselheiro para Presidente da Birmânia”	Interior	Eleições na Birmânia	Ásia	Interesse humano
“Lula enfrenta novas acusações judiciais por suspeita de corrupção”	Interior	Operação <i>Lava-Jato</i>	América; América do Sul	Interesse humano
“MP de São Paulo pede prisão preventiva para Lula”	Última página	Operação <i>Lava-Jato</i>	América; América do Sul	Interesse humano

12 de março:

Título	Destaque	Tema	Localização	Valor-notícia predominante
“Até os adversários de Lula acham exagerada a prisão preventiva”	Primeira página	Operação <i>Lava-Jato</i>	América; América do Sul.	Interesse humano
“Oposição síria vai a Genebra mas acusa regime de estar a preparar reforço dos ataques”	Interior	Guerra na Síria	Ásia; Médio Oriente.	Conflito/controvérsia
“Retirada ou estratégia? José Eduardo dos Santos diz que sai em 2018”	Primeira página	Eleições Angola 2017	África	Interesse humano
“Sudão do Sul autoriza os soldados a violarem mulheres, denuncia a ONU”	Interior	Guerra civil Sudão do Sul	África	Proeminência/importância
“Cinco anos depois, ainda se sentem as consequências do desastre nuclear de Fukushima”	Interior	Acidentes e desastres	Ásia	Proeminência/importância

13 de março:

Título	Destaque	Tema	Localização	Valor-notícia predominante
“Ficar ou sair da UE, um embate entre dois mundos paralelos”	Primeira página; Destaque.	<i>Brexit</i>	Europa	Proximidade
“Dizer que podemos ter todos os benefícios de estar na UE sem nenhum inconveniente é pura fantasia” (entrevista)	Primeira página	<i>Brexit</i>	Europa	Proximidade
“Merkel é indiscutível, o seu partido não”	Primeira página	Eleições regionais Alemanha	Europa	Proximidade
“Pancadaria nos comícios é um bônus para Trump”	Interior	Eleições E.U.A	América; América do Norte.	Conflito/controvérsia

Semana de 4 a 10 de abril

4 de abril:

Título	Destaque	Tema	Localização	Valor-notícia predominante
“Offshores expostas como nunca”	Foto de capa	<i>Panama Papers</i>	América; América Central	Imediato/atualidade
“Prisioneiros angolanos dependem da chuva para beber água e tomar banho”	Interior	Detenção ativistas angolanos	África	Interesse humano
“UE prepara envio de refugiados de volta para a Turquia”	Interior	Crise dos refugiados	Europa	Interesse humano
“Estado Islâmico deixou Palmira com rede interligada de explosivos”	Interior	Terrorismo; Guerra na Síria.	Ásia; Médio Oriente.	Conflito/controvérsia

5 de abril:

Título	Destaque	Tema	Localização	Valor-notícia predominante
“Panama Papers” (dossier)	Primeira página; Destaque.	<i>Panama Papers</i>	América; América Central	Imediato/atualidade
“Deportação de migrantes não trava chegada de refugiados”	Interior	Crise dos refugiados	Europa	Proximidade
“Ofensiva anti-regime ameaça trégua síria”	Interior	Guerra na Síria	Ásia; Médio Oriente	Proeminência/importância.
“Republicanos chamam a cavalaria para evitar Trump e uma derrota em Novembro”	Interior	Eleições E.U.A	América; América do Norte	Imediato/atualidade
“Ensaio (?) sobre o Perdão” (testemunho de Luaty Beirão)	Foto de capa	Detenção ativistas angolanos	África	Interesse humano
“Manifestação pela libertação dos «17» travada em Benguela”	Interior	Detenção ativistas angolanos	África	Interesse humano

6 de abril:

Título	Destaque	Tema	Localização	Valor-notícia predominante
“Dos negócios do pai aos <i>offshores</i> nas Caraíbas, Cameron dentro do furacão”	Interior	<i>Panama Papers</i>	Europa	Interesse humano
“Círculo próximo de Marine Le Pen usou <i>offshores</i> para financiar campanhas de 2012”	Interior	<i>Panama Papers</i>	Europa	Interesse humano
“Primeiro-ministro da Islândia demite-se”	Interior	<i>Panama Papers</i>	Europa	Imediato/atualidade
“Precisamos de dar um salto na ética em matéria de impostos” (entrevista)	Primeira página	<i>Panama Papers</i>	Europa	Imediato/atualidade
“Michel Temer deixa liderança do PMDB”	Interior	<i>Impeachment no Brasil</i>	América; América do Sul.	Imediato/atualidade
“Futuro da União Europeia também passa por um referendo na Holanda”	Interior	Referendo na Holanda	Europa	Proximidade
“Helen Clark na corrida para a chefia da ONU”	Interior	Nomeação secretário-geral da ONU	Oceânia	Proximidade
“Onda de pedidos de asilo na Grécia interrompe expulsões para a Turquia”	Primeira página	Crise dos refugiados	Europa	Proeminência/importância

7 de abril:

Título	Destaque	Tema	Localização	Valor-notícia predominante
“Nuno Dala, em greve de fome há 28 dias, a «arma secreta» dos ativistas”	Primeira página	Detenção ativistas angolanos	África	Interesse humano
“Líder de seita condenado a 28 anos de prisão”	Interior	Condenação de líder de seita em Angola	África	Interesse humano
“Bruxelas apresenta reformas para um sistema de asilo mais «justo e sustentável»	Interior	Crise dos refugiados	Europa	Proximidade
“Para Francisco visita ilha de Lesbos”	Interior	Crise dos refugiados	Europa	Interesse humano
“Pena de morte bate recorde dos últimos 25 anos”	Primeira página	Pena de morte	América; América do Norte; Ásia; Médio Oriente	Interesse humano

“Impasse político na Irlanda força partidos historicamente rivais a entenderem-se”	Interior	Eleições na Irlanda	Europa	Proximidade
“Wisconsin tentou construir muro contra Trump e deu corda a Sanders”	Interior	Eleições E.U.A	América; América do Norte	Imediato/atualidade

8 de abril:

Título	Destaque	Tema	Localização	Valor-notícia predominante
“Se a Islândia votasse hoje, elegia uma poeta e pirata”	Interior	<i>Panama Papers</i>	Europa	Interesse humano
“Cameron admite ter lucrado com fundo <i>offshore</i> do pai”	Interior	<i>Panama Papers</i>	Europa	Interesse humano
“Justiça abre inquérito a Macri”	Interior	<i>Panama Papers</i>	América; América do Sul.	Imediato/atualidade
“Se o Estado Islâmico for erradicado, outra coisa pior ocupará o seu lugar” (Entrevista)	Interior	Terrorismo	Ásia; Médio Oriente.	Proeminência/importância
“Mais um <i>blogger</i> defensor de ideias seculares linchando no Bangladesh”	Interior	Liberdade de expressão	Ásia	Conflito/controvérsia
“Fracassa a primeira ronda negocial entre PSOE, Podemos e Cidadãos”	Última página	Eleições Espanha	Europa	Proximidade

9 de abril:

Título	Destaque	Tema	Localização	Valor-notícia predominante
“Papa pede à Igreja compaixão para a nova realidade das famílias”	Foto de capa	Religião	Europa	Interesse humano
“O cauteloso optimismo do país com três Governos”	Interior	Guerra civil na Líbia	África	Conflito/controvérsia
“Detido na Bélgica o último suspeito dos atentados de Paris”	Primeira página	Atentados em Bruxelas	Europa	Imediato/atualidade
“Protestos contra Deportações na Grécia”	Interior	Crise dos refugiados	Europa	Proximidade
“Referendo holandês anima antieuropeístas	Interior	Referendo na Holanda	Europa	Proximidade

a dois meses do «Brexit»				
--------------------------	--	--	--	--

10 de abril:

Título	Destaque	Tema	Localização	Valor-notícia predominante
“«Querem matá-los aos poucos, sem deixar provas»” (reportagem)	Foto de capa; Destaque	Detenção ativistas angolanos	África	Interesse humano
“Polícia impede marcha solidária”	Destaque	Detenção ativistas angolanos	África	Conflito/controvérsia
“Peruanos decidem se enterram ou ressuscitam o fujimorismo”	Interior	Eleições Presidenciais Peru	América; América do Sul.	Interesse humano
“Cameron admite que não teve «uma grande semana»”	Interior	<i>Panama Papers</i>	Europa	Interesse humano
“Bélgica confirma que Mohamed Abrini é «o homem do chapéu»”	Primeira página	Atentados em Bruxelas	Europa	Imediato/atualidade

4. Notícias assinadas publicadas no papel

Data: 09-02-2016

Notícia pode ser consultada em: <https://www.publico.pt/mundo/noticia/clinton-e-sanders-disputam-eleitorado-feminino-em-new-hampshire-1722764>

Sanders rouba as eleitoras jovens a Hillary

Pedro Reis

Se conseguir ser eleita a candidata do Partido Democrata e depois ganhar as eleições presidenciais, Hillary Clinton tornar-se-á na primeira mulher a ser eleita Presidente dos Estados Unidos. Contudo, no dia em que se realizam as primárias em New Hampshire, segundo as sondagens, Bernie Sanders consegue angariar uma parte significativa do eleitorado feminino, nomeadamente entre as mulheres mais jovens.

De acordo com uma sondagem *Wall Street Journal*/NBC/Marist College, 64% das mulheres com menos de 45 anos afirmam o seu apoio ao veterano senador do Vermont, enquanto apenas 35% consideram apoiar Hillary Clinton. Por outro lado, nas mulheres com mais de 45 anos, o apoio a Clinton é 9% superior.

Na última semana, a candidatura de Clinton tornou-se claramente um confronto geracional, quando dois ícones feministas, Madeleine Albright e Gloria Steinem, criticaram as jovens apoiantes de Sanders.

Ao apresentar a candidata democrata num comício em New Hampshire, no sábado, Madeleine Albright, de 78 anos, primeira mulher secretária de Estado nos EUA, falou da importância de eleger uma mulher para o mais alto cargo do país, e deixou uma forte crítica às jovens apoiantes de Sanders. “Podemos contar a nossa história, como cada uma de nós subiu a escada, e muitas jovens

pensam que está feito. Mas não está. Existe um lugar especial no Inferno para as mulheres que não se ajudam entre si!”, afirmou.

Já Gloria Steinem, de 81 anos, jornalista e uma porta-voz importante dentro do movimento feminista, no *talk-show* do comediante Bill Maher, afirmou que as mulheres tendem a tornar-se activas politicamente quando ficam mais velhas, sugerindo que as jovens que apoiam Sanders apenas o fazem para conhecer rapazes. “Quando és nova pensas: ‘Onde estão os rapazes?’ Os rapazes estão com o Bernie”, declarou.

Estas declarações têm gerado imensa polémica nas redes sociais, nomeadamente entre mulheres que consideram que votar numa candidata – pelo facto de ser mulher e não por ser a pessoa mais indicada para o cargo – não é um acto feminista por si só.

No debate da MSNBC de quinta-feira, Sanders acusou Clinton de ser uma “candidata do sistema”, acusação que a antiga senadora e secretária de Estado negou, uma vez que se considera uma mulher a concorrer para ser a primeira Presidente na história dos EUA, afirmando que a sua eleição seria o fim de um longo caminho percorrido pelas mulheres.

Depois de um primeiro confronto no *caucus* do Iowa, Sanders e Clinton enfrentam-se agora nas primárias de New Hampshire, com as sondagens a favorecerem o veterano senador do Vermont. **Texto editado por Clara Barata**



Albright: “Há um lugar no Inferno para mulheres que não se ajudam”

Há cada vez mais crianças a morrer em nome do Daesh

Terrorismo
Pedro Reis

Estudo da Universidade do Estado da Geórgia analisou dados de 89 crianças que morreram a combater nas fileiras dos jihadistas

O autodesignado Estado Islâmico (EI) tem mobilizado jovens e crianças para a suas fileiras a uma velocidade sem precedentes. Num estudo da Universidade do Estado da Geórgia, investigadores recolheram e analisaram dados relativos a fotos divulgadas pelo grupo extremista – como forma de propaganda – de 89 crianças que morreram entre Janeiro de 2015 e Janeiro de 2016, tendo-se tornado posteriormente mártires para os membros e seguidores do Daesh (acrónimo árabe para o EI).

O número de crianças que morreram a combater pelo EI no último ano é praticamente o dobro do que as anteriores estimativas estipulavam, segundo conclusões do mesmo estudo. Os dados recolhidos revelam também que 60% das crianças têm idades compreendidas entre os 12 e os 16 anos, enquanto 6% estão entre os 8 e os 12.

Segundo o relatório, mais de metade das crianças são sírias, apesar de a maior parte delas ter morrido no Iraque, o que demonstra a capacidade do Daesh em treinar crianças-soldado na Síria e em enviá-las de seguida para o país vizinho. Para da Síria e do Iraque, registam-se ainda crianças-soldado mortas em operações no Iémen, na Líbia ou na Nigéria.

Os resultados do estudo são arrepiantes. Trinta e nove por cento das crianças morreram ao detonar um dispositivo explosivo improvisado contra um determinado alvo, 33% morreram enquanto soldados no terreno em operações de batalha não especificadas, 6% enquanto propagandistas alistados em unidades de combate e 4% em ataques suicidas em massa contra civis. Os restantes 18% foram combatentes que morrem em operações em que se infiltram e atacam uma posição inimiga com armas automáticas, antes de detonarem um colete suicida.

“O que estes dados demonstram é que a utilização de crianças está mais do que normalizada”, afirmou Charlie Winter, um dos autores do estudo, à CNN. “Elas [crianças] não são utilizadas apenas para chocar as pessoas nos vídeos de execução. Es-

tão a ser usadas pelo seu valor operacional. Isto é algo que, infelizmente, esperamos que continue a aumentar enquanto a situação se for tornando cada vez mais precária para o EI nos próximos tempos.”

Os resultados sugerem também que o recrutamento de crianças e jovens para fins militares pelo Estado Islâmico tem vindo a aumentar substancialmente. Numa base mensal, o número de jovens que morreram em operações suicidas aumentou de seis em Janeiro de 2015 para 11 em Janeiro de 2016. O número de operações a envolver uma ou mais crianças triplicou no último ano.

“O EI está a integrar crianças no seu projecto de uma forma que é mais remanescente de um estado do que de um actor não estatal. Estão a pensar no longo prazo. Não se trata apenas de trazer crianças para as suas fileiras e utilizá-las no campo de batalha. O que estão a fazer é trazê-las, doutriná-las, treiná-las, passando muito tempo a incutir-lhes a ideologia jihadista”, afirmou Mia Bloom, outra das autoras do estudo, à CNN. Há muito tempo que o auto-proclamado califado tem revelado a sua intenção de criar a próxima geração de jihadistas, chamando-lhes “os filhos do califado”. Numa publicação recente da sua revista em versão inglesa, *Dabiq*, o grupo extremista encoraja mães a sacrificarem os seus filhos para os entregar ao grupo.

“Os pais estão a possibilitar o acesso da organização [Daesh] às suas crianças”, disse Bloom à CNN. “As crianças não estão a ser raptadas nem coagidas. Na maior parte das vezes vemos crianças com um enorme sorriso.” **Texto editado por Joana Amado**



O Daesh quer formar uma nova geração de jihadistas

Notícia pode ser consultada em: <http://www.publico.pt/mundo/noticia/apos-tres-dias-de-tensao-manifestantes-de-casta-indiana-e-governo-chegam-a-acordo-1724066?frm=ult>

Protestos de casta indiana deixam 17 milhões sem água em Nova Deli

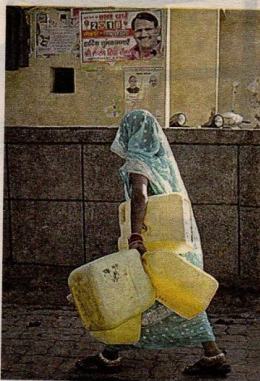
Índia
Pedro Reis

Motins e pilhagens da comunidade já fizeram 19 mortos e 150 feridos. Manifestantes exigem melhores condições de vida

Líderes da casta rural indiana já chegaram a acordo com líderes federais e estatais para pôr fim aos protestos que duram há três dias no estado de Haryana, no Norte da Índia. No seguimento das manifestações, pelo menos 19 pessoas morreram e 150 ficaram feridas, segundo os últimos números avançados pelo jornal britânico *The Guardian*.

Os protestos por parte da comunidade já, tipicamente rural e agrícola, por maior acesso a empregos públicos, tornaram-se mais violentos ao ponto de terem destruído parte da infra-estrutura hídrica no estado de Haryana, o que cortou o fornecimento de água potável a cerca de 17 milhões de residentes em Nova Deli. Ao início do dia, o Exército retomou o controlo da situação e era expectável que a água regressasse à metrópole ao início do dia de hoje, segundo informações do ministro-chefe de Nova

Os membros da casta já exigem garantias por escrito de mais postos de trabalho para a sua comunidade



Deli, Arvind Kejriwal, à Reuters.

Os manifestantes já aumentaram os seus protestos para expressar a raiva contra o primeiro-ministro, Narendra Modi, exigindo garantias por escrito de mais postos de trabalho para a sua comunidade. Muitos dos membros desta casta – que constituem cerca de 80 milhões da população no Norte da Índia – são agricultores, cujo estilo de vida foi profundamente afectado por dois anos de seca que prejudicaram as suas plantações, sendo que estão também a perder muitos empregos urbanos. Exigem mais empregos públicos e lugares nas universidades, que normalmente estão reservados a grupos desfavorecidos.

Milhares de soldados foram mobilizados para reprimir os protestos, que se intensificaram ontem perto da cidade de Sonipat, no Norte da Índia, quando um comboio de carga foi incendiado. No vizinho estado do Rajistão, manifestantes da comunidade já atacaram e queimaram vários comboios, levando ao cancelamento de 850 viagens e ao encerramento de 500 fábricas, segundo informações da Reuters. Já no domingo, várias lojas foram incendiadas.

Depois da tensão, líderes da comunidade já e as autoridades indianas parecem ter chegado a um acordo, após a promessa do Governo indiano em aceitar as exigências da comunidade. “O Governo prometeu ir ao encontro das nossas exigências e nós prometemos a nossa total cooperação”, afirmou Ramesh Dalal, líder da comunidade já, à Reuters.

Os já são a maior comunidade em Haryana, com cerca de oito milhões de membros. Estão actualmente listados como casta superior no sistema de castas indiano, mas os seus representantes têm vindo a exigir a inclusão de quotas para mais empregos e oportunidades de educação que estão disponíveis para as castas mais baixas desde 1991.

Em Março de 2014, o Governo indiano afirmou que iria recategorizar os já enquanto casta inferior (OBC), o que lhes permitiria ter acesso a quotas em mais empregos governamentais. Contudo, em 2015, o Supremo Tribunal da Índia recusou esta intenção. Numa altura em que os empregos escasseiam no sector privado e os rendimentos agrícolas têm diminuído, a comunidade já tem exigido o restabelecimento do seu estatuto de casta inferior. **Texto editado por Joana Amado**

Data: 25-02-2016

Notícia pode ser consultada em: <http://www.publico.pt/mundo/noticia/belgica-fecha-fronteira-apesar-da-suspensao-provisoria-de-evacuar-calais-1724267>

Bélgica restabelece controlos de fronteira com receio dos migrantes de Calais

Pedro Reis

A Bélgica restabeleceu o controlo da sua fronteira com a França, apesar de as autoridades francesas terem suspenso a decisão – que tinha como data-limite o dia de terça-feira – de evacuar parte da “Selva” de Calais. O veredicto foi dado pelo tribunal administrativo de Lille, estando prevista uma nova decisão para hoje, provavelmente.

“Informámos a Comissão Europeia de que vamos suspender temporariamente Schengen”, disse ontem o ministro do Interior belga, Jan Jambon, citado pela AFP, numa conferência de imprensa em Bruxelas. Na origem desta decisão está o receio por parte das autoridades belgas de que um fluxo de migrantes oriundo da “Selva” de Calais – campo situado a quinze quilómetros da entrada francesa para o canal da Mancha – se possa dirigir para o grande porto belga de Zeebrugge, local de onde partem embarcações para o Reino Unido.

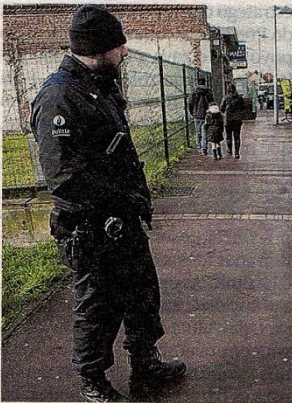
Apesar de a decisão de evacuar o campo de Calais ter sido suspensa, o ministro belga afirma que o movimento de refugiados já está em curso, e as autoridades belgas já procederam a algumas detenções. “Prendemos 32 pessoas em Adinkerke [cidade no lado belga da fronteira]”, afirmou Jambon à AFP. “Queremos evitar a todo o custo campos como

o de Calais na Bélgica. É uma questão de aplicar a lei”, sublinhou o ministro do Interior belga. O controlo da fronteira começou na segunda-feira e serão destacados ao longo da fronteira entre 250 e 290 polícias. A Bélgica torna-se assim o sétimo país do espaço Schengen a reintroduzir controlos temporários nas suas fronteiras, juntando-se à Dinamarca, Noruega, Suécia, Áustria, Alemanha e França.

Construído perto do maior porto de Calais, no Norte de França, a “Selva” alberga cerca de 3700 refugiados, segundo números das autoridades francesas. Contudo, organizações não governamentais que prestam apoio no campo afirmam que a população real corresponde a cerca de 5500 pessoas. A maioria das pessoas do campo é oriunda da Síria, Afeganistão, Iraque, Eritreia, Sudão e Etiópia. Grande parte destes refugiados tem como objectivo chegar a Inglaterra, onde muitos deles têm familiares.

A decisão de evacuar a zona sul do campo de Calais tem sido alvo de denúncias por parte de organizações de defesa dos direitos humanos. Os próprios números dos refugiados afectados por esta decisão estão envolvidos em polémica. As autoridades francesas consideram que existem entre 800 e mil refugiados nesta zona do campo, contudo, organizações não governamentais contabilizam cerca de 3450 pessoas, incluindo 300 crianças desacompanhadas, números da organização britânica Help Refugees.

Apesar de provisória, a decisão do tribunal administrativo de Lille em adiar a evacuação de parte da “Selva” de Calais agradou às organizações não governamentais que têm prestado apoio ao campo. “São boas notícias. O campo não pode ser destruído até que verdadeiras soluções sejam encontradas para as pessoas que lá vivem, incluindo regimes de protecção adequados para as crianças. Demolir a ‘Selva’ em Calais só vai gerar muitas ‘selvas’ pequenas ao longo da costa”, afirmou Maya Konforti, voluntária da organização francesa L’Auberge des Migrants, ao jornal britânico *The Guardian*. **Texto editado por Joana Amado**



Polícia belga na fronteira

Data: 26-02-2016

Notícia pode ser consultada em: <http://www.publico.pt/mundo/noticia/falhas-graves-da-bbc-permitiram-abusos-sexuais-de-jimmy-savile-1724393>

“Falhas graves” da BBC permitiram abusos sexuais de Jimmy Savile

Reino Unido
Pedro Reis

O antigo apresentador de televisão abusou sexualmente de 72 pessoas, a maior parte menores

Num relatório divulgado ontem pela antiga juíza do tribunal de recurso Janet Smith, a BBC foi acusada de “falhas graves” relativamente ao caso de Jimmy Savile, apresentador de televisão daquela estação televisiva, culpado de ter cometido abusos sexuais sobre 72 pessoas, a maior parte delas menores.

Apesar das aparentes responsabilidades da BBC, no relatório consta a informação de que os principais dirigentes do canal televisivo britânico não tinham conhecimento dos crimes do apresentador. Em 2012, a

policia britânica afirmou que o excêntrico apresentador de televisão tinha abusado sexualmente de dezenas de vítimas em hospitais e nas instalações da própria BBC, durante cerca de seis décadas. Savile morreu em 2011, com 84 anos.

No relatório, a antiga juíza afirma que alguns indivíduos tinham conhecimento do comportamento de Jimmy Savile. Contudo, considera que não existem provas de que a BBC, enquanto instituição, estivesse ciente dos actos da antiga celebridade televisiva. Apesar disso, deixa fortes críticas e responsabiliza o canal televisivo. “Parece-me que a BBC precisa de demonstrar ao público que leva estas críticas a sério e que fez, ou está a fazer, as mudanças necessárias e apropriadas para garantir que estes terríveis acontecimentos não possam acontecer novamente”, lê-se no relatório. Smith, que iniciou um inquérito independente em Outubro

de 2012, considera que a BBC poderia ter impedido que muitos destes abusos tivessem ocorrido.

A antiga juíza denunciou ainda uma “cultura machista” de sexismo e de assédio sexual e uma “atmosfera de medo” na BBC que levou os trabalhadores do canal televisivo a manterem o silêncio relativamente às suas



“Savile tinha um apetite sexual voraz. Estava obsessivamente interessado em sexo”, lê-se no relatório

preocupações. Acusou ainda o *staff* da BBC de estar “mais preocupado com a sua reputação do que com a segurança das crianças”.

No total, ficou provado que Jimmy Savile abusou sexualmente de 72 pessoas: 57 do sexo feminino e 15 do sexo masculino. Três incidentes de viola-

ção e de tentativa de violação ocorreram nas instalações da BBC, afirmou Smith. Uma das vítimas com quem a juíza falou tinha oito anos na altura em que o crime ocorreu.

A maioria dos casos de abuso sexual teve lugar na década de 1970. Jimmy Savile utilizava o seu estatuto de celebridade para aliciar as suas vítimas. Convidava-as para assistirem às suas actuações – quer na televisão, quer na rádio – para depois tentar abusar delas sexualmente.

O relatório afirma ainda que três antigos membros da equipa de Savile poderiam tê-lo denunciado, mas nunca o fizeram. Ted Beston, produtor do programa de Savile na Radio 1, Canon Colin Semper, produtor do programa Speakeasy, e Douglas Muggerridge, responsável por programas na Radio 1 e 2 em 1973, tinham “claramente” conhecimento que Savile mantinha relações sexuais com adolescentes. **Texto editado por Joana Amado**

Pedidos de desculpa

O director-geral da BBC, Tony Hall, afirmou que “lamenta imenso” o que aconteceu às vítimas dos abusos sexuais de Savile, considerando esse período um “capítulo negro” na história da BBC. Já Rona Fairhead, presidente da BBC Trust, escreveu no Twitter: “Em nome da BBC e do seu *staff* do passado e do presente, quero pedir desculpa às vítimas por tudo o que sofreram. Quero também garantir que a BBC faz tudo o que é possível para prevenir que casos como este ocorram no futuro.”

Notícia pode ser consultada em: <http://www.publico.pt/mundo/noticia/exercito-tunisino-mata-jihadistas-do-ei-junto-a-fronteira-com-a-libia-1725432?frm=ult>

Exército trava ofensiva do EI na Tunísia e mata pelo menos 35 jihadistas

Ameaça terrorista
Pedro Reis

**Incidentes ocorreram
após ataques terroristas
coordenados em Ben
Guerdane, perto da
fronteira com a Líbia**

O Exército tunisino matou ontem pelo menos 35 jihadistas do auto-designado Estado Islâmico (EI) que tentavam lançar ataques contra vários postos das forças de segurança tunisinas em Ben Guerdane, cidade no Sudeste da Tunísia que fica situada perto da fronteira com a Líbia.

Para além dos jihadistas, pelo menos sete civis e dez soldados morreram nos confrontos, segundo um comunicado provisório dos ministérios do Interior e da Defesa, citado pela AFP.

O Presidente da Tunísia, Beji Caid Essebsi, condenou o ataque, que caracterizou como “coordenado e sem precedentes”. Em declarações à televisão estatal, afirmou que os atacantes poderiam ter a “intenção de controlar a região” e de “proclamar uma nova província”. “Os tunisinos estão em guerra contra esta barbárie e contra estes ratos que vamos exterminar definitivamente”, afirmou.

Este ataque surge depois de na quarta-feira passada cinco jihadistas terem sido mortos pelas forças de segurança tunisinas.

“Se o Exército não estivesse preparado, os terroristas poderiam ter sido capazes de erguer a sua bandeira em Ben Guerdane e obtido uma vitória simbólica”, afirmou Abd Elhamid Jelassi, vice-presidente do partido islâmico Ennahda, que faz parte da coligação de Governo. Foram ainda detidos seis militantes do

EI. Todas as entradas para a cidade foram fechadas, incluindo as que a ligam à cidade de Ras Adjir, que faz fronteira com a Líbia. As autoridades tunisinas impuseram também um recolher obrigatório durante a noite. As forças de segurança patrulharam as ruas da cidade apelando a que os cidadãos permanecessem nas suas casas.

A Tunísia, que tem sido considerada um exemplo de transição democrática depois da revolução contra o regime de Ben Ali, tem enfrentado enormes dificuldades para combater os islamistas. Mais de 3 mil tunisinos abandonaram o país para combater nas fileiras do EI e de outros grupos jihadistas na Síria e no Iraque.

Fontes oficiais da segurança tunisina afirmaram à Reuters que muitos combatentes estão a regressar ao país para atravessarem a fronteira e juntarem-se ao EI na Líbia, que tem crescido substancialmente neste país nos últimos meses.

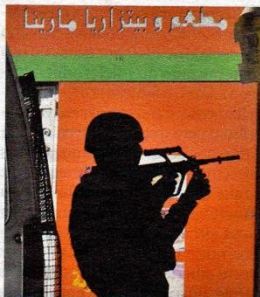
Desde a queda de Muammar Khadafi há cinco anos, a Líbia mergulhou ainda mais no caos, existindo dois governos rivais e facções armadas a lutarem pelo controlo do país. O autodesignado EI tem aproveitado a situação para aumentar a sua influência, tendo tomado o controlo da cidade de Sirtre e recrutado combatentes estrangeiros.

Os jihadistas provenientes da Tunísia têm assumido um papel fundamental na organização do grupo extremista na região, estando as autoridades tunisinas em alerta máximo perante constantes tentativas de infiltração por parte de militantes do grupo.

Conselheiros militares ocidentais estão a começar a treinar forças tunisinas para ajudarem a proteger a fronteira, reforçando-a com vigilância electrónica e com drones.

No mês passado, os EUA bombardearam a cidade líbia de Sabratha, tendo destruído um campo de jihadistas composto maioritariamente por tunisinos. Um dos alvos abatidos foi Nouredine Chouchane, responsável pelos atentados no museu Bardo em Tunis e no resort turístico em Sousse.

A Tunísia construiu também uma barreira ao longo da sua fronteira com a Líbia, de forma a evitar a passagem de jihadistas vindos do país vizinho, uma medida que se impunha perante o aumento significativo de ataques terroristas no país. **Texto editado por Joana Amado**



O Exército tunisino está em alerta máximo

Data: 12-03-2016

Notícia pode ser consultada em: <http://www.publico.pt/mundo/noticia/cinco-anos-depois-ainda-se-sentem-as-consequencias-de-fukushima-1725820?frm=ult>



O Japão cumpriu um minuto de silêncio em memória das 19 mil pessoas que morreram há cinco anos

Cinco anos depois, ainda se sentem as consequências do desastre nuclear de Fukushima

Japão
Pedro Reis

Governo continua à procura de soluções para os milhares de deslocados. População teme reactivação de centrais nucleares

Foi há cinco anos que um dos terremotos mais graves da história desencadeou um *tsunami* que fez cerca de 19 mil mortos e deixou 160 mil pessoas sem as suas casas e sem os seus meios de subsistência. O terremoto de magnitude 9 na escala de Richter devastou o Norte do Japão, provocando o mais grave desastre nuclear desde Tchernobil, em 1986, na central nuclear de Fukushima.

Cinco anos depois, continuam os trabalhos de reconstrução daquela zona do Japão e as tentativas de desactivação dos destroços nucleares ainda existentes em Daiichi. Mas a radiação na central é tão poderosa que é ainda impossível remover as barras de combustíveis derretidas, que pesam centenas de toneladas.

Como não é possível aos humanos entrarem no local, a Tepco (Tokyo Electric Power Co) tem tentado utilizar robôs na zona dos reactores, mas não tem sido bem sucedida. Até ao momento foram enviados cinco robôs, mas nenhum

conseguiu regressar. A operadora da central conseguiu fazer alguns progressos, mas a tecnologia necessária para estabilizar o local ainda não está totalmente desenvolvida. "É extremamente difícil aceder ao interior da central nuclear", afirmou Naohiro Masuda, responsável da Tepco pela desactivação da central, à Reuters. "O maior obstáculo é a radiação."

Para assinalar a data, o primeiro-ministro japonês, Shinzo Abe, e o imperador Akihito estiveram ontem numa cerimónia de homenagem às vítimas, em Tóquio. Realizou-se um minuto de silêncio no Japão no momento exacto em que, há cinco anos, se deu o terremoto.

Shinzo Abe, citado pela BBC, afirmou que o Governo está empenhado na reconstrução, prometendo um "amplo orçamento" para ajudar as áreas mais afectadas a "ficarem de pé novamente". Aproveitou o discurso para afirmar que o Japão não pode prescindir da sua energia nuclear a longo prazo, uma afirmação que certamente não agrada a muitos japoneses, que ainda vivem com o receio de um novo desastre.

"A infra-estrutura está a recuperar, mas os corações não", afirmou Eiki Kumagai, bombeiro voluntário, à Reuters. Kumagai esteve em Rikuzentakata, uma das áreas mais afectadas, e perdeu 51 dos seus colegas no *tsunami*. "Continuo a ver o rosto

daqueles que morreram. Há tanta tristeza, nem a consigo expressar."

Depois do desastre de Fukushima, todos os reactores nucleares do país foram encerrados por motivos de segurança. Contudo, no ano passado, dois deles foram reactivados por o Governo japonês querer cortar nos custos de energia, uma vez que está a importar combustíveis fósseis bastante caros.

Esta medida está longe de ser consensual entre a população japonesa, que considera que ainda não foi feito o suficiente para que sejam garantidas condições de segurança para que um novo desastre semelhante ao de 2011 não volte a acontecer. Para além de que, cinco anos depois, muitas pessoas ainda não conseguiram regressar às suas casas, apesar dos trabalhos de descontaminação. Cerca de 180 mil pessoas permanecem deslocadas, sendo que cem mil foram retiradas de Fukushima, segundo números da BBC.

A Greenpeace demonstrou a sua preocupação relativamente a esta questão, criticando a atitude do Governo de Shinzo Abe. "Não sabemos exactamente o que causou o acidente, e o Governo japonês continua a minimizar o nível de radioactividade nas zonas evacuadas. É trágico e inaceitável", afirmou num comunicado Junichi Sato, director da organização ecologista para o Japão. **Texto editado por Tiago Luz Pedro**

Data: 30-03-2016

Notícia publicada em: <https://www.publico.pt/mundo/noticia/aviao-da-egyptair-desviado-por-piratas-do-ar-aterra-em-chipre-1727423>

Detido sequestrador do avião egípcio

Segurança aérea
Pedro Reis

Um homem obrigou ao desvio de um avião da Egyptair para o Chipre. Autoridades descartaram motivações terroristas

Um avião da companhia aérea Egyptair que fazia a ligação entre a cidade costeira de Alexandria e o Cairo aterrou de emergência no aeroporto de Larnaca, em Chipre, depois de ter sido sequestrado por um cidadão egípcio, identificado como Seif Eldin Mustafa pelas autoridades egípcias e cipriotas.

Depois de várias horas em que manteve alguns reféns, o sequestrador rendeu-se às autoridades, tendo abandonado o avião com as mãos no ar. Os passageiros e a tripulação foram libertados e saíram do avião em segurança.

No início do sequestro, o homem ameaçou o comandante do avião, afirmando que carregava consigo um cinto de explosivos. As autoridades cipriotas confirmaram mais tarde, num comunicado, que o alegado cinto de explosivos era falso. Mas, mesmo antes desta confirmação, a hipótese de terrorismo já tinha sido descartada por parte das autoridades cipriotas.

As circunstâncias do sequestro e as motivações do sequestrador permanecem um mistério. Mas os órgãos de comunicação social cipriotas avançaram que na origem do desvio estão motivos pessoais, adiantando que o sequestrador pretendia entrar em contacto com a ex-mulher, de nacionalidade cipriota. Contam que terá atirado uma carta para fora do avião e pedido para que esta fosse entregue à ex-mulher que, segundo o jornal *The Guardian*, esteve no local para ajudar nas negociações. **Texto editado por Joana Amado**

Notícia pode ser consultada em: <http://www.publico.pt/mundo/noticia/htin-kyaw-toma-posse-e-tornase-o-primeiro-presidente-civil-eleito-na-birmania-1727532?frm=ult>

Htin Kyaw toma posse e torna-se o primeiro Presidente civil eleito na Birmânia

Transição
Pedro Reis

Parlamento não conteve as lágrimas num “dia histórico” em que o fiel conselheiro de Aung San Suu Kyi assumiu o poder

Htin Kyaw tomou ontem posse como novo Presidente da Birmânia, tornando-se assim no primeiro chefe de Estado civil do país a sair de uma eleições democráticas desde 1962, data do golpe de Estado que conduziu a mais de cinco décadas de ditadura militar.

Na cerimónia que decorreu no Parlamento birmanês, Aung San Suu Kyi foi empossada ministra dos Negócios Estrangeiros, da Educação e da Energia. Também terá a seu cargo a pasta de chefe de gabinete do Presidente, o que vai ao encontro da ideia da carismática líder da Liga Nacional para a Democracia (LND) de estar “acima do Presidente”.

O Presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, felicitou Htin Kyaw, considerando a sua nomeação uma “mudança histórica”. Kyaw sucede a Thein Sein, um antigo general que estava no poder desde 2011, altura em que os militares abriram um processo de transição no país e de abertura ao exterior. Apesar disso, mantinham o domínio no Parlamento através da maioria do partido político que criaram, o Partido da Solidariedade e do Desenvolvimento.

Nas eleições de Novembro passado, a LND de Suu Kyi venceu com 80% dos votos. Contudo, devido a uma lei na Constituição criada em 2008 que proíbe a nomeação de chefes de Estado com filhos estrangeiros, o que é o caso da Nobel da Paz, esta não pôde concretizar o seu objectivo de se tornar Presidente da Birmânia.

Nesse sentido, e tendo em conta a maioria do seu partido no Parlamento, a líder da LND escolheu Htin Kyaw, um fiel conselheiro e amigo de infância para assumir o cargo. O novo Presidente birmanês é um homem fiel à família de Suu Kyi, tendo dirigido a fundação que a sua mãe criou, e, apesar de ser membro da LND há pouco tempo, tem ligações históricas ao partido, uma vez que o seu pai foi um dos fundadores da Liga e a sua mulher é deputada pela mesma.

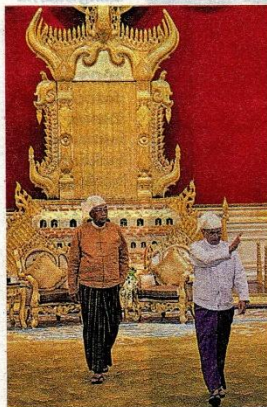
A nomeação de Htin Kyaw para Presidente é um passo importante

no processo de democratização da Birmânia, apesar das dificuldades impostas pelos militares, que, devido à Constituição, garantem um quarto dos assentos parlamentares e nomeiam os ministros da Defesa, do Interior e das Fronteiras. A ambição de Suu Kyi de desmilitarizar o país esbarra nestas limitações, que a impedem de alterar a Constituição e de chegar ao cargo de Presidente, uma vez que os militares detêm ainda um grande poder político e económico no país.

Os membros da LND no Parlamento não esconderam a sua emoção na altura da tomada de posse do novo Presidente. Num curto discurso, Htin Kyaw reiterou a importância de Suu Kyi nesta fase de transição da Birmânia, apelando a uma reconciliação nacional. “O nosso Governo vai dar seguimento a uma reconciliação nacional, à paz no país e à emergência de uma Constituição que levará a uma união democrática e melhorará o nível de vida das pessoas”, afirmou o novo Presidente, momentos depois de fazer o juramento.

Na cerimónia, onde estiveram presentes centenas de diplomatas, jornalistas e representantes de organizações não-governamentais, também tomaram posse os dois vice-presidentes eleitos: Myint Swe, candidato apoiado pelos militares, e Henry Van Thio, membro da LND, que foi eleito para representar as minorias.

Alexander Graf Lambsdorff, vice-presidente do Parlamento Europeu, que trabalhou enquanto observador nas eleições de Novembro, afirmou que este foi um “dia histórico” para a Birmânia. **Texto editado por Bárbara Wong**



Htin Kyaw e o Presidente cessante Thein Sein (de branco)

Data: 31-03-2016

Notícia pode ser consultada em: <http://www.publico.pt/mundo/noticia/maduro-afirma-que-nao-vai-promulgar-lei-de-amnistia-que-protege-criminosos-1727540?frm=ult>

Maduro vai rejeitar lei que “protege criminosos”

Venezuela
Pedro Reis

Lei de Amnistia e Reconciliação Nacional foi aprovada pela oposição, que tem a maioria no Parlamento venezuelano

O Presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, afirmou que não vai promulgar a Lei de Amnistia e Reconciliação Nacional, aprovada na terça-feira pelo Parlamento venezuelano, onde a oposição está em maioria. Maduro reiterou que esta lei tem como objectivo “proteger criminosos” e que por ele “não passará”.

A oposição ao Governo de Maduro surpreendeu ao incluir a discussão do projecto de lei de amnistia na sessão da Assembleia Nacional. Depois de sete horas de debate e de muitas críticas por parte da bancada chavista, a proposta da Mesa da Unidade Democrática (MUD), que beneficia 76 presos políticos, incluindo Leopoldo López, um dos principais líderes da oposição, foi aprovada.

“Esta lei pretende lançar as bases da reconciliação nacional”, afirmou a deputada Delsa Solórzano, promotora do projecto de lei, citada pela AFP, durante a votação dos 29 artigos do diploma. O projecto prevê a libertação de 76 “prisioneiros políticos” e a amnistia de centenas de venezuelanos “perseguidos e exilados” devido à oposição ao “poder chavista” que dirige a Venezuela há 17 anos, reiterou.

No entanto, Maduro, que sucedeu ao falecido Hugo Chávez em 2013 na presidência do país, advertiu num discurso transmitido pela televisão durante o debate que não irá promulgar a lei. “Estão a aprovar uma lei para proteger assassinos, criminosos, narcotraficantes e terroristas. Leis para amparar terroristas e criminosos por aqui não passam, façam o que fizerem”, declarou o Presidente venezuelano.

Apesar de a oposição ter vencido as últimas eleições legislativas e dominar, por maioria absoluta, o Parlamento, o conflito com o Governo de Maduro está longe de estar resolvido. A proposta de lei pode ter sido aprovada, mas será muito difícil que entre em vigor, uma vez que Nicolás Maduro poderá recorrer ao Supremo Tribunal de Justiça, a mais alta autoridade judicial do país, considerada próxima do Governo. **Texto**

editado por Joana Amado

Data: 01-04-2016

Notícia pode ser consultada em: <http://www.publico.pt/mundo/noticia/governo-de-unidade-nacional-chega-a-libia-para-tentar-reconciliacao-nacional-1727661>

Governo apoiado pela ONU chega a Trípoli para tentar reconciliação

Executivo de unidade nacional tem como objectivo unificar um país mergulhado no caos e combater a ameaça crescente do Estado Islâmico. A tarefa é muito difícil, alertam os especialistas

Libia
Pedro Reis

Membros do governo de unidade nacional para a Líbia, apoiado pelas Nações Unidas, chegaram de barco a Trípoli na quarta-feira, com o objectivo de superar a cisão entre duas autoridades rivais e unir o país, em risco de colapso. Uma comitiva de sete pessoas, incluindo o líder e futuro primeiro-ministro, Fayed Sarraj, chegou à base naval de Abusita, na capital, proveniente da Tunísia, sob fortes medidas de segurança. A viagem foi feita de barco porque o espaço aéreo sobre Trípoli esteve encerrado, numa tentativa para evitar a chegada do grupo.

A formação deste governo foi mediada pelas Nações Unidas, e um acordo entre diferentes facções políticas foi assinado em Dezembro, em Marrocos, com o objectivo de acabar com o impasse político no país, onde coexistem dois governos e dois parlamentos, bem como combater a ameaça crescente dos jihadistas do Estado Islâmico. O novo executivo foi formado na Tunísia e só agora chegou à Líbia, continuando a não ser reconhecido por nenhum dos dois executivos que deveria substituir.

“Temos vários desafios à nossa frente, incluindo unir os líbios e remediar as divisões no país”, disse Fayed Sarraj à Reuters. Mais tarde, divulgou um comunicado em que promete anunciar nos próximos dias um programa de governo.

A chefe da diplomacia europeia, Federica Mogherini, pediu aos líbios que colaborem com Sarraj. “A chegada do conselho presidencial à capital representa uma oportunidade única para os líbios de todas as facções se reunirem e se reconciliarem”, disse Mogherini, citada pelo *Guardian*. A União Europeia ofereceu 100 milhões de euros como incentivo ao novo governo, caso este consiga o consenso entre as duas autoridades rivais, e o envio de especialistas dos Estados Unidos para a Líbia. Jonathan Winer, reiterou que o país poderá contar com a ajuda de Washington.

Já o enviado da ONU, Martin Kobler, saudou a chegada do novo executivo e reafirmou a disponibilidade da comunidade internacional para “fornecer apoio e assistência” necessários para a segurança da Líbia.



Uma comitiva de sete pessoas, incluindo o líder e futuro primeiro-ministro, Fayed Sarraj, chegou a Trípoli vinda da Tunísia

Contudo, a chegada de Fayed Sarraj à Líbia não foi propriamente pacífica, em especial na capital, Trípoli, onde a situação é bastante tensa. Horas antes da chegada da comitiva, registaram-se confrontos entre milícias rivais, que fizeram um morto e três feridos. Ontem, a situação na cidade era mais calma, mas as agências contam que Sarraj passou a noite na base naval e não há ainda certezas sequer onde irá ficar sediada no imediato a sua administração.

Um país mergulhado no caos

Com a queda de Muammar Khadafi em 2011, nenhuma autoridade conseguiu ainda controlar a totalidade do território líbio e são cada vez mais os que alertam para o risco de o país se transformar num Estado falhado. Desde 2014, coexistem na Líbia dois governos e dois parlamentos rivais

— um sediado em Trípoli e outro no extremo Leste do país, em Tobruk —, ambos apoiados por milícias armadas. O governo de Trípoli foi formado depois de uma aliança de milícias, algumas islamistas, ter invadido a capital, forçando o Parlamento saído das últimas legislativas a mudar-se para o Leste, onde se mantém desde então sob a alçada de um executivo “transitório” que foi reconhecido internacionalmente.

Alarmados com a possibilidade de o país se tornar um novo feudo do EI, europeus e norte-americanos, com o apoio da ONU, apostam nesta nova administração para unir o país. Mas, apesar de o acordo político em Marrocos ter sido assinado por facções políticas representadas nos dois parlamentos, Sarraj continua a enfrentar a oposição dos dois governos rivais. E sobre a sua administração pesa ainda o argumento da falta de

legitimidade: para ser oficialmente investido, deveria ter sido aprovado pelo Parlamento sediado em Tobruk, mas após várias tentativas fracassadas para realizar a votação entrou em funções a 12 de Março, suportado apenas por um comunicado assinado por uma centena de deputados (de um total de 198).

“Eles entraram no país pela força, sob protecção estrangeira, e os líbios não vão aceitar seja o que for que lhes seja imposto pela força”, afirmou um porta-voz do presidente do Parlamento de Tobruk, Aguilá Saleh, considerando “prematura” a chegada de Sarraj. Mais contundente, Khalifa el-Ghwell, chefe do executivo sediado na capital, avisou que “aqueles que entraram ilegalmente ou clandestinamente no país deverão sair”. Estes dois responsáveis, juntamente com o presidente do parlamento de Trípoli, Nuri Abu Sahmein, vão ser

alvo de um conjunto de sanções decididas ontem pela UE, que os acusa de “obstrução” ao trabalho do novo executivo.

Não será, por isso, fácil obter o consenso necessário para que a nova administração entre de facto em funções. Wolfam Lacher, especialista na Líbia do Instituto Alemão de Assuntos Internacionais e de Segurança explicou ao jornal *New York Times* que as alianças políticas no país são muito instáveis e que as esperanças que Ocidente deposita nesta solução são frágeis, tendo em conta a incerteza actual. “Existem grandes dúvidas relativamente à forma como o outro lado vai reagir. Não acho que eles [os outros dois governos] queiram entrar em confronto, mas, se isso acontecer, será terrível para o governo de unidade nacional”, disse o especialista. **Texto editado por Ana Fonseca Pereira**

Notícia pode ser consultada em: <https://www.publico.pt/mundo/noticia/supremo-tribunal-da-venezuela-declara-lei-de-amnistia-inconstitucional-1728826?frm=ult>

Lei de amnistia é inconstitucional, declara Supremo Tribunal da Venezuela

Justiça
Pedro Reis

Nicolás Maduro recorreu depois de parlamento aprovar lei que beneficia presos políticos opositores do chavismo

Numa decisão que já era esperada, o Supremo Tribunal de Justiça da Venezuela declarou inconstitucional a Lei de Amnistia e Reconciliação Nacional aprovada há duas semanas pelo parlamento dominado pela maioria opositora ao chavismo. A decisão surge depois de o Presidente venezuelano, Nicolás Maduro, ter decidido recorrer à mais alta autoridade judicial do país.

A lei de amnistia, apresentada pela Mesa da Unidade Democrática (MUD), tinha como objectivo beneficiar 78 presos políticos, e após ter sido aprovada, Maduro reiterou imediatamente que “não passaria”, porque, segundo o próprio, tinha como objectivo “proteger criminosos”. Contudo, uma vez que o Parlamento venezuelano é dominado pela oposição, factor que levou à aprovação da lei, o Presidente tinha duas opções: ou a enviava para o Supremo Tribunal de Justiça para este proceder a um “controlo prévio sobre a sua constitucionalidade”, ou então devolve-a à Assembleia Nacional para que os legisladores incorporassem alterações à lei antes de esta ser publicada na *Gaceta Oficial*.

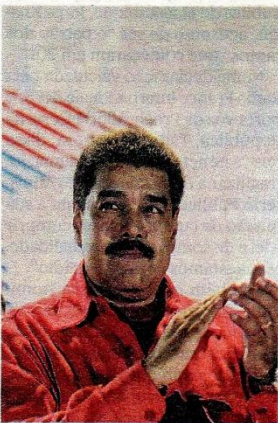
Maduro optou pela primeira opção, beneficiando do facto de o Supremo Tribunal de Justiça ser uma entidade próxima das forças do regime. Para o Presidente da Venezuela uma lei que favorecesse presos políticos, como Leopoldo López, fundador do partido Voluntad Popular, e Antonio Ledezma, presidente destituído da câmara de Caracas, seria inconcebível, tendo em conta que são duas figuras importantes da oposição ao seu Governo.

Neste sentido, o Supremo Tribunal de Justiça declarou que a lei apresentada pela MUD poderia gerar uma “impunidade escandalosa” e que “a Assembleia Nacional não pode demitir-se de casos que constituem crimes contra a humanidade”. Para os chavistas, as detenções dos membros da oposição que estiveram nas manifestações de Fevereiro e Março de 2014 são legítimas, uma vez que destas re-

sultaram 43 mortos e centenas de feridos. Maduro responsabilizou vários líderes da oposição pelos confrontos e desactos da altura, acusando-os de conspirarem contra o Governo.

Este episódio é o mais recente capítulo do braço-de-ferro entre o ramo legislativo de maioria opositora e o executivo do Presidente Nicolás Maduro. Cada nova lei que é aprovada pelo parlamento esbarra rapidamente nas intenções do regime, que recorre frequentemente ao Supremo Tribunal de Justiça, a última instância no país que decide o que é ou não legal. Este “choque de poderes” tem levado a que a Venezuela esteja praticamente ingovernável, numa crise política que parece prolongar-se à medida que a crise económica continua a agravar-se.

Desde Janeiro, altura em que a oposição venceu as eleições legislativas, o procedimento tem sido quase sempre o mesmo: a oposição legisla, e o Governo rejeita tudo o que vá contra os seus interesses. A oposição acusa Maduro de estar a proceder a um golpe de Estado para manter o poder, enquanto os chavistas tentam ainda reagir ao facto de terem perdido o domínio do órgão legislativo do país, o que os levou mesmo a criar um parlamento paralelo. Em resposta, o líder da oposição e Presidente da Assembleia Nacional, Henry Ramos Allup, manifestou a sua intenção de utilizar opções estabelecidas na Constituição para tentar encurtar o mandato presidencial de Maduro e convocar eleições antecipadas. **Texto editado por Rita Siza**



Nicolás Maduro alega que a lei “protege criminosos”

Data: 13-04-2016

Notícia pode ser consultada em: <https://www.publico.pt/mundo/noticia/boko-haram-utiliza-cada-vez-mais-criancas-em-ataques-suicidas-1728871?frm=ult>

Boko Haram utiliza cada vez mais crianças em ataques suicidas

Nigéria
Pedro Reis

Relatório da Unicef afirma que um em cada cinco ataques suicidas do grupo extremista é realizado por crianças

No último ano, o número de crianças utilizadas em ataques suicidas pelo Boko Haram aumentou significativamente, com um em cada cinco destes ataques a ser levado a cabo por menores, denuncia a Unicef.

Num relatório divulgado ontem pela agência das Nações Unidas para a protecção da infância, é referido que, em 2014, o grupo extremista nigeriano utilizou quatro crianças nestes ataques, enquanto em 2015 o número aumentou 11 vezes, subindo para um total de 44 ataques suicidas levados a cabo por crianças. Destas, 75% eram raparigas.

"A utilização de crianças, especialmente de raparigas, enquanto bombistas suicidas tornou-se uma característica definitiva e alarmante deste conflito", afirmou Laurent Duvallier, porta-voz regional da Unicef, à Reuters. "Muitas destas crianças provavelmente não sabem que carregam consigo explosivos, muitas vezes detonados remotamente", acrescentou.

Os ataques suicidas têm-se alastrado para além da Nigéria, com os vizinhos Camarões, Chade e Níger a serem cada vez mais um alvo preferencial dos jihadistas nigerianos que em 2015 juraram fidelidade ao auto-designado Estado Islâmico. Dos 151 ataques realizados no ano passado

nestes quatro países, os Camarões registaram o maior número de casos envolvendo crianças, um total de 21. Segue-se a Nigéria, com 17 casos.

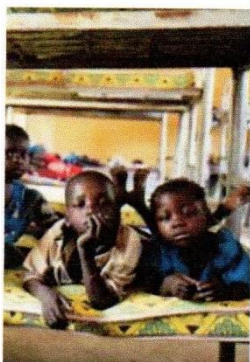
"Sejamos claros: estas crianças são vítimas, não autoras de crimes", afirmou Manuel Fontaine, director regional da Unicef para a África Central e Ocidental, num comunicado. "Ludibriar crianças e forçá-las a praticar actos mortais tem sido um dos aspectos mais aterradores da violência na Nigéria e nos países vizinhos."

Esta tática tem-se revelado eficaz no aumento do número de vítimas, uma vez que, normalmente, as pessoas não vêem as crianças como uma ameaça. Mas esta não é a única explicação para o facto de o número de crianças utilizadas como bombistas suicidas pelo grupo extremista estar a aumentar. Segundo os especialistas, o Boko Haram está cada vez mais enfraquecido, nomeadamente desde que o Exército nigeriano começou a lançar ofensivas militares contra o grupo, no ano passado.

"O Boko Haram está cada vez mais encurralado", afirmou Bakary Sambe, especialista em jihadismo na África Ocidental e investigador do observatório de radicalismos e conflitos religiosos em África do Timbuktu Institute de Dakar, ao *El País*. "A sua capacidade para lançar grandes ataques é muito reduzida, por isso procuram alvos fáceis, utilizando raparigas como bombistas suicidas", acrescentou.

O relatório da Unicef, divulgado perto da data em que se assinalam dois anos desde o rapto de mais de 200 meninas de uma escola em Chibok, chama também a atenção para as consequências do uso premeditado de crianças pelo extremista: muitas delas – as que conseguiram fugir ou foram libertadas – são vistas como ameaças à segurança das suas aldeias e acabam por ser discriminadas e estigmatizadas. "Esta suspeição pode ter consequências muito negativas: como pode uma comunidade reconstruir-se quando está a excluir as suas próprias irmãs, filhas e mães?", questiona o director regional da Unicef.

Outra das consequências é o número crescente de crianças que não têm acesso a educação. Mais de 1800 escolas já foram fechadas, saqueadas, incendiadas ou utilizadas como refúgio para pessoas deslocadas. Muitos professores recusam-se a regressar às salas de aula, enquanto os pais têm medo de enviar as suas crianças de volta à escola. **Texto editado por Rita Siza**



Crianças são vítimas e não autoras de crimes, frisa Unicef

Data: 14-04-2016

Notícia pode ser consultada em: <http://www.publico.pt/mundo/noticia/bulgaria-vai-investigar-grupos-de-vigilantes-que-perseguem-refugiados-1728948>

Sob pressão pública, Bulgária investiga “caçadores de migrantes”

Grupos nacionalistas que perseguem e capturam refugiados são cada vez mais comuns. Passividade do Governo liderado por Boiko Borissov criticada por organizações de defesa dos direitos humanos

Refugiados
Pedro Reis

Depois de os ter incentivado, o Governo de Sofia foi obrigado a mudar de atitude em relação aos “caçadores de migrantes” e decidiu abrir uma investigação sobre os grupos de civis que perseguem e capturam refugiados ao longo da fronteira do Sul da Bulgária com a Turquia.

Na origem desta mudança de atitude está um vídeo, difundido nas redes sociais, onde se vê um grupo de refugiados deitados no chão, com as mãos amarradas atrás das costas, enquanto vários indivíduos gritam: “Bulgária, não! Voltem para a Turquia!” A polémica provocada nos *media* pelas imagens levou à detenção do responsável pela divulgação do vídeo, e as autoridades procuram identificar outros suspeitos, segundo informações da procuradoria búlgara à AFP.

“É absolutamente inaceitável que pessoas ou organizações que se auto-intitulam como ‘destacamentos de defesa’ ou ‘unidades de cooperação’ se apropriem de funções de órgãos do Estado e se envolvam naquilo que os *media* qualificam como caça aos refugiados”, afirmou Sotir Tsatsarov, procurador-geral búlgaro, citado pela AFP.

Nos últimos meses, têm aumentado as actividades de “captura” de refugiados por grupos nacionalistas e xenófobos. Estes grupos atacam os refugiados que chegam ao país provenientes da Turquia com o objectivo de roubá-los e detê-los. Depois, chamam à polícia fronteiriça ou forçam os refugiados a regressar à Turquia, explicou na rádio búlgara Focus Valeri Simeonov, líder da Frente Patriótica, partido que apoia a coligação no poder.

Muitos destes indivíduos são aclamados como “heróis”, e entre eles destaca-se Dinko Valev, um *wrestler* semiprofissional, de 29 anos, que se tornou uma autêntica estrela televisiva e que foi agora convocado pela polícia para ser interrogado.

No mês passado, Valev admitiu na televisão nacional que deteve um grupo de 12 refugiados com “as próprias mãos”. A sua história chegou aos *media* internacionais e, numa entrevista à BBC, reforçou a sua conduta xenófoba. “Estes migrantes são



Refugiados que chegam à Bulgária estão na mira de grupos de vigilantes, nacionalistas e xenófobos

Merkel não inaugura campo de refugiados

Viagem à Turquia nunca esteve na agenda

A chanceler alemã, Angela Merkel, não irá à Turquia no sábado para inaugurar um campo de acolhimento de refugiados, em Kilis, como anunciado pelo primeiro-ministro turco, Ahmet Davutoglu. “Nos últimos dias, perguntaram-me mil vezes sobre a visita de 16 de Abril. Não há viagem de 16 de Abril, não há viagem da chanceler à Turquia”, disse o porta-voz de Merkel, Steffen Seibert.

A clarificação de Seibert surge num momento delicado para as relações bilaterais, que azedaram depois de,

num programa do humorista alemão Jan Böhmmermann, o Presidente turco ter sido visado numa rábula sobre a repressão da liberdade de expressão no país — Recep Tayyip Erdogan foi ridicularizado em termos sexuais (pedofilia e zoofilia). O Governo de Ancara chamou o embaixador alemão na Turquia exigindo que seja aberto um processo contra Böhmmermann e a prisão deste. Berlim vai decidir nos próximos dias se há matéria para agir judicialmente contra o humorista, que tem a residência sob vigilância policial.

repugnantes e más pessoas, devem ficar onde estão”, afirmou.

A resposta do Governo à actuação destes grupos de vigilantes foi, num primeiro momento, de passividade. Mas as críticas ao comportamento do executivo, liderado pelo primeiro-ministro Boiko Borissov, começaram a avolumar-se. O Governo foi duramente criticado por ser indiferente às acções destes grupos, como também por parecer incentivar as suas actividades. Borissov chegou a agradecer publicamente a “ajuda” destes grupos. “Qualquer ajuda à polícia, à polícia fronteiriça e ao Estado é bem-vinda”, afirmou. “Qualquer um que ajude merece o nosso agradecimento.”

Depois da divulgação do vídeo, no início da semana, o primeiro-ministro tentou justificar-se, disse que foi mal interpretado. A organização de defesa dos direitos humanos Bulgarian Helsinki Committee

apelou à sua detenção. “[Borissov] deve ser preso por convidar abertamente à prática de crimes e por incentivar a violência e a discriminação baseadas na nacionalidade, etnia ou raça”, disse ao *Guardian* Margarita Ilieva, vice-presidente e directora desta organização não-governamental.

Para agravar ainda mais a situação, as declarações que parecem incentivar as actividades de grupos de vigilantes não foram exclusivas do primeiro-ministro. Também o chefe da polícia fronteiriça, Antonio Angelov, manifestou o seu apoio, na sequência de uma detenção de um grupo de 23 refugiados. “Quero encorajá-los e dizer que reagiram apropriadamente. Este grupo [de refugiados] estava bastante calmo, mas nem sempre é assim”, afirmou Angelov à televisão búlgara Nova TV.

Texto editado por Ana Gomes Ferreira

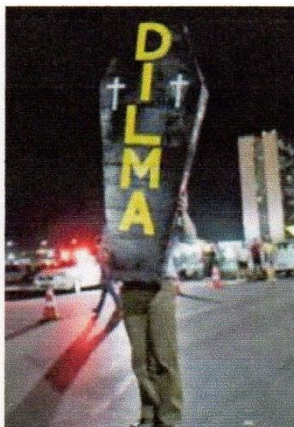
Brasília preparada para as manifestações com muro e força policial maior do que na Copa

Pedro Reis

Amanhã, enquanto o plenário da Câmara dos Deputados estiver a decidir a continuidade ou não do processo de *impeachment* (destituição) da Presidente do Brasil, são esperadas centenas de milhares de manifestantes nas ruas de Brasília. Para evitar confrontos, a Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal decidiu construir um muro metálico de dois metros e aumentar substancialmente a segurança policial.

Pelo menos três mil polícias militares vão patrulhar as ruas de Brasília, naquela que será a maior mobilização policial de que há memória no país, ultrapassando o destacamento utilizado na Copa do Mundo de 2014. Trezentos homens de unidades especializadas, 500 bombeiros e 50 agentes de trânsito também estarão no local. “No total, teremos mais de dez mil homens prontos a agir, caso haja necessidade”, informou o tenente-coronel da polícia militar Antônio Carlos Freitas, citado pelo UOL.

Para além desta mobilização policial, a Esplanada dos Ministérios, para onde estão previstas as manifestações, estará dividida por um muro: do lado esquerdo ficarão os manifestantes que se opõem à destituição, enquanto os apoiantes ficarão do lado direito. O objectivo é que os dois lados da manifestação não se cruzem. “O esquema de policiamento está a ser montado para evitar que membros desses dois grupos se encontrem no caminho ou no próprio local onde haverá a manifestação”, justificou o tenente-coronel.



Manifestantes serão separados por um muro

Esta barreira metálica de dois metros de altura impedirá que os dois lados se vejam e terá um corredor com um quilómetro de comprimento e 40 metros de largura exclusivo para as forças de segurança. No final da votação, o grupo de manifestantes do lado que perder a votação na Câmara dos Deputados será dispersado, de forma a evitar confrontos. A Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal diz que a construção do muro é uma medida fundamental para garantir a segurança e a integridade dos manifestantes, uma vez que seriam de esperar confrontos entre os dois lados. “O planeamento foi feito para dois eventos de massa simultâneos”, afirmou fonte da secretaria citada pela *Folha de São Paulo*.

Contudo, o “muro da vergonha”, como foi baptizado por vários deputados, está longe de ser consensual e

tem sido objecto de imensas críticas quer por parte do Governo federal, quer dos manifestantes, que duvidam da eficácia da medida e alertam para os riscos de segurança.

Há mais regras. Os manifestantes serão revistados pela polícia militar, e objectos cortantes ou máscaras estão proibidos. Contrariamente ao que estava previsto, os famosos “pixilecos” – bonecos que representam o ex-Presidente Lula da Silva e Dilma vestidos de presidiários – foram autorizados pelo governador do Distrito Federal, Rodrigo Rollemberg.

Os manifestantes não poderão descer até à Praça dos Três Poderes, onde ficam o Palácio do Planalto e o Supremo Tribunal Federal – a área estará encerrada. Os acampamentos no local também serão proibidos, apesar de vários manifestantes estarem há dias acampados na capital federal. Para além de Brasília, devem ocorrer mais manifestações pelo país. Em São Paulo, estão previstas manifestações na Avenida Paulista, e o edifício do Museu de Arte de São Paulo deverá ser o ponto de separação entre os dois grupos.

Neste ambiente de divisão, simbolizado na perfeição pelo muro metálico erguido na Esplanada dos Ministérios, decide-se o futuro do Brasil. Caso 342 dos 513 deputados do Congresso votem a favor da destituição, o processo sobe ao Senado, onde uma nova comissão avaliará a denúncia contra Dilma, o que implica que a actual Presidente fique afastada do cargo pelo menos durante 180 dias, até que o presidente do Supremo Tribunal Federal tome a sua decisão. **Texto editado por Ana Gomes Ferreira**

PUBLICIDADE

Notícia pode ser consultada em: <http://www.publico.pt/mundo/noticia/sobe-para-350-o-numero-de-mortos-no-sismo-que-devastou-o-equador-1729401?frm=ult>



À procura de corpos e sobreviventes em Pedernales

Subiu para 350 o número de mortos no sismo que devastou o Equador

Desastre
Pedro Reis

Presidente disse que há gente viva nos destroços e que a prioridade é salvá-la. Recuperação vai custar muitos milhões de dólares

O terramoto que no domingo devastou parte do Equador matou pelo menos 350 pessoas e feriu 2500 feridos – um número que pode “aumentar consideravelmente”, avisou o Presidente Rafael Correa. Mas também “existem sinais de vida em grande parte dos escombros” e “a prioridade é resgatar” essas pessoas, acrescentou.

“Tudo pode ser reconstruído, mas as vidas não podem ser recuperadas, e isso é o que magoa mais”, disse Correa, apelando a que os 16 milhões de habitantes do país permaneçam calmos e unidos perante uma situação de emergência, em que o número de mortos ainda deverá aumentar.

As demonstrações de solidariedade não tardaram, e já começaram a chegar ao país equipas de resgate e bens de primeira necessidade. A Venezuela, o Chile e o México enviaram ajuda humanitária, a Cruz Vermelha do Equador mobilizou mais de 800 voluntários para ajudarem nas buscas, e os Médicos sem Fronteiras pro-

meteram enviar uma equipa vinda da Colômbia. Cerca de 530 milhões de euros de vários credores foram imediatamente disponibilizados, sendo que a União Europeia desbloqueou um milhão de euros para ajudar na assistência às vítimas. No entanto, o Governo equatoriano calcula que sejam necessários milhares de milhões de dólares para reconstruir o país.

As equipas de socorro começaram a chegar às zonas mais afectadas por este sismo de magnitude 7,8 na escala de Richter – cidades costeiras e turísticas da costa do Pacífico. O epicentro situou-se a 27 quilómetros de Muisne e a 170 quilómetros da capital do país, Quito, e afectou sobretudo as cidades de Manta, Portoviejo e, sobretudo, Pedernales. O facto de estas cidades não serem de fácil acesso, a que se junta a destruição causada pelo desabamento de vários edifícios e estradas e os inúmeros deslizamentos de terras, tem dificultado as operações de salvamento.

A Cruz Vermelha estipula que entre 70 a 100 mil pessoas necessitam de assistência, e que entre três e cinco mil precisam de alojamento com urgência. As maiores necessidades estão relacionadas com o acesso a bens de primeira necessidade, água potável, saneamento, alojamento e alimento, sendo que a Cruz Vermelha espanhola prevê que as necessidades humanitárias aumentem à medida que se comece a chegar a

outras zonas e que se disponha de mais informação.

Durante a noite de domingo para ontem, os bombeiros utilizaram martelos pneumáticos para quebrar os destroços, de forma a encontrar vítimas, enquanto a multidão se aglomerava à volta, na esperança de que fossem encontrados sobreviventes. “Ouviam-se pessoas a gritar dos escombros”, conta Agustín Robles, um dos sobreviventes, à Reuters, enquanto esperava numa fila de 40 pessoas para receber água no estádio de Pedernales. “Havia uma farmácia onde as pessoas estavam presas, e nós não podíamos fazer nada.”

O estádio Maximino Puertas, em Pedernales, foi utilizado para prestar auxílio aos sobreviventes. Dentro do estádio foram montadas várias tendas, onde as equipas médicas tratavam os feridos, e voluntários tentavam auxiliar com comida e água.

Outros sobreviventes juntaram esforços para resgatar vítimas, enquanto a polícia patrulhava uma cidade às escuras, depois de ter ficado sem electricidade. Os locais utilizaram um pequeno tractor para remover os destroços e utilizavam as próprias mãos para procurar pessoas presas debaixo dos escombros.

Este desastre constitui mais um revés para a economia do Equador, que já tinha previsto para este ano um crescimento perto de zero. **Texto editado por Ana Gomes Ferreira**

Data: 27-04-2016

Notícia pode ser consultada em: <https://www.publico.pt/mundo/noticia/detencao-de-refugiados-em-manus-e-inconstitucional-afirma-o-supremo-da-papua-nova-guine-1730177?frm=ult>

Detenção de refugiados em campos é ilegal

Papuásia-Nova Guiné
Pedro Reis

Refugiados que tentam chegar à Austrália são interceptados no mar e enviados para campos de detenção

A detenção de requerentes de asilo e de refugiados na ilha de Manus, na Papuásia-Nova Guiné, foi considerada inconstitucional pelo Supremo Tribunal do país. Os cinco juízes entenderam que o encarceramento viola a liberdade individual, e nesse sentido ordenou que os governos da Papuásia-Nova Guiné e da Austrália comecem imediatamente a tomar medidas para terminar as detenções na ilha.

De acordo com a controversa lei da imigração na Austrália, todos os migrantes que sejam interceptados a tentar chegar ao país de barco são enviados para os campos de detenção nas ilhas de Nauru e de Manus. Estas pessoas, maioritariamente provenientes do Médio Oriente e do Sul da Ásia, são excluídas da possibilidade de serem colocadas na Austrália.

Apesar da decisão do Supremo Tribunal da Papuásia-Nova Guiné, o ministro da Imigração australiano, Peter Dutton, disse que "a decisão não altera as políticas de protecção de fronteira da Austrália – elas permanecem inalteradas", garantiu. "Aqueles que estão no centro de detenção na ilha de Manus e que reúnem as condições para serem refugiados têm a possibilidade de se restabelecerem na Papuásia-Nova Guiné. Os que não reúnem essas condições devem regressar aos seus países de origem."

Na decisão, os juízes consideraram que os requerentes de asilo não têm qualquer intenção de entrar ou permanecer na Papuásia-Nova Guiné, uma vez que o seu objectivo é chegar à Austrália. Nesse sentido, como são enviados contra a sua própria vontade para a ilha de Manus, esta detenção é considerada ilegal. "Foram os esforços conjuntos dos governos da Austrália e da Papuásia-Nova Guiné que fizeram com que os requerentes de asilo ficassem, contra a sua vontade, no centro de detenção da ilha de Manus. Estes acordos estão fora do quadro legal e constitucional da Papuásia-Nova Guiné. As chegadas e detenções forçadas dos requerentes de asilo são inconstitucionais e, como tal, ilegais." **Texto editado por Rita Siza**

5. Notícias assinadas publicadas exclusivamente no *online*

Título: “George W. entra em cena para tentar ressuscitar campanha de Jeb Bush”

Data: 16-02-2016

Notícia pode ser consultada em: <https://www.publico.pt/mundo/noticia/george-w-bush-volta-a-politica-para-dar-novo-folego-a-campanha-de-jeb-bush-1723485>

Título: “Suíça vai referendar lei destinada a expulsar estrangeiros condenados”

Data: 17-02-2016

Notícia pode ser consultada em: <https://www.publico.pt/mundo/noticia/suica-vai-referendar-lei-destinada-a-expulsar-estrangeiros-condenados-do-pais-1723628?frm=ult>

Título: “EUA bombardeiam posições militares do Estado Islâmico na Líbia”

Data: 19-02-2016

Notícia pode ser consultada em: <https://www.publico.pt/mundo/noticia/eua-bombardeiam-posicoes-militares-do-estado-islamico-na-libia-1723858?frm=ult>

Título: “Mulher de *El Chapo* não acredita que ele trafique droga”

Data: 22-02-2016

Notícia pode ser consultada em: <https://www.publico.pt/mundo/noticia/nao-estou-ciente-de-que-trafique-droga-estou-apaixonada-por-ele-1724040?frm=ult>

Título: “Jornalistas turcos acusados de espionagem foram libertados”

Data: 26-02-2016

Notícia pode ser consultada em: <https://www.publico.pt/mundo/noticia/jornalistas-turcos-acusados-de-espionagem-foram-libertados-1724512?frm=ult>

Título: “Jornalista palestino põe fim a greve de fome de 94 dias”

Data: 26-02-2016

Notícia pode ser consultada em: <https://www.publico.pt/mundo/noticia/jornalista-palestiniano-poe-fim-a-greve-de-fome-de-94-dias-1724540>

Título: “Autoridades francesas iniciam desmantelamento parcial da «Selva» de Calais”

Data: 29-02-2016

Notícia pode ser consultada em: <https://www.publico.pt/mundo/noticia/autoridades-francesas-iniciam-desmantelamento-da-selva-de-calais-1724775?frm=ult>

Título: “Exames de virgindade no Afeganistão são «agressões sexuais», denuncia HRW”

Data: 01-03-2016

Notícia pode ser consultada em: <http://www.publico.pt/mundo/noticia/hrw-denuncia-agressoes-sexuais-em-exames-de-virgindade-no-afeganistao-1724862?frm=ult>

Título: “Demolição da «Selva» de Calais avança em clima de tensão”

Data: 01-03-2016

Notícia pode ser consultada em: <https://www.publico.pt/mundo/noticia/-demolicao-da-selva-de-calais-prosegue-sob-grande-tensao-1724923>

Título: “Barragem de Mossul pode ruir a qualquer momento”

Data: 02-03-2016

Notícia pode ser consultada em: <http://www.publico.pt/mundo/noticia/barragem-de-mossul-podera-colapsar-a-qualquer-momento-1724987?frm=ult>

Título: “Monarquias do Golfo consideram Hezbollah «organização terrorista»”

Data: 03-03-2016

Notícia pode ser consultada em: <http://www.publico.pt/mundo/noticia/monarquias-do-golfo-consideram-hezbollah-organizacao-terrorista-1725128?frm=ult>

Título: “MH370: dois anos depois ainda não existem respostas”

Data: 08-03-2016

Notícia pode ser consultada em: <http://www.publico.pt/mundo/noticia/mh370-dois-anos-depois-ainda-nao-existem-respostas-1725551?frm=ult>

Título: “FBI pode não precisar da ajuda da Apple para desbloquear iphone de terrorista”

Data: 22-03-2016

Notícia pode ser consultada em: <https://www.publico.pt/tecnologia/noticia/fbi-podera-nao-precisar-da-ajuda-da-apple-para-desbloquear-iphone-de-terrorista-1726901>

Título: “Antes de morrer, ex-líder da Mossad acusou Netanyahu de pôr o interesse pessoal acima do país”

Data: 05-04-2016

Notícia pode ser consultada em: <http://www.publico.pt/mundo/noticia/antes-de-morrer-exlider-da-mossad-deixou-fortes-criticas-a-lideranca-de-netanyahu-1728066?frm=ul>

Título: “Capacetes azuis da ONU começam a ser julgados por abusos sexuais”

Data: 05-04-2016

Notícia pode ser consultada em: <https://www.publico.pt/mundo/noticia/capacetes-azuis-da-onu-comecam-a-ser-julgados-por-abusos-sexuais-1728164?frm=ult>

Título: “PSOE, Cidadãos e Podemos vão sentar-se pela primeira vez à mesma mesa”

Data: 05-04-2016

Notícia pode ser consultada em: <http://www.publico.pt/mundo/noticia/psoe-cidadaos-e-podemos-vaio-sentarse-pela-primeira-vez-a-mesma-mesa-1728191?frm=ult>

Título: “Governo de unidade nacional na Líbia começa a impôr a sua autoridade”

Data: 06-04-2016

Notícia pode ser consultada em: <https://www.publico.pt/mundo/noticia/governo-de-unidade-nacional-na-libia-comeca-a-impôr-a-sua-autoridade-1728339?frm=ult>

Título: “Putin considera *Panama Papers* uma tentativa para «desestabilizar» a Rússia”

Data: 07-04-2016

Notícia pode ser consultada em: <http://publico.pt/1728436>

Título: “Socialistas espanhóis acusam Podemos de ter «fechado a porta» a um possível acordo”

Data: 08-04-2016

Notícia pode ser consultada em: <http://publico.pt/1728516>

Título: “John Kerry em visita histórica ao Parque do Memorial da Paz em Hiroxima”

Data: 11-04-2016

Notícia pode ser consultada em: <http://www.publico.pt/mundo/noticia/john-kerry-em-visita-historica-ao-parque-do-memorial-da-paz-em-hiroxima-1728715>

Título: “Espião norte-coreano desertou para a Coreia do Sul”

Data: 11-04-2016

Notícia pode ser consultada em: <https://www.publico.pt/mundo/noticia/coronel-nortecoreano-desertou-para-a-coreia-do-sul-no-ano-passado-1728748?frm=ult>

Título: “Alunas de Chibok aparecem vivas num vídeo do Boko Haram”

Data: 14-04-2016

Notícia pode ser consultada em: <http://www.publico.pt/mundo/noticia/raparigas-de-chibok-aparecem-num-video-do-boko-haram-1729038?frm=ult>

Título: “Presidente do Equador anuncia grande subida de impostos para pagar reconstrução do país”

Data: 22-04-2016

Notícia pode ser consultada em: <https://www.publico.pt/mundo/noticia/presidente-do-equador-anuncia-aumento-de-impostos-para-reconstruir-o-pais-1729832>

Título: “Centro de detenção de refugiados em Manus vai ser encerrado”

Data: 27-04-2016

Notícia pode ser consultada em: <http://www.publico.pt/mundo/noticia/centro-de-detencao-de-refugiados-em-manus-vai-ser-encerrado-1730293?frm=ult>

Título: “Norte-americano sentenciado a dez anos de trabalhos forçados na Coreia do Norte”

Data: 29-04-2016

Notícia pode ser consultada em:

<https://www.publico.pt/mundo/noticia/norteamericano-sentenciado-a-dez-anos-de-trabalhos-forcados-na-coreia-do-norte-1730500?frm=ult>

6. Comprovativo realização estágio



DECLARAÇÃO

Para os devidos efeitos, declaramos que **PEDRO FILIPE BASTOS DOS REIS**, efectuou um Estágio Curricular no Público, Comunicação Social, S.A., de 01.Fevereiro.2016 a 30.Abril.2016, na Secção de Mundo.

Por ser verdade e a pedido do próprio, passamos a presente declaração.

Lisboa, 29 de Abril de 2016

PÚBLICO - Comunicação Social, S.A

Maria José Palmeirim
Recursos Humanos

Público - Comunicação Social, S.A.
Moradas: Praça Coronel Pacheco, 2 - 4050-453 Porto
Edifício Diogo Cão - Doca de Alcântara Norte - 1350-352 Lisboa
Contribuinte nº 502 265 094